



Cristiana Nunes Morais

Entre o trabalho e a assistência: impactos simbólicos do Rendimento Social de Inserção

Dissertação de Mestrado em Serviço Social, orientada por Jacqueline Marques e
apresentada à Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra

Março 2018



UNIVERSIDADE DE COIMBRA



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Março 2018

Entre o trabalho e a assistência: impactos simbólicos do Rendimento Social de Inserção

Dissertação de Mestrado em Serviço Social, sob orientação da Doutora
Jacqueline Marques e apresentada à Faculdade de Psicologia e Ciências
da Educação da Universidade de Coimbra

Mestrado em Serviço Social

Cristiana Morais

Agradecimentos

Gostaria de agradecer a todos aqueles que de uma forma ou de outra contribuíram para a concretização deste trabalho. A começar por todos os professores do Mestrado que me ajudaram em todo o percurso, tanto no esclarecimento de dúvidas como na decisão de qual o melhor rumo a tomar;

Agradeço a toda a equipa da Legião de Boa Vontade, que sempre me recebeu de forma tão acolhedora e prontificada a ajudar, fazendo com que me sentisse em casa, todas as vezes que a ela me dirigi, e um especial obrigada a todos os utentes que se disponibilizaram para serem entrevistados;

A todos os colegas e amigos que me acompanharam nesta etapa, especialmente à Marta Fonseca, Joana Costa, Mariana Amaro, Sara Cruz, Daniel Alves e Cristiana Santos, com estima de rápidas melhoras;

E, por fim, obrigada à minha mãe e irmão por sempre me ajudarem nesta etapa;

A todos, o meu sincero obrigado!

Resumo

Atualmente, vivemos numa sociedade altamente desenvolvida decorrente da evolução tecnológica. Apesar do progresso, as desigualdades sociais cresceram pelo que predomina a incerteza, insegurança e fragilidade e várias populações encontram-se marginalizadas na sociedade. O Estado Social tem-se baseado numa lógica burocrática de gestão e distribuição de recursos públicos, preocupando-se com o controlo da despesa, desenvolvendo racionalizações dos recursos. Estas transformações contribuem para o aumento do empobrecimento da população, mas os dados estatísticos atuais não dão conta disso de forma verosímil. A crise económica atual gera perda de emprego e acarreta consigo o empobrecimento, a precaridade e o sobre-endividamento. Os laços sociais estão quebrados e existem pessoas que não se conseguem integrar no mercado de trabalho, acabando por ficar numa situação de assistidos.

Dentro das políticas sociais e públicas, o Rendimento Social de Inserção e o auxílio de uma instituição torna-se o último recurso destas populações, mas este momento não é visto por todos os indivíduos da mesma forma. O trabalho confere um estatuto social e o desemprego aciona a sua perda, bem como a perda de todo um sentimento de utilidade social, que pode levar à desvalorização de si mesmo. Assim os sujeitos passam por um conjunto de sucessivas mudanças, como por exemplo a nível do seu círculo de amigos e da estrutura familiar, mas também atravessam um conjunto de problemas de saúde e problemas ligados à sua habitação, uma vez que esta é afetada devido à falta de recursos financeiros. Perante uma sociedade tão irregular temos cidadãos de segundo plano, que estão destituídos do seu estatuto, que são estigmatizados, que não existem verdadeiramente.

Palavras-chave: Pobreza, Exclusão Social, Desqualificação Social, Rendimento Social de Inserção

Resumé

Aujourd'hui, nous vivons dans une société hautement développée en raison de l'évolution technologique. Malgré les progrès, les inégalités sociales ont augmenté et l'incertitude, l'insécurité et la fragilité prévaut et diverses populations sont marginalisées dans la société. L'État social s'est basé sur une logique bureaucratique de gestion et de distribution des ressources publiques s'inquiétant du contrôle de la dépense, développant des rationalisations des ressources. Ces transformations contribuent à l'augmentation de l'appauvrissement de la population, mais les données statistiques actuelles ne tiennent pas compte de cela de manière plausible. La crise économique actuelle génère des pertes d'emplois et implique l'appauvrissement, la précarité et le surendettement. Les liens sociaux sont brisés et il y a des personnes qui ne peuvent s'intégrer au marché du travail, se retrouvant dans une situation assistée.

Au sein des politiques sociales et publiques, le revenu d'insertion sociale et l'aide d'une institution deviennent la dernière ressource de ces populations, mais ce moment n'est pas perçu de la même manière par tous les individus. Le travail confère un statut social et le chômage déclenche sa perte, ainsi que la perte de tout sens de l'utilité sociale, qui peut conduire à une dévalorisation de soi-même. Ainsi, les sujets subissent une série de changements successifs, tels que leur cercle d'amis et la structure de la famille, mais ils traversent également une série de problèmes de santé et de problèmes liés à leur foyer, car ils sont affectés en raison du manque des ressources financières. Face à une société si irrégulière, nous avons des citoyens de l'arrière-plan, privés de leur statut, stigmatisés, qui n'existent pas vraiment.

Mots clés : Pauvreté, Exclusion Sociale, Disqualification Sociale, Revenu d'insertion Sociale

Lista de Abreviaturas, Siglas e Acrónimos

AMI- Assistência Médica Internacional

E- Entrevista

INE- Instituto Nacional de Estatística

RMG- Rendimento Mínimo Garantido

RSI- Rendimento Social de Inserção

Lista de Quadros

Quadro 1- Taxa de risco de pobreza (%)

Quadro 2- Limiar de risco pobreza em Portugal (€)

Quadro 3- Risco de Pobreza segundo a condição perante o trabalho (%)

Quadro 4- Intensidade da pobreza (%)

Quadro 5- Indicadores de desigualdade na distribuição de rendimento

Quadro 6- Taxa de risco de pobreza após transferências sociais (%)

Quadro 7- Risco de pobreza e exclusão social (%)

Quadro 8- Indicadores de privação material Portugal

Quadro 9- Intensidade laboral per capita muito reduzida (%) anual

Quadro 10- Taxa de desemprego total em Portugal (valor anual)

Quadro 11- Síntese da desqualificação social

Quadro 12- Análise vertical da primeira entrevista

Quadro 13- Análise vertical da segunda entrevista

Quadro 14- Análise vertical da terceira entrevista

Quadro 15- Análise vertical da quarta entrevista

Quadro 16- Análise vertical da quinta entrevista

Quadro 17- Análise vertical da sexta entrevista

Quadro 18- Análise vertical da sétima entrevista

Quadro 19- Análise vertical da oitava entrevista

Quadro 20- Análise vertical da nona entrevista

Quadro 21- Análise vertical da décima entrevista

Quadro 22- Análise vertical da décima primeira entrevista

Quadro 23- Análise vertical da décima segunda entrevista

Quadro 24- Análise vertical da décima terceira entrevista

Quadro 25- Enquadramento dos beneficiários entrevistados nas fases da desqualificação social

Índice

Introdução	7
Parte I Enquadramento teórico-concetual	8
Capítulo I Pobreza e exclusão social	8
1. Pobreza	8
2. Exclusão social	14
3. Pobreza e exclusão social: velhos e novos problemas sociais	19
Capítulo II- A desqualificação social	32
1. Introdução à desqualificação social	32
2. A desqualificação social em diálogo	49
Capítulo III O Rendimento Social de Inserção	58
1. Direitos sociais, justiça social e política pública	58
2. Rendimento Mínimo Garantido/ Rendimento Social de Inserção	60
2.1. Principais mudanças nos princípios da medida	62
Parte II Estudo empírico	72
Capítulo IV- Enquadramento metodológico	72
1. Metodologia	72
Capítulo V- Apresentação dos dados	77
1. Análise e discussão dos dados	77
2. Síntese conclusiva	91
Considerações finais	95
Bibliografia	97
Apêndices	103
Apêndice 1: Solicitação de autorização à instituição para elaboração do estudo	104
Apêndice 2: Guião das entrevistas	105
Apêndice 3: Transcrição das entrevistas aos beneficiários	107
Apêndice 4: Análise vertical de cada entrevista	142
Apêndice 5: Enquadramento dos beneficiários nas fases da desqualificação social	167
ANEXOS	178
Anexo 1- Requerimento do Rendimento Social de Inserção	179

Introdução

A atualidade no nosso país está repleta de diversos problemas sociais. Existe um grande número de pessoas desempregadas que acabam por se dirigirem aos apoios de uma instituição e ao rendimento social de inserção. Contudo, a passagem deste período de estabilidade para um de incerteza acarreta consigo várias alterações na vida dos indivíduos. Nesta conceção, a transição de um período estável para um período onde os sujeitos são considerados assistidos e estigmatizados pela sociedade é feita de forma diferente, daqui partiu a justificação para a escolha deste tema. Ou seja, pretendia-se saber como é que os indivíduos vivenciavam o seu quotidiano deste o momento em que se dirigiram a uma instituição.

Assim, o objetivo principal desta investigação é conhecer e/ou compreender o percurso dos beneficiários de Rendimento Social de Inserção desde a ligação a uma instituição. Os objetivos específicos passam por reconstruir o momento de ligação a uma instituição; analisar e identificar se houve alterações nos ritmos quotidianos; analisar qual a ligação entre o espaço territorial e os beneficiários; e compreender quais as expectativas que têm para o futuro. Para desenvolver a investigação foram utilizadas com principais referências teórico-metodológicas as obras de Serge Paugam (2003), Fernando Diogo (2007), Bruto da Costa (2008) e Clavel (2004), mas também entrevistas semiestruturadas a treze beneficiários de Rendimento Social de Inserção da Legião da Boa Vontade. Daqui partiu a principal limitação deste trabalho, uma vez que nem todos os beneficiários desta instituição se dispuseram a serem entrevistados e a exporem a sua vida privada.

Esta dissertação de Mestrado foi estruturada em duas partes, correspondendo a primeira ao enquadramento teórico-concetual, e a segunda parte ao estudo empírico. Desta forma, o primeiro capítulo corresponde à pobreza e exclusão social, o segundo capítulo à desqualificação social, o terceiro capítulo ao rendimento social de inserção, o quarto capítulo à metodologia utilizada e o quinto capítulo à análise e discussão dos dados.

Parte I Enquadramento teórico-concetual

Capítulo I Pobreza e exclusão social

1. Pobreza

A pobreza em Portugal assume características de um problema social e estrutural com um caráter extenso e persistente. Ela é um problema “técnico, um problema científico e um problema político” (Costa, 1998, p.38).

É a própria diversidade que caracteriza as definições de pobreza, uma vez que a pobreza é um fenómeno complexo e multidimensional (Costa *et al*, 2008). Basta atentar no modo tão diverso como “o pobre” aparece referido na literatura, umas vezes como “o marginalizado, mal socializado, estigmatizado”, outras vezes como o “explorado, o alienado”, ou como “o dependente, sem autonomia nem recursos”, e outras ainda como “o desvinculado, o desafiado, o isolado” (Fernandes, 1991 *cit. in* Capucha, 2005, p.66).

O “pobre” ou o “excluído” é visto sempre como alguém a quem falta alguma coisa, sendo essa coisa umas vezes o rendimento, se o discurso sobre a pobreza tem como pano de fundo o problema da redistribuição dos rendimentos; outras vezes o trabalho, se o problema do pobre é a exclusão face ao mercado de emprego e ao conjunto de recursos que ele proporciona; outras vezes ainda a autonomia e competências culturais, se o discurso sobre a pobreza salienta a condição moral da “sub-classe”, por vezes dependente, por vezes “perigosa” (Levitas, 2000 *cit. in* Capucha, 2005, p.66).

Mas afinal quem são pobres? Para Fernandes (1998), pobre é o que, debatendo-se com a privação e a falta de recursos, vive na dependência. Já para Costa *et al* (2008) a pobreza é entendida como uma situação de privação por falta de recursos. Contudo, o autor distingue pobreza de privação. A privação comporta uma situação de carência, que se refere a necessidades humanas básicas e que pode surgir da falta de recursos. Portanto, uma situação de privação que não seja devida à falta de recursos não é considerada pobreza e, conseqüentemente, o tipo de apoio necessário tem que ver com o uso adequado dos recursos.

A solução da pobreza está na resolução da falta de recursos e da privação. Porém, essa problemática não se resolve apenas com medidas assistenciais, pois estas podem criar uma situação de dependência dos indivíduos, uma vez que existem maneiras de resolver a privação sem resolver a pobreza. O procedimento mais habitual e comum é apoiar monetariamente ou em espécie, o que permite satisfazer as necessidades básicas. Assim, mesmo que o apoio seja monetário, o pobre mantém-se em situação de

dependência de meios extraordinários. O problema da falta de recursos, todavia só fica resolvido quando a pessoa se torna autossuficiente e consegue adquirir os rendimentos ditos comuns na sociedade (Costa *et al*, 2008).

A forma corrente de identificar se uma pessoa é pobre ou se é socialmente excluída consiste em avaliar as suas condições de vida objetivas, já que essa é a dimensão mais visível e observável da pobreza, mesmo não sendo a mais grave. Entende-se por condições visíveis do problema a alimentação, o modo de vestir, as condições habitacionais, o estado de saúde, entre outras. Nesta concepção, a pobreza não se trata apenas de carências materiais, ou seja, a pobreza afeta também o ser humano em outras dimensões como, os seus sentimentos, personalidade, hábitos, cultura, comportamentos, cumprimento dos deveres e a utilização dos seus direitos, sobretudo a sua liberdade (Costa *et al*, 2008). Por isso, “qualquer ação que não valorize a necessidade de “reabilitação” psicológica e social do pobre, pode não ter eficácia, ou ter uma eficácia muito inferior àquela que poderia ter de outro modo” (Costa, 1998 p.39).

Urge então restituir ao pobre o poder necessário para exercer plenamente a sua cidadania. A redistribuição do poder torna-se importante para que os que dispõem de alguma forma de poder, coloquem esse poder prioritariamente ao dispor daqueles que estão privados de toda a forma de poder (os pobres e excluídos) (Costa, 1998).

A pobreza pode ser estudada com base em duas perspetivas teóricas que coincidem com duas tradições que só recentemente começaram a encontrar-se: a perspetiva culturalista assente no conceito de cultura da pobreza e a perspetiva socioeconómica (Capucha, 2005). De seguida são apresentadas cada uma delas.

A abordagem culturalista centra-se no carácter antropológico das comunidades, famílias, indivíduos e no conceito de cultura de pobreza. Aqui privilegiam-se as relações interindividuais, as representações e práticas sociais, as estratégias de vida, a organização familiar, os padrões de consumo e os sistemas de valores que configuram modos de vida diferenciados relacionados à pobreza (Rodrigues *et al*, 1999).

A incorporação de uma cultura da pobreza resulta num processo de acomodação dos mais pobres, face aos benefícios que recebem e aos seus modos de vida, num processo que se torna vicioso e impeditivo da reinserção, quando acompanhado por práticas institucionais desadequadas (Rodrigues, 2010).

A cultura de pobreza, cujas características são universais, é vista como um sistema de defesa contra a humilhação sem o qual a subsistência se tornaria impossível (Lewis, 1979, *cit. in* Capucha, 2005, p.68), resultado de um universo social e simbólico marcado

pela instabilidade das condições de vida e também pela vergonha (Bréban, 1984; Hoggart, 1957 *cit. in* Capucha, 2005, p.68).

Internamente, as famílias e grupos pobres formam comunidades fortemente integradas, contudo segregadas no contexto societal (Capucha, 2005). A força dos laços internos (nem todos num sentido positivo) contrapõem-se com a capacidade de se relacionar com as instituições correntes da sociedade, chegando a ter ódio de algumas delas, como a polícia (Lyon e Meca, 1988; Murard, 1988 *cit. in* Capucha, 2005, p.68).

O sentimento de pertença a uma comunidade e o fechamento sobre si própria tendem a ser vistos como mecanismos de defesa de modos de vida irregulares, marcados pelas escassez e produto da segregação e marginalização (Capucha, 2005). Assim, “o sentimento identitário, bem como as redes sociais de relacionamento que o suportam, tendem a fechar as pessoas, as famílias e as comunidades pobres nos limites da sua própria precariedade, vivida como uma fatalidade a que as pessoas se resignam” (Capucha, 2005, p.68).

Os efeitos desta resignação encontram-se na forma como a necessidade de sobrevivência produz orientações de vida centradas no presente, na instabilidade e no desenvolvimento de laços familiares atípicos, ao mesmo tempo reflexo e causa da instabilidade dos modos de vida. O mesmo se poderia dizer de outros aspetos como a fraca qualificação profissional e escolar, que levam estes sujeitos (quando não vão para o desemprego oficial) para mercados de trabalho mal remunerados, instáveis, “por vezes na base de sistemas de serviços prestados informalmente na própria comunidade, formando economias não monetárias e marginais” (Capucha, 2005, p.88).

À instabilidade material associa-se a instabilidade emocional (Capucha,2005). A escassez e a irregularidade dos rendimentos geram vergonha, mas também a adoção de práticas de inversão simbólica, que revelam uma ambição de integração social que não é suportada pelos recursos, sendo traduzida por exemplo no exagero e no excesso em momentos excepcionais de consumo (Petonnet, 1988 *cit. in* Capucha, 2005, p.69).

Torna-se difícil romper com estas condições de existência, o que contribui para a transmissão geracional da cultura de pobreza e, conseqüentemente, para a sua consolidação estrutural (Capucha, 2005).

É verdade que as dinâmicas culturais e os modos de vida são fatores reprodutores da condição do pobre. Contudo, é também verdade que a abordagem ideológica da cultura da pobreza pode servir “à “dessocialização” da pobreza, atribuindo os insucessos das políticas sociais aos próprios pobres, mais do que à organização dessas políticas e à sua

gênese institucional” (Rodrigues, 2010, p. 197), até porque, e para o mesmo autor, a pobreza envergonhada também se manifesta nos indivíduos que vivem na dependência de subsídios, mas que tentam manter as suas práticas anteriores numa tentativa de preservar a sua anterior imagem de pertença a uma classe social mais abastada.

Na abordagem socioeconómica associa-se a pobreza a uma situação de privação resultante da insuficiência de recursos económicos, relacionando-os com as noções de subsistência e de necessidades básicas. Os estudos no âmbito desta abordagem ressaltam os conceitos de pobreza absoluta e relativa, permitindo esta sistematização avaliar se uma pessoa vive numa situação de pobreza. Nesta dicotomia está presente uma relação de complementaridade e não de antagonismo, contudo é imperativo ressaltar que a pobreza é algo muito mais complexa do que ter por base os conceitos relativos ou absolutos (Rodrigues *et al*, 1999).

Desta forma, Rowntree (1971 *cit. in* Costa *et al*, 2008, p.32), através de uma perspectiva biológica, definiu o limiar de pobreza como “a despesa mínima necessária à manutenção de mera saúde física, ou seja, à alimentação, renda de casa e “diversos domésticos” (roupa, luz, combustível, etc.)”. O mesmo autor defende dois tipos de pobreza: primária e secundária. A pobreza primária refere-se a um limiar de pobreza quando uma família não consegue fazer face às despesas respeitantes à saúde física. No que concerne à pobreza secundária, refere-se a uma situação em que os proventos de uma família conseguem fazer face às despesas de saúde física, embora o que sobra desses recursos seja gasto em outras despesas que podem ser úteis ou esbanjadoras (1971 *cit. in* Costa *et al*, 2008, p.32).

A definição de Rowntree tem sido criticada porque, nesta conceção de pobreza, a subsistência é a principal referência, levantando dificuldades metodológicas por exigir a definição das necessidades básicas de subsistência (Almeida, 1994), restringindo o ser humano à capacidade de sobrevivência e eficiência física (Capucha, 2005), além de permitir o desenvolvimento de políticas assistencialistas que visam somente a manutenção desse mesmo nível sobrevivência. Assim, morrer de fome seria o resultado mais extremado e significativo de uma situação de pobreza (Crespo e Gurovitz, 2002).

Uma das alternativas ao conceito absoluto é o conceito relativo de pobreza defendido por Townsend, tendo sido o principal arquiteto deste conceito. Para este autor, uma família, ou um indivíduo está numa situação de pobreza quando não tem recursos para conseguir alimentação ou participar em atividades, ou não conseguir ter sequer as comodidades estabelecidas pela sociedade em que estão inseridos, o que os leva a

excluírem-se dos estilos de vida considerados numa sociedade (Townsend, 1979 *cit. in* Costa *et al*, 2008, p. 41).

Segundo o padrão de pobreza relativa para a definição das necessidades e avaliação de como estas são ou não satisfeitas tem a ver com o contexto social a que pertence o sujeito (Costa *et al*, 2008). O critério decisivo já não é o de subsistência, mas o de desigualdade que existe na distribuição dos rendimentos (Capucha, 2005). Ou seja, considera-se uma pessoa pobre quando, ao ser comparada com outras pessoas, tem “menos de algum atributo desejado” (Crespo e Gurovitz, 2002, p. 4).

Townsend concebe a pobreza como sendo sobretudo relativa, no entanto não é suficiente considerar apenas a dimensão relativa das necessidades. Partindo desta linha, Sen efetua algumas críticas a este conceito (Costa *et al*, 2008).

A pobreza para Amartya Sen (1999), pode ser definida como a privação das capacidades básicas e não como a (não) posse de rendimentos inferiores a um determinado limiar. A capacidade, na análise da pobreza, permite melhorar o entendimento da natureza e das causas da pobreza. Esta é o tipo de liberdade, de concretização de direitos e de ter estilos de vida diversos que depende daquilo que uma pessoa pode considerar valioso fazer ou ter.

Sen (1999) refere que ninguém está livre de cair na pobreza, basta lembrar a Nova Questão Social Contemporânea. Em vez de se engendrar a entrega de subsídios, que apenas vão controlar, não resolvendo nada, há que criar condições para que a pobreza e a fome não existam, e para que a liberdade seja concretizada, de forma a que as pessoas escolham livremente o seu projeto de vida. Se não existe liberdade de escolha ou condições contextuais, a responsabilidade não pode ser imputada aos indivíduos.

Desta forma, a centração no rendimento é simplista e incompleta. Portanto, uma pessoa só é livre quando exerce este direito na sua plenitude, por outras palavras, uma pessoa só é livre quando pode optar por comer ou não comer, logo uma pessoa que não tem o que comer não é livre. Outro exemplo é que com uma educação básica e serviços de saúde melhores, aumenta o potencial dos indivíduos para obterem rendimentos e escaparem ao ciclo de pobreza. Capacitar é, então, trabalhar com as pessoas para que consigam adquirir novas competências (Sen, 1999 *cit. in* Crespo e Gurovitz, 2002, p.5).

Assim, a relação da pobreza em geral e da fome, em particular com a liberdade, também serve para mostrar que a privação, mesmo na forma elementar de privação alimentar, não é apenas material, pois repercute-se noutras formas de necessidades humanas, materiais e imateriais (Sen, 1999).

Deepa Narayan (2000) complementa e expande o conceito de pobreza proposto por Sen. O seu objetivo era pôr a tónica nas narrativas dos pobres, qual é a sua situação e do modo como vivem, referindo que não se devem responsabilizar os pobres por terem desvantagens, pois, se passam fome, não são livres, logo não têm responsabilidade. (Narayan, 2000 *cit. in* Crespo e Gurovitz, 2002, p.8).

A mesma autora defende que a compreensão profunda da pobreza e as estratégias de intervenção sociopolíticas implicam conhecer a realidade, os valores e as conceções dos que são pobres, em complemento com análises mais estruturais. Os pobres têm consciência da sua falta de voz. A pobreza deixa os pobres mais vulneráveis à humilhação e a falta de poder que acarreta incapacidade de manter a identidade cultural e de participar na vida pública devido à rutura de elos sociais (ligados a fatores estruturais e à ausência de condições de vida adequadas). Nesta conceção, os pobres valorizam mais a capacitação do que o rendimento, pois relacionam a falta de potencialidades à vulnerabilidade e exposição ao risco. A doença também é temida por lançar as famílias à pobreza, já que ela pressupõe falta de cuidados com a saúde, custos elevados com tratamentos médicos e a perda da vida pela doença.

Uma definição resumida do conceito de pobreza apresentada pela autora e baseada na perspectiva dos pobres é: “Pobreza é fome, é falta de abrigo. Pobreza é estar doente e não poder ir ao médico. Pobreza é não poder ir à escola e não saber ler. Pobreza é não ter emprego, é temer o futuro, é viver um dia de cada vez. Pobreza é perder o seu filho para uma doença trazida pela água não tratada. Pobreza é falta de poder, falta de representação e liberdade” (Narayan, 2000 *cit. in* Crespo e Gurovitz, 2002, p. 11).

Tentar analisar a pobreza como uma questão de desigualdade, ou vice-versa, seria pouco justo para qualquer delas. Desigualdade e pobreza não deixam, claro, de estar relacionadas. Mas nenhum dos conceitos se subordina ao outro (Sen, 1999 *cit. in* Capucha, 2005, p.74).

A desigualdade associa-se a uma forma de tratamento, relaciona-se com o estar e com o ter (Fitoussi & Rosavallon, 1997), sendo apenas um conceito comparativo entre duas situações e tem que ver com a forma como os recursos são distribuídos pelos indivíduos, agregados, entre outros. Por isso, a mesma proporção de recursos para todos quer dizer igualdade absoluta, e a concentração de todos os recursos numa só unidade, com proporções inexistentes para outros, significa desigualdade extrema. Sendo assim, a desigualdade não se preocupa se as parcelas que cabem em cada unidade traduzem-se em níveis de vida e estilos de vida (Costa *et al*,2008).

É no espaço económico que a face da desigualdade é mais conhecida, onde boa parte da população não dispõe de dinheiro suficiente para conseguir desfrutar das condições de vida mínimas (Rediteia, 2015).

Se a desigualdade se associa a uma forma de tratamento e se relaciona com o estar e com o ter ela é circunstancial. Logo, as desigualdades são geradas num âmbito de uma história, emergem num dado contexto. Contudo, estas desigualdades podem ser ultrapassadas, pois transformar as desigualdades é transformar a forma como uma sociedade se organiza (Fitoussi & Rosavallon, 1997).

Por outro lado, a pobreza, pondo de lado os conceitos absolutos, relativos ou subjetivos, tem a preocupação com a satisfação das condições de cada indivíduo, ou com os recursos que são necessários para se ter acesso a um determinado estilo de vida. Além disso, a pobreza adota a existência de um limiar abaixo do qual as pessoas devem considerar-se pobres. Assim, a identificação desse limiar tem de se basear em critérios absolutos quer em critérios relativos. Aqui encontra-se a principal distinção entre desigualdade e pobreza (Costa *et al*, 2008).

Como foi expresso por Labbens (1969): “Um homem pobre não é um homem rico com menos dinheiro; ele é outro homem. As diferenças entre um e outro não se relacionam apenas com o rendimento, também dizem respeito à educação, relações sociais, em suma a todos os domínios da vida social: ser rico e ser pobre são dois estilos de vida”. Estas linhas facultam uma ilustração da distinção entre pobreza e desigualdade (*cit. in* Costa *et al*, 2008, p.55).

2. Exclusão social

A exclusão social sempre se encontrou em numerosas sociedades de outros tempos, sob a forma, por exemplo, do exílio, do ostracismo ateniense, ou do gueto. A maior parte destas rejeições consistia em separar um indivíduo ou um grupo da comunidade ordinária, desprezado e privado de todo o contacto com os outros. Verificava-se então, que a maior parte das sociedades históricas, estabeleceram uma distinção entre membros de pleno direito e membros com um estatuto à parte. A exclusão fazia parte da normalidade das sociedades, não levantando problemas de consciência moral ou política, exceto quando se ajudava sob o desígnio da caridade (Xiberras, 1993).

Importa clarificar, desde já, que pobreza e exclusão social são termos que se relacionam, mas não são sinónimos. O conceito de pobreza é distinto do conceito de exclusão. O primeiro adota uma abordagem distributiva de cima para baixo, quanto à

análise da sociedade, ou seja, a análise da pobreza incide sobre a distribuição de recursos, serviços, acesso, oportunidades representadas de forma vertical, colocando aqueles que possuem mais numa posição de topo, enquanto aqueles que têm menos são colocados numa posição inferior. Contrariamente, o conceito de exclusão refere-se a uma abordagem diferente, de dentro para fora, focando-se principalmente na força dos laços sociais existentes entre os indivíduos e os grupos ou a sociedade (Costa *et al*, 2008).

Pode referir-se que o facto de a pobreza implicar uma carência de recursos coloca-a como sendo uma forma de exclusão social (Costa *et al*, 2008). Aliás as situações de precariedade são quase sempre o terreno onde se desenvolve a exclusão. Elas são um momento deste processo, na sua maioria a primeira etapa. A zona de exclusão interfere com a zona da pobreza ou precariedade e a estes fatores se acumulam outros que determinam as situações de exclusão (Clavel, 2004).

Contudo, nem todos os pobres participam na exclusão e nem todos os excluídos sofrem, de forma sistemática, de uma grande pobreza (Clavel, 2004). Um exemplo disto respeita aos idosos, uma vez que estes são mais vulneráveis à pobreza do que os mais jovens. Porém, o problema dos idosos não é a pobreza, mas o isolamento (Costa *et al*, 2008).

Xiberras (1993, p.18) refere que as formas mais visíveis do processo de exclusão assentam na rejeição das representações normalizantes da sociedade moderna, em que o “homo Economicus” constitui o modelo dominante, e por oposição, aqueles que recusam ou são incapazes de participar nesse modelo, são excluídos. Posto isto, a exclusão situa-se num processo global de precarização e de empobrecimento no qual a história pessoal se inscreve e reage para constituir percursos específicos. O próprio trabalho já não chega para escapar à precariedade e às suas consequências. Mesmo que as pessoas não fiquem sistematicamente nesta situação, o risco é cada vez maior para um número crescente de pessoas (Clavel, 2004).

À imersão num circuito de assistência junta-se o fechamento em circuitos específicos dos outros campos sociais, resultado do processo de exclusão, mas também se juntam respostas que as políticas públicas tentam dar em nome da luta contra a exclusão, como por exemplo o RSI e os alojamentos específicos. Políticas que independentemente das intenções, parecem “correr atrás de realidades mutantes que lhes escapam indefinidamente por falta de domínio dos seus fundamentos” (Clavel, 2004, p. 156). A este respeito Fernandes, (1998) refere que é a situação estrutural socioeconómica que produz a exclusão (e também a pobreza), mas, para se perpetuar, tenta minimizar os

efeitos do seu funcionamento, logo não se resolve o problema se são aplicadas medidas contraditórias.

A nível social, a exclusão social é uma perda de oportunidades de desenvolvimento de uma sociedade, visto que, por exemplo, ela provoca segregação, fratura social, conflitualidade social, risco de marginalização e inclusivamente produz efeitos demográficos como migrações e descida da natalidade. Já no ponto de vista económico, o facto de certas partes da população não participarem nas estruturas produtivas é uma perda em termos de potencial de desenvolvimento das populações. Democraticamente, quebra-se o princípio da igualdade, a garantia dos direitos fundamentais e o princípio da participação cidadã (Rediteia, 2015). Neste seguimento, Capucha refere que os excluídos não estão fora do sistema. Os excluídos são, numa parte importante, “aqueles que estão amarrados e submetidos pelos mais fortes laços às piores situações de existência marginal”. Assim, estar excluído, não é ser um não-membro da sociedade, mais sim um não-cidadão. Ou seja, é-se um membro da sociedade a quem foram retirados os direitos de cidadania (1998, p.21).

Para Fernandes (1998), a exclusão social é uma consequência de sucessivos insucessos que levam os indivíduos a becos sem saída. Dentro da mesma linha, Costa *et al* (2008) define a exclusão como um processo, que vai das formas mais superficiais de exclusão para formas e graus mais profundos e abrangentes. A forma mais extrema de exclusão (frequentemente associada aos sem-abrigo) corresponde à rutura com todos os sistemas sociais básicos. Daí Rodrigues *et al* (1999) referir que a exclusão tem um carácter cumulativo, dinâmico e persistente, encerrando no seu núcleo processos de reprodução (através da transmissão geracional) e evolução. Em forma de complemento, Clavel (2004) também defende que a exclusão tem um carácter dinâmico, devido às evoluções (desemprego, pobreza e insegurança) que se verificam na sociedade e que por sua vez destabilizam aqueles que fazem parte da mesma, mas também devido às trajetórias individuais também elas marcadas por diversas mudanças, nomeadamente a saída de uma vida económica estável para a precarização e posteriormente para uma situação de exclusão, a qual é cada vez mais difícil superar. Defende ainda que a exclusão é multidimensional, na medida em que a situação de exclusão consiste num somatório de situações.

Para perceber o fenómeno da exclusão é importante que esta não seja diminuída ao domínio dos laços sociais, embora estes sejam fundamentais, a exclusão e a sua superação, não passam apenas por essa dimensão. A sociedade é um conjunto de sistemas

sociais e para se compreender a exclusão é necessário, primeiramente, compreender de onde se está excluído, ou seja, é necessária a existência de um referencial do qual se está excluído, considerando-se que uma pessoa está em situação de exclusão quando se encontra excluída de todos os domínios/sistemas sociais que compõem a vida humana (Costa *et al*, 2008). Os grupos sociais ou os indivíduos podem permanecer à margem ou na sua fronteira, oscilando à menor rutura, seja para atravessar de uma maneira transitória, ou de forma duradoura, acumulando várias situações (Clavel, 2004).

É incontestável referir que no espaço urbano surgem mais visivelmente os sinais de exclusão. A forma como o processo de urbanização distribui os indivíduos, grupos ou classes sociais nos espaços/alojamentos diferenciados reproduz, grosso modo, as desigualdades sociais. A ocupação dos bairros é o resultado de uma competição arbitrada pelo poder de compra das famílias. Por isso, a exclusão também é não poder escolher a sua habitação nem a sua localização. O espaço ou alojamento é carregado de um valor simbólico que pode passar por uma adesão a uma posição social valorizante para alguns e o isolamento numa posição desvalorizada para outros: a de excluído. Estas lutas de ordem simbólica revestem-se de uma importância particular, uma vez que os indivíduos ou grupos sociais identificam-se ou distinguem-se. Esta distinção pela aquisição ou usufruto de bens, sinais de pertença ao grupo social de referência, ora sob a forma de rejeição de um ou outro grupo cuja posição social é considerada indesejável, pois é sinal de decadência ou de desqualificação social, ora ainda através deste movimento duplo (Clavel, 2004).

Assim para se compreender um processo de exclusão e para se intervir nele de forma a incluir as pessoas, é necessário ter em conta e compreender cinco domínios: sociabilidade (família, amigos); económico (geradores de rendimento, mercado de bens e serviços, educação, saúde, emprego); institucional (serviços de apoio social, justiça, habitação, informação); espacial (território) e por fim o simbólico (referências identitárias, construção de memórias individuais e coletivas) (Costa *et al*, 2008).

Nesta conceção de ideias Clavel (2004) defende que num processo de exclusão existem três domínios considerados indicadores de exclusão: indicadores quantificáveis, que se referem por exemplo ao alojamento, rendimentos, saúde em mau estado por falta de cuidados; défice da relação social, caracterizada pelo isolamento, que se deve a ruturas brutais ou progressivas, estas últimas com mais frequência, juntando incidentes e acumulando-se. Existe, então, uma diminuição das redes de relações profissionais ou de amigos devido ao desemprego e ruturas familiares, bem como a não participação na vida

associativa e política; e indicadores simbólicos, consistindo estes na estigmatização, autoexclusão, representações sociais. Para existir uma situação de exclusão têm de estar presentes, simultaneamente, pelo menos um elemento de cada um dos grupos referidos.

Robert Castel (*cit. in* Clavel 2004, p. 162) define exclusão social como sendo “a fase extrema do processo de “marginalização”, entendido este como um percurso “descendente”, ao longo do qual se verificam sucessivas ruturas na relação do indivíduo com a sociedade. O autor refere a noção de desapropriação, na medida em que existe uma perda ligada à proteção social, ao direito de trabalho, existindo sobretudo uma perda de estatuto e de referências de identidade, isto leva os indivíduos a isolarem-se e essa individualização sendo negativa, conduz ao enfraquecimento da rede de sociabilidade. Uma vez que se verifica essa quebra dos laços de socialização a exclusão surge como um processo de desinserção social das pessoas ameaçadas de desqualificação. À quebra dos laços juntam-se ruturas a nível familiar e extrafamiliar, derivadas das ruturas profissionais, existindo por parte dos serviços e dos próprios indivíduos a percepção de que estes são desqualificados na sociedade (Paugam,2003).

Indo ao encontro de Paugam (2003), Vincent de Gaulejac e Isabel Taboada (1994, *cit. in* Clavel 2004, p. 162) referem o conceito de desinserção composto por três fases: resistência, quando existe uma contestação e a recusa de aceitação de uma imagem negativa sobre si próprio; adaptação, quando existe a libertação do olhar da sociedade, modificando-se a imagem sobre si e por fim a instalação na situação de exclusão, existindo uma interiorização de uma imagem negativa e desvalorizada sobre si, emitida pela sociedade, aceitando o sujeito esse lugar, uma vez que, e como refere Capucha, a exclusão está “inculcada nas estruturas mentais das pessoas que a sofrem” (1998, p.20). Neste seguimento, a exclusão diz respeito “à forma como as pessoas excluídas vivenciam a sua condição de excluídas, reagindo perante o estatuto desvalorizado que lhes é imposto e desenvolvendo formas de adaptação às situações com que são confrontadas” (Capucha,1998, p. 20).

Para prevenir o risco de uma sociedade dual, a luta contra a pobreza e exclusão social deve ser levada a cabo de uma forma global em todas as frentes. É necessário requerer novas solidariedades como as fiscais, melhoria da proteção social, desenvolvimento de programas de ações específicas, multiplicação de medidas e políticas de inserção profissional dos jovens, partilha do trabalho, reconversão dos desempregados e aposta na modernização do aparelho económico. A luta contra exclusão requer simultaneamente a iniciativa do Estado e das coletividades locais, bem como a

participação ativa das populações desfavorecidas, a mobilização dos atores locais, a descompartimentação dos serviços, a concentração mais próxima do terreno e a “experimentação de que é exemplo a atitude “modernizar sem excluir” (Clavel, 2004, p.26).

3. Pobreza e exclusão social: velhos e novos problemas sociais

A modernidade tem sido atravessada por profundas mutações que abalam os pilares da vida em sociedade e transformam os quotidianos dos sujeitos, as concepções de homem e de vida. A aceleração dos ritmos do quotidiano, relacionada com a supremacia de valores como a produtividade e inovação, vem fragmentar o mundo de continuidade e de supostas certezas que caracterizaram a modernidade (Amaro, 2015).

O contexto atual é o de crise. Os últimos anos têm sido marcados por uma profunda crise económica e social que afeta a população portuguesa em risco de pobreza e exclusão social. Muitos cidadãos vivem hoje em condições que não são compatíveis com a dignidade humana, nem com uma sociedade democrática. Assim, uma parte considerável da população portuguesa não tem satisfeitas as suas necessidades básicas nos domínios da educação, habitação, justiça, emprego e proteção social (Rediteia, 2015).

Vive-se hoje, como Beck e Guiddens (1997 *cit. in* Amaro, 2015) referem, numa sociedade de risco, marcada pelo desenvolvimento tecnológico excessivo, pela globalização dos sistemas económicos, sociais e culturais, pela industrialização, pela consequente destruição ambiental. Assim, a globalização que se torna um fator decisivo na criação de oportunidades, pela capacidade produtiva que acarreta consigo e pelas redes e laços que facilita, é apontada como a responsável pela crise social e pela manutenção da pobreza (Capucha,1998). Além disso, a globalização traz consigo a ideia de risco globalizado que afeta toda a humanidade, podendo inclusive colocar em risco toda a vida do planeta. Assim, a designação de sociedade de risco tem sido utilizada para definir uma sociedade onde a informação e o conhecimento têm um papel fundamental, mas, ao mesmo tempo, não existe uma certeza das reais condições de fracasso e sucesso nas diferentes esferas da vida. Mais do que risco, o conceito a utilizar deverá ser o de incerteza. Só este conceito retrata com o rigor necessário a incalculabilidade das consequências possíveis que podem ocorrer (Martins, 1997/1998 *cit. in* Amaro, 2015).

O modelo do Estado-Providência revelou que é incapaz de garantir, por si só, pleno emprego (emergindo precisamente o contrário, ou seja, o desemprego estrutural), de assegurar a sustentação financeira da proteção social das gerações vindouras num

contexto de acentuado envelhecimento, de evitar a ameaça do totalitarismo e xenofobia e de garantir uma distribuição justa da riqueza socialmente produzida e das oportunidades de vida a todas as pessoas (Capucha,1998).

A “velha” questão social da relação salarial e da luta de classes é substituída pela “nova questão social”. Se antes se colocava problemas de dominação de classe e de exploração, agora a nova questão social será a daqueles que ficam de fora do processo e das estruturas produtivas, primeiro, e depois sociais, na condição de desempregados, de idosos, de marginais ou de assistidos (Capucha, 2005).

A precariedade parece que se tornou uma forma de existir socialmente e a vulnerabilidade social tornou-se uma constante. A vulnerabilidade não gera logo exclusão, mas da nova pobreza decorrem um conjunto de consequências com perdas sucessivas para o indivíduo. Estas novas formas e complexas formas de pobreza e exclusão, culminam com o questionamento da possibilidade de manutenção do laço social, como até hoje tem sido encarado. Os laços sociais são vários e de natureza diferente, mas todos eles fornecem ao indivíduo proteção e reconhecimento necessário à sua existência social (Amaro, 2015). A ideia de rutura de laços faz com que se possa ser pobre e não excluído (por exemplo, os camponeses ou trabalhadores pobres) e ser-se excluído sem ser pobre (por exemplo, os homossexuais) (Capucha, 2005).

Posto isto, nas sociedades atuais existe uma perda do sentido ético para a vida e o aumento da individualização. Assiste-se ao declínio das solidariedades de classes e à rutura de laços, fruto da modernidade. O que predomina é a individualização, é apenas o “eu”. Parece que os sujeitos são “abandonados” num mundo repleto de injustiças e dificuldades, expostos aos seus erros e insucessos a comparações desfavoráveis, não tendo a almofada das injustiças sociais, da sorte ou do destino. Quase que se pode falar de uma “morte social”, visto que o indivíduo enquanto responsável pelos seus atos é culpado pelos infortúnios que lhe acontecem, incluindo o seu sofrimento. Parece, então, que se naturalizam as desigualdades e foram perdidas as capacidades de os indivíduos se juntarem em torno de ideias e lutas comuns, que poderiam servir como uma fonte alternativa de identidade social ou mesmo como uma desculpabilização, onde o mau posicionamento na sociedade poderia advir das injustiças sociais (Diogo, 2007).

A constituição de um novo laço social terá de se adaptar para além do pleno emprego, do contrato social, da proteção social e familiar e dos estados de bem-estar. Tem de se encontrar uma nova forma que faça com que os infoexcluídos voltem a sentir-

se parte da mesma realidade, funcionando também como um fator de recuo dos processos de desfiliação (Amaro, 2015).

De seguida apresentamos alguns números da crise social e económica. A taxa de risco de pobreza é definida no Inquérito às Condições de vida e Rendimento (2014, p. 13) como a “proporção da população cujo rendimento equivalente se encontra abaixo da linha de pobreza definida como 60% do rendimento mediano por adulto equivalente”.

Quadro 1- Taxa de risco de pobreza (%)

Ano de referência do rendimento	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Taxa de risco de pobreza	17.9	17.9	18.0	17.9	18.7	19.5	19.5	19.0	18.3

Fonte: Adaptado do Instituto Nacional de Estatística (INE) (2018).

Como se pode observar desde 2008, onde vigorava um valor de 17.9%, a taxa de risco de pobreza tem vindo a aumentar, chegando a 19.5 % em 2014, sendo que em 2016 o valor desceu relativamente (18,3 %). Consequentemente, o limiar, ou linha de pobreza relativa (limiar do rendimento abaixo do qual se considera que uma família se encontra em risco de pobreza), também aumentou. Para melhor se perceber a evolução do limiar de pobreza analise-se o quadro seguinte:

Quadro 2- Limiar de risco pobreza em Portugal (€)

Ano de referência do rendimento	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Limiar de risco de pobreza-anual (€)	4149	4317	4386	4544	4886	4969	5207	5046	4994	4906	4937	5061	5269	5442

Fonte: Adaptado do INE (2018).

Pode-se ver que o limiar de pobreza tem aumentado ao longo dos anos. Em 2003, o limiar era de 4149 euros anuais o que correspondia a cerca de 345 euros mensais; em 2008 correspondia a 4969 euros anuais e a cerca de 414 euros mensais. Já em 2012 o limiar aumentou de 4906 euros para 4937 euros em 2013, ou seja, de 409 euros para 411 euros em termos mensais. Por fim, segundo os últimos dados estatísticos, em 2016 este limiar voltou a aumentar para 5442 euros anuais, o que corresponde a 453 euros mensais.

A percentagem de trabalhadores com vulnerabilidade à pobreza tem verificado algumas oscilações, registando em 2003 o seu maior valor (12.4%), tendo vindo a descer, registando 9.7% no ano de 2006 e 2010. Nos últimos dois anos com dados estatísticos disponíveis, esta taxa não teve grande diferença, registando em 2013, 10.7% e em 2014, 11.0%. Apesar da percentagem elevada de trabalhadores pobres, é junto da população sem emprego que a vulnerabilidade à pobreza é maior e tem vindo a aumentar ao longo dos anos. É importante sublinhar que, no ano de 2003, esta taxa estava nos 32.0%, mas, em 2013, 40.5% dos desempregados estavam em risco de pobreza e em 2014, a taxa voltou a subir atingindo os 42.0%.

Quadro 3- Risco de Pobreza segundo a condição perante o trabalho (%)

Ano de referência	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Total com emprego	12.4	11.9	11.2	9.7	11.8	10.3	9.7	10.3	9.9	10.5	10.7	11.0
Desempregado	32.0	28.4	31.1	32.2	34.6	37.0	36.4	36.0	38.4	40.3	40.5	42.0

Fonte: Adaptado do INE (2018).

No que respeita à intensidade da pobreza que mede quão pobres são os pobres: “Mede a diferença entre o valor do limiar de pobreza e o rendimento monetário mediano dos indivíduos em risco de pobreza. Quando se verifica o aumento da Taxa de Intensidade da Pobreza significa um agravamento da falta de recursos dos indivíduos em risco de pobreza” (Rediteia, 2015, p.99). Verificamos que em 2013, o valor foi de 30,3%, o que representa um salto de 2,9 pontos face ao ano anterior e de 7,1 pontos em relação a 2010. Significa que metade das pessoas consideradas pobres (cerca de 975 mil pessoas) tem um rendimento 30,3% inferior ao limiar de pobreza, ou seja, menos de 286 € mensais

(Rediteia, 2015). Contrariamente ao que seria de esperar, esta taxa desceu passando de 29.0 % em 2014, a 26.7% em 2015, aumentando ligeiramente em 2016 para 27.0%.

Quadro 4- Intensidade da pobreza (%)

Ano de referência do rendimento	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Taxa de intensidade da pobreza	23.6	22.7	23.2	24.1	27.4	30.3	29.0	26.7	27.0

Fonte: Adaptado do INE (2018).

O Índice de Gini é a medida mais utilizada na avaliação da desigualdade em Portugal. Segundo O Inquérito às Condições de Vida e Rendimento do INE, realizado em 2014, este o coeficiente de Gini é um “indicador de desigualdade na distribuição do rendimento que visa sintetizar num único valor a assimetria dessa distribuição” (p.13).

Quadro 5- Indicadores de desigualdade na distribuição de rendimento

Ano de referência	Un.	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Coeficiente de Gini	%	36.8	35.8	35.4	33.7	34.2	34.5	34.2	34.5	34.0	33.9	33.5
Desigualdade na distribuição de rendimentos (S80/S20)	Nº	6.5	6.1	6.0	5.6	5.7	5.8	6.0	6.2	6.0	5.9	5.7
Desigualdade na distribuição de rendimentos (S90/S10)	Nº	10.8	10.0	10.3	9.2	9.4	10.0	10.7	11.1	10.6	10.1	10.0

Fonte: Adaptado do INE (2018).

Nestes últimos anos tem-se assistido a um aumento das desigualdades. Efetivamente, quer o indicador S80/S20, quer o S90/S10 apontam para um aumento gradual e constante das desigualdades desde 2009. Já no que concerne ao coeficiente de Gini verifica-se

igualmente uma tendência do agravamento das desigualdades, apresentado em 2015, um valor de 33.9% e, em 2016, um valor de 33.5%.

As transferências sociais têm um impacto importante sobre a Taxa de Risco de Pobreza No que respeita aos níveis de pobreza, o Eurostat baseia a análise desta eficácia em três indicadores: “taxa de risco de pobreza após transferências sociais”, “taxa de risco de pobreza antes de transferências sociais, excluindo pensões” e “taxa de risco de pobreza antes de todas as prestações sociais” (Rodrigues *et al*, 2016). Comparando os três indicadores, pode-se avaliar a eficácia das transferências sobre a incidência da pobreza.

Quadro 6- Taxa de risco de pobreza após transferências sociais (%)

Ano de referência do rendimento	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Taxa de risco de pobreza após transferências sociais	17.9	17.9	18.0	17.9	18.7	19.5	19.5	19.0	18.3
Taxa de risco de pobreza após transferências relativas a pensões	24.3	26.4	25.4	25.3	25.5	26.7	26.4	25.0	23.6
Taxa de risco de pobreza antes das transferências sociais	41.5	43.4	42.5	45.4	46.9	47.8	47.5	46.1	45.2

Fonte: Adaptado do INE (2018).

Pela leitura deste quadro pode-se depreender que a taxa de risco de pobreza, já depois das transferências sociais, desde 2008 (ano onde a crise teve o seu maior impacto) até o ano de 2014 não tem sofrido grandes oscilações, visto que em 2008 a taxa estava nos 17,9%, mantendo-se mais ou menos estável até 2012 onde aumentou para 18,7%, verificando nova subida no ano seguinte para 19,5%, valor que se manteve em 2014. Contudo, em 2015, o valor desceu para 19,0%, chegando a 18,3% em 2016. Mas analise-se o quadro de novo. Em 2008 a taxa de risco de pobreza após transferências relativas a pensões era de 24,3 %, mas antes de qualquer transferência social era de 41,5%, valor que tem aumentado com o passado dos anos chegando a 47,8% em 2013 (e só após as transferências relativas a pensões passou a 26,7 %) e, no ano de 2015, apresentava um valor de 46,1%, chegando aos 25,0% após as pensões e, em 2016, apresentava um valor

de 45.2 %, chegando apenas aos 18.3% referidos anteriormente após as transferências sociais.

No âmbito da Estratégia 2020 definiu-se um novo indicador relativo à população em risco de pobreza ou exclusão social “que procura integrar os conceitos de risco de pobreza relativa (indivíduos com rendimentos anuais por adulto equivalente inferiores ao limiar de pobreza, ou seja, a taxa de risco de pobreza), de situação de privação material severa e o conceito de intensidade laboral per capita muito reduzida” (Rediteia, 2015, p.101).

Quadro 7- Risco de pobreza e exclusão social (%)

Ano de referência do rendimento	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
População residente em Risco de Pobreza e exclusão social	26.0	24.9	25.3	24.4	25.3	27.5	27.5	26.7	25.1	23.3

Fonte: Adaptado do INE (2018).

Ao analisar a taxa de risco de pobreza ou exclusão social os dados do INE indicam que, em 2014, 27.5% da população residente em Portugal encontrava-se em risco de pobreza ou exclusão social, não sendo previstas alterações face aos valores de 2013. Sublinhe-se, no entanto, um aumento de 3.1 pontos percentuais desde o início do programa de resgate financeiro de Portugal, em 2011 (24,4%). Contudo, é importante referir que no ano de 2015, esta taxa diminuiu 0,8 pontos percentuais, ou seja, passou a ter o valor de 26,7%. Em 2016, o valor correspondia a 25.1%, e a 23.3% em 2017.

A análise dos indicadores de privação material permite levar mais longe a investigação das dimensões materiais da pobreza. Assim, permite considerar os recursos monetários e algumas dimensões dos níveis de vida e de consumo. Até porque, “ser pobre não é exclusivamente a carência de um rendimento suficiente, mas traduz igualmente a incapacidade de acesso a bens e serviços que permitem usufruir de um nível de vida adequado à sociedade em que se vive” (Rodrigues *et al*, 2016, p.23). Ainda dentro do mesmo autor, é mencionado o conceito de privação material, que caracteriza o bem-estar dos indivíduos e das famílias a partir da quantificação da satisfação de um conjunto padrão de itens de conforto. Na União Europeia convencionou-se que um indicador de privação material pode ser estimado com base na resposta das famílias a um conjunto de nove itens. A privação material baseia-se na ausência de pelo menos 3 dos 9 itens,

identificados como representativos das necessidades económicas e materiais dos agregados familiares.

A privação material severa corresponde a ausência de pelo menos 4 dos 9 itens da privação material. Desta forma, os nove itens são: Sem capacidade para assegurar o pagamento imediato de uma despesa inesperada próxima do valor mensal da linha de pobreza (sem recorrer a empréstimo); Sem capacidade para pagar uma semana de férias, por ano, fora de casa, suportando a despesa de alojamento e viagem para todos os membros do agregado; Atraso, motivado por dificuldades económicas, em algum dos pagamentos regulares relativos a rendas, prestações de crédito ou despesas correntes da residência principal, ou outras despesas não relacionadas com a residência principal; Sem capacidade financeira para ter uma refeição de carne ou de peixe (ou equivalente vegetariano), pelo menos de 2 em 2 dias; Sem capacidade financeira para manter a casa adequadamente aquecida; Sem disponibilidade de máquina de lavar roupa por dificuldades económicas; Sem disponibilidade de televisão a cores por dificuldades económicas; Sem disponibilidade de telefone fixo ou telemóvel, por dificuldades económicas; Sem disponibilidade de automóvel (ligeiro de passageiros ou misto) por dificuldades económicas (INE,2018).

Quadro 8- Indicadores de privação material Portugal

Ano de referência	Un.	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Taxa de privação material	%	21.7	21.2	19.9	22.4	23.0	21.5	22.5	20.9	21.8	25.5	25.7	21.6	19.5	18.0
Taxa de privação material severa	%	9.9	9.3	9.1	9.6	9.7	9.1	9.0	8.3	8.6	10.9	10.6	9.6	8.4	6.9
Taxa intensidade da privação material	Nº	3.7	3.7	3.7	3.7	3.6	3.7	3.6	3.6	3.6	3.6	3.6	3.7	3.6	3.6

Fonte: Adaptado do INE (2018).

A taxa de privação material atingiu o seu valor mais elevado em 2014 (25.7%), apresentando uma diminuição para 19.5% em 2016, chegando aos 18.0% em 2017. A taxa de privação material severa de 2008 a 2011 mantém valores que oscilam entre 9.7% e 8.3%. Esta taxa atingiu o seu valor mais elevado em 2013 (10.9%). A partir de 2014 os valores começaram a descer, passando de 10.6 % nesse ano a 6.9 % em 2017. Já no que diz respeito à taxa de intensidade da privação material esta manteve-se estável, apresentando valores de 3.6% em 2008 e 2012, o que se mantém no ano de 2017.

O cálculo da Intensidade Laboral “tem em conta as pessoas com menos de 60 anos a residir em agregados familiares onde os adultos (entre 18 e 59 anos), que não são estudantes, trabalharam, em média, menos de 20% do tempo de trabalho possível” (Rediteia, 2015, p.105).

Quadro 9- Intensidade laboral per capita muito reduzida (%) anual

Ano de referência	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Intensidade laboral per capita muito reduzida	6.9	5.9	6.6	7.2	6.3	7.0	8.6	8.3	10.1	12.2	12.2	10.9	9.1	8.0

Fonte: Adaptado do INE (2018).

A percentagem deste indicador tem vindo a aumentar desde 2003, período em que a intensidade laboral exibiu um valor de 6.9%, até 2013, onde apresenta um valor de 12.2%. Em 2014 e 2015, os valores tem sofrido um decréscimo correspondendo a 10.9% e 9.1 %, chegando a 8.0% em 2016.

Quadro 10- Taxa de desemprego total em Portugal (valor anual)

Ano de referência	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Desemprego em Homens/Mulheres	12.8	15.80	16.5	14.10	12.50	11.20

Desemprego nos Homens	12.6	16.0	16.5	13.70	12.40	11.20
Desemprego nas Mulheres	13.0	15.6	16.5	14.40	12.70	12.20
Desemprego de longa duração	6.7	8.4	10.0	9.1	7.9	6.9

Fonte: Adaptado do INE (2018).

Como se pode observar pelo quadro anterior, a taxa de desemprego desde 2011 até 2014 tem vindo aumentar passando de 12,8 % para 14.10%, atingindo o seu valor máximo em 2013 (16.5%). A partir de 2015 esta taxa desceu apresentando valores de 12.50% e de 11.20% em 2016. Importa salientar que o desemprego nas mulheres tem, na sua maioria, valores mais elevados. Assim, a percentagem de desemprego nas mulheres era de 12.20% e a taxa de desemprego nos homens correspondia a 11.20%, também em 2016. Já o desemprego de longa duração teve o seu auge em 2013 (10.0%) e em 2016 apresenta um valor de 6.9%.

A rapidez e a profundidade das transformações sociais por que a sociedade está a passar colocam desafios e agudizam tensões no desenvolvimento das políticas públicas, especialmente as que têm o intuito de reduzir a pobreza ou minimizar os seus efeitos. Desta forma, coloca-se a questão da fiabilidade dos instrumentos de informação estatística disponíveis para conceber e monitorizar essas políticas, face à rapidez e profundidade do agravamento dos indicadores indiretos de pobreza e de degradação da situação social em geral (Diogo,2013).

A análise da pobreza tem-se feito a partir dos dados do Inquérito às Despesas das Famílias. Estes inquéritos são grandes operações estatísticas, realizadas de cinco em cinco anos (o que pode ser encarado como uma desvantagem), associados a um questionário que inclui cadernetas para o preenchimento pelas famílias selecionadas de todas as despesas familiares e individuais, durante duas semanas. Recolhe também dados demográficos, dados sobre rendimento e sobre os consumos não correntes, através de entrevista direta (INE, 2018).

Na verdade, o cenário pode ainda ser mais negro do que os números referidos anteriormente (Diogo, 2013). A linha de pobreza em cada ano é definida de forma relativa, estando dependente do nível e da distribuição do rendimento verificada nesse

ano e, em particular, do valor do seu rendimento mediano. Desta forma, em períodos de recessão económica, como o que Portugal tem vivido, a queda dos rendimentos familiares pode conduzir à descida do valor do rendimento mediano e, conseqüentemente, à diminuição do valor da linha de pobreza. Esta armadilha do rendimento mediano é particularmente sensível a situações como a portuguesa, em que a diminuição dos rendimentos de trabalho e das pensões afetou profundamente a zona de distribuição do rendimento, onde se situa o rendimento mediano. Assim, em consequência desta queda da linha de pobreza, muitos indivíduos e famílias que eram pobres deixam de o ser artificialmente apenas por mera metodologia estatística, ainda que, na realidade, tenham exatamente o mesmo rendimento (Rediteia,2015). Ainda se pode referir que os membros das classes médias viram os seus rendimentos diminuírem e o seu nível de compromissos manter-se (designadamente créditos vários), ficando com um rendimento disponível que os pode colocar abaixo do limiar de pobreza. Porém, apesar das dificuldades que sentem no dia-a-dia, formalmente encontram-se acima do mesmo limiar (Diogo, 2013).

Para eliminar este efeito (diminuição do limiar de pobreza), o INE calculou, em 2013, a percentagem de pessoas em risco de pobreza fixando o limiar de 2009, ano cujos rendimentos começaram a cair. Tendo por base a linha de pobreza ancorada no tempo, a taxa de risco pobreza em Portugal, em 2013, seria de 25.9%, mais 6.4 % do que a taxa de pobreza verificada através do cálculo normal. Desta forma, quando se elimina o efeito da descida dos rendimentos, constata-se que há cerca de 640 mil mais pobres do que a estatística oficial indica (Rediteia,2015).

Na definição oficial de pobreza, proveniente da União Europeia, em particular do Eurostat, considera-se pobre quem tem um rendimento abaixo de 60% da mediana do rendimento nacional por adulto equivalente. De notar que para o Eurostat está em causa o limiar de risco de pobreza e não o limiar de pobreza, embora, na prática, seja a mesma coisa. Esta definição é perfeitamente arbitrária, não havendo um fundamento científico claro para a sua adoção e, além disso, fornece apenas algumas informações sobre a pobreza, de carácter mais descritivo, não dando conta da sua multidimensionalidade e da sua relação com as desigualdades mais amplas que estruturam as sociedades. Ora, os indivíduos em situação de pobreza são apenas uma parte dos processos sociais que os levaram aí. O estudo da pobreza sem ter em conta as dimensões sociais acaba, em consequência, por ser uma opção política, dado que se encerra o problema nos indivíduos em situação de pobreza, não problematizando o papel da produção e reprodução da pobreza destas dimensões sociais. Assim, corre-se o risco de poupar a sociedade a uma

análise crítica do seu funcionamento, construindo um objeto de investigação que, muito provavelmente, não dará boa conta da realidade social (Diogo, 2013).

Um exemplo prático das limitações estatísticas pode ser visto em relação à taxa de risco de pobreza. Esta, antes de qualquer transferência social (pensões incluídas), é de 45.2% em 2016, se apenas for considerado os rendimentos do trabalho, de capital e das transferências privadas. Este indicativo tem vindo a aumentar de forma constante desde 2008, onde tinha uma percentagem de 41.5%. Em 2011 o seu valor era de 45.4%, em 2014 de 47.8% e em 2015 atingiu um valor de 46.1%. Contudo, se se considerar as pensões no cálculo da taxa de pobreza, ela reduz-se no último ano de dados disponíveis para 23,6% e só chega a 18,3% com outros apoios. Esta situação vem, mais uma vez, demonstrar que as estatísticas oficiais utilizadas pelo governo mascaram a pobreza real que existe e que se faz sentir dentro da população mais carenciada (Rediteia,2015).

A taxa de risco de pobreza observada contrasta com alguns indicadores indiretos de pobreza. Desde logo, os indicadores de cariz subjetivo, e aqui pode-se falar da perceção dos responsáveis das instituições de combate à pobreza e à exclusão social. As declarações públicas destes responsáveis têm sido, ao longo dos últimos anos, no sentido de reportar um aumento dos pedidos de ajuda, um esgotamento dos serviços e apoios que disponibilizam e um crescimento da pobreza que atinge indivíduos que, em muitos casos, pertenceriam, na sua avaliação subjetiva, às classes médias. Contudo, pode alegar-se que, apesar de tudo, esta perceção dos responsáveis das instituições não é um bom indicador do aumento da pobreza, dado que não há nelas qualquer preocupação ou fundamentação estatística, isto é, pode considerar-se que declarações deste tipo não são representativas da situação social do país (Diogo, 2013).

Ainda em relação à taxa de risco de pobreza, os dados mostram que houve uma estabilização da taxa entre 2008 e 2011. Num ano em que em Portugal sofreu o agravamento da crise em económica (2008), poder-se-ia pensar que o aumento da taxa de risco de pobreza se acentuou. Poder-se-ia acrescentar também que a implementação de medidas políticas tendo em vista a redução do deficit, que têm se traduzido em cortes nas prestações sociais (abono de família, subsídio de desemprego, baixas médicas, complemento solidário para idosos e rendimento social de inserção), precisamente dirigidas aos indivíduos mais vulneráveis à situação de pobreza ou àqueles que estão em situação de pobreza, aumentaria esta taxa. Contudo, não é o que a taxa de risco de pobreza mostra. Então, pode-se dizer que se trata de mais um indicador de degradação da condição económica dos portugueses, primeira condição para o aumento da pobreza. Para

conseguir perceber esta dissonância entre a inamovibilidade da taxa de risco de pobreza oficial e a percepção pública de que a pobreza está a crescer, deve-se consultar indicadores que permitam perceber a questão para além dos termos que produziram esta dissonância. Adjuvante a isto, a independência entre a taxa de desemprego e a taxa de risco de pobreza é muito evidente. Contudo, este não deixa de ser um resultado estranho: se o rendimento dos portugueses depende, em grande parte do trabalho, não se percebe como é que o crescimento exponencial da taxa de desemprego, pelo menos desde 2009, não tem qualquer efeito no crescimento da taxa de risco de pobreza, tanto mais que é concomitante com a redução das prestações sociais, a outra grande fonte de rendimento dos portugueses (Diogo, 2013).

A análise da incidência da pobreza de acordo com a condição perante o trabalho, permite evidenciar traços característicos da pobreza atual em Portugal: em primeiro lugar a elevada taxa de incidência da pobreza entre a população desempregada, que traduz claramente as consequências sociais do forte agravamento do desemprego e da progressiva desregulamentação do mercado de trabalho. Em segundo lugar, a constatação de que a inserção no mercado de trabalho não é só por si suficiente para evitar as situações de pobreza. Assim, existem pessoas que mesmo trabalhando não conseguem fazer face às despesas, vivendo em condições degradantes (Rediteia, 2015).

Este cenário apresentado de limitações estatísticas, de crise, de desemprego, alude a Serge Paugam. Afinal para Paugam (2003) todas as mudanças que ocorreram no mercado de trabalho resultaram naquilo que o autor chamou de desqualificação social.

Capítulo II- A desqualificação social

1. Introdução à desqualificação social

Serge Paugam (2003), ao analisar as transformações do mercado de trabalho e as suas consequências para os indivíduos, concluiu que essas mudanças seriam responsáveis por um processo que ele designou de desqualificação social. Por isso, falar em desqualificação social significa abordar questões relativas à situação de pobreza vinculadas aos processos de exclusão do mercado de trabalho, onde predomina os empregos instáveis, o desemprego de longa duração, o enfraquecimento de laços sociais, as ruturas conjugais e o declínio das solidariedades de classe. Nessa conjuntura, a desqualificação social não é um sinónimo de exclusão social, remetendo para um modo específico de integração, que caracteriza a situação dos pobres e revela uma nova forma de pobreza, até porque hoje em dia não é possível considerar que as populações em situação de precariedade económica e social são “herdeiras de gerações de trabalhadores e de miseráveis da era pré-industrial. É mais correto falar de uma sobreposição de formas antigas e novas de «pobreza»” (Paugam, 2003, p. 171).

Nesta nova forma de pobreza, pode-se perder o reconhecimento social e sentimento de utilidade social. Isto pode levar à exclusão de forma extrema que é a perda da própria identidade. Os efeitos dessa pobreza dizem menos respeito a situações de carências em termos materiais, passando a estar relacionados a situações de assistência. Paugam (2003) vincula a desqualificação social à construção da identidade, de um estatuto e da condição social objetiva das populações reconhecidas em situação de precariedade económica e social. O autor articula três ideias ligadas à desqualificação social: a noção de trajetória, o que permite compreender o percurso temporal dos indivíduos (recuperando a ideia de que a exclusão é um processo); o conceito de identidade, positiva ou negativa, de crise e de construção dessa identidade; e a territorialidade, local espacial dos processos excludentes. Ainda são apresentadas as tipologias de intervenção social (pontual, regular e infra intervenção) e os tipos de beneficiários (frágeis, assistidos e marginais). Portanto, estudar a desqualificação social é estudar e entender o carácter multidimensional, dinâmico e evolutivo da pobreza, os vários estatutos, etiquetas, os sentimentos subjetivos, atitudes, estratégias, conflitos, as experiências sociais e os efeitos destes na identidade. Ou seja, é compreender as relações sociais de quem não consegue participar na vida económica e social. Assim, no entender do autor, o desqualificado social é o pobre que frequenta a assistência social, por ter sido expulso do mercado de trabalho e as suas

diferentes fases de acompanhamento, renunciando a sua posição social e assumindo a sua (nova) condição de pobreza (Paugam, 2003).

Na sua análise Paugam retoma às ideias de Simmel. Para este a sociedade adota uma atitude coletiva em relação ao pobre, portanto reconhece-lhe um estatuto específico, no caso presente o de assistido (Simmel, 1998, *cit. in* Paugam, 2003), até porque atualmente a pobreza é apreendida de forma negativa, como o autor salienta “a pobreza é o símbolo do fracasso social e traduz-se, muitas vezes, em termos da existência humana, por uma degradação moral” (Paugam, 2003, p. 24). Assim, e para o mesmo autor, o facto de ser assistido fará com que o indivíduo tenha uma dada trajetória em relação à vida profissional, o que acaba degradando a identidade e transformando todos os relacionamentos pessoais.

Paugam também inspirou a sua teoria no pensamento de Erving Goffman (1968 *cit. in* Paugam, 2003, p.33) que examinou “a relação entre a identidade social e a identidade pessoal”. Este autor estudou a estigmatização com referência ao conceito de identidade social e na forma como o estigmatizado consegue resistir ao estigma, porque o indivíduo tem uma margem de autonomia na definição de si.

Em suma, Paugam (2003) apresenta um estudo da pobreza e das formas institucionais que esta toma, pretendendo contribuir para o exame aprofundado das experiências vividas pelas populações que ocupam os últimos escalões da hierarquia social. O autor refere que o que é sociologicamente pertinente são as formas institucionais que a pobreza toma numa sociedade ou num dado meio social. Portanto “pode ser heurísticamente fecundo estudar a “pobreza” como condição socialmente reconhecida e os “pobres” como um conjunto de pessoas cujo estatuto social está definido, pelo menos por um lado, por instituições especializadas de ação social que os designam como tais” (Paugam, 2003, p.29).

Assim, parte-se da negociação do estatuto e da identidade na relação com os Assistentes Sociais e as ligações que estabelecem entre estas populações, quando residem no mesmo espaço. Nesta conceção, a hipótese colocada é se as populações assistidas ou ajudadas negociam a inferioridade do seu estatuto tentando, por exemplo, “reinterpretar os traços negativos que o definem ou elaborar racionalizações para aceitar, pelo menos temporariamente, os respetivos constrangimentos (...) É examinado o sentido que os indivíduos dão às suas experiências vividas que se pode retirar os elementos positivos e negativos, dinâmicos ou passivos da sua identidade” (Paugam, 2003, p.32). Portanto privilegia-se a interpretação compreensiva das atitudes coletivas e individuais e das

representações, admitindo que os sujeitos têm uma margem de manobra, de autonomia para “interiorizar, recusar ou negociar a definição social do seu estatuto” (Ibidem).

Em *A desqualificação social ensaio sobre a nova pobreza* o autor apresenta as identidades e experiências vividas ao longo do processo de desqualificação e a negociação do estatuto dos indivíduos em situação de precariedade, bem como as identidades e relações sociais vividas numa comunidade socialmente desqualificada (Paugam, 2003). Nesta obra o autor baseia-se numa investigação qualitativa que se inscreve na continuidade de uma primeira investigação efetuada em 1983, realizada junto de uma família de subproletariado rural, na comunidade francesa na região de Saint-Brieuc, utilizando com recursos a observação etnográfica de vários casos de marginalidade social em meio rural e a recolha de entrevistas aprofundadas. A investigação foi dividida em três fases. A primeira fase consistiu na análise das características demográficas e sociais das populações reconhecidas pelos Assistentes Sociais e dos tipos de intervenção, a partir de dados informatizados e administrativos. Os dados permitiram construir uma amostra e depois verificar a representação estatística dos diferentes tipos de beneficiários. A segunda fase consistiu em entrevistar os habitantes do bairro Point-du-Jour- bairro onde os Assistentes Sociais intervêm junto de uma grande parte da população- na zona Oeste de Saint-Brieuc. Para obter população significativamente representativa dos diferentes tipos de experiências vividas (frágeis, assistidos e marginais) e para estabelecer correspondência entre a condição social objetiva e o tipo de experiência vivida foi levada a cabo uma terceira fase de investigação, sendo realizadas 27 entrevistas em outros bairros de Saint-Brieuc, onde o autor selecionou uma lista de indivíduos cujo perfil não correspondia ao das famílias entrevistadas no bairro de Point-du-Jour (Paugam, 2003).

Como já foi referenciado o processo de desqualificação social é composto por três fases: a fragilidade, a dependência e a rutura. Contudo, é importante referir que estes três tipos não são mais que “modelos ou tendências que permitem compreender por racionalização utópica a diversidade de experiências vividas¹” (Paugam, 2003, p.47). O primeiro tipo de experiência corresponde à fragilidade². Esta corresponde “à aprendizagem da desqualificação social que se traduz por uma crise de identidade” (Paugam, 2003, p.48).

¹ Ou seja, foram construídos em função de um objeto e de alguns eixos teóricos considerados.

² Para este tipo de experiência o autor entrevistou vinte e três pessoas, no total de dezoito famílias.

Os frágeis são pessoas que não estão totalmente dependentes da ajuda dos serviços sociais e beneficiam de uma intervenção social pontual, regra geral de âmbito financeiro, uma vez que alternam a incerteza e a inconstância dos seus rendimentos com eventuais períodos de trabalho. Alguns exemplos dados para esta categoria são as situações “ligadas a estatutos jurídicos inferiorizados: estágios de formação; empregos temporários ou pequenos trabalhos ocasionais; desemprego” (Paugam, 2003, p.51). Eles são a “expressão dos novos processos de precarização” (Paugam, 2003, p. 170).

O desemprego é visto e sentido por eles como uma experiência humilhante, possuindo em comum “um sentimento de inferioridade social” (Paugam, 2003, p.51). O trabalho é, então, identificado com uma honra, ao contrário do desemprego, que tem uma conotação de incapacidade e preguiça. Estes indivíduos têm uma identidade pelo trabalho e plena consciência do perigo que é a habituação à inatividade, tendo medo de deixarem-se cair na armadilha “da renúncia total à identidade profissional” (Paugam, 2003, p.16). Adjuvante a isto, a participação inconstante nos aspetos políticos e sociais torna impossível tirar partido do momento de inatividade parcial ou total.

Por outro lado, o trabalho permite-lhes uma organização espaço-temporal sem a qual se sentem abandonados e inferiorizados. Com a perda de trabalho é perdido o salário, mas também a sociabilidade, as relações com os colegas no fim do dia de trabalho. As pessoas que estão nesta experiência têm a sensação de ser desclassificadas, ou seja, de estar numa situação inferior aquela que outrora conheceram e que veem as hipóteses de voltar a ingressar no mercado de trabalhado cada vez mais reduzidas, “(...) tomando consciência da distância que as separa da grande maioria da população” (Paugam, 2003, p.15). Assim, a fragilidade corresponde à “(...) provação provocada pela desqualificação social ou pelas dificuldades de inserção profissional” (Paugam, 2003, p. 14). Quando beneficiam do Rendimento Social de Inserção (RSI) querem sair o mais rapidamente possível, uma vez que este pode encarecer a assistência sendo considerado por eles “uma ajuda transitória que corresponde a uma forma de indemnização pelo desemprego” (Paugam, 2003, p.16).

A inferioridade social e a falta de recursos reforçam-se mutuamente e explicam a “(...) aspiração comum a um estatuto social mais elevado ligado ao emprego” (Paugam, 2003, p.54), mas este acontecimento não é vivido pelos frágeis da mesma maneira. Por isso, dentro dos frágeis existem dois tipos de experiências conhecidas: a fragilidade interiorizada e a fragilidade negociada.

A fragilidade interiorizada é tida como uma inferioridade social que leva à humilhação, à vergonha, ao isolamento/fechamento sobre si mesmo, à desordem mental.

São pessoas, na sua maioria, com mais de 30 anos que, pelas baixas qualificações e pelas poucas ofertas de emprego, sabem que a curto prazo a sua situação não vai melhorar, tendo medo de permanecer na precariedade muito tempo, sentindo-se angustiados, sentimento ligado à perspectiva de reais dificuldades financeiras e ao peso da humilhação. Assim, esta situação de desemprego é tida como um duro insucesso, levando à desqualificação e ao questionamento do modo de vida e do próprio estatuto social. Ao estarem afastados do mercado de trabalho pensam que o seu fracasso é visível por todo o mundo e todos os comportamentos quotidianos são interpretados como sinais de inferioridade do seu estatuto. Assim, são procuradas ocupações individuais como ver televisão, tentando fugir ao olhar dos outros. “Visto que a desqualificação é uma experiência humilhante, altera as relações com os outros e incita a concentração sobre si” (Paugam, 2003, p.17). A angústia é aumentada quando a inferioridade social está ligada à habitação na qual se está a viver. Algumas pessoas têm vergonha de morar em comunidades e bairros degradados, sobretudo quando convidam pessoas para ir às suas casas, uma vez que sofrem de uma profunda humilhação “ao tornarem-se semelhantes a pessoas cujo descrédito eles conhecem” (Paugam, 2003, p.15-16).

A fragilidade leva também a conflitos conjugais que, segundo os frágeis, advêm da perda de emprego. Portanto, à desclassificação profissional soma-se uma desintegração familiar que aprofunda o sentimento de culpa. Esta situação de inatividade chega a ser uma “condenação a uma posição que lhes parece injusta” (Paugam, 2003, p. 54), visto que outrora tinham emprego, estabilidade e conforto. Desprotegidos e incapazes de propor soluções experimentam, na solidão, um grande desencorajamento.

O recurso aos apoios sociais é feito em situações limite sendo visto como algo degradante e humilhante, que afeta a sua dignidade. Estes sentimentos são reativados cada vez que recorrem a estes serviços, o que acentua ainda mais o seu isolamento e o sentimento de julgamento. É neste momento que os indivíduos se consciencializam de que não estão à altura do que deveriam ser. O facto de estar numa sala de espera de uma instituição social juntamente com os utentes habituais leva, de novo, ao sentimento de humilhação, mas também ao medo de serem identificados e comparados aos utentes mais habituais das instituições (Paugam, 2003).

O facto de terem de se relacionar com os Assistentes Sociais, de terem de cumprir as suas exigências leva a um desencorajamento sentido que são julgados e etiquetados pelos serviços, que lhes perguntam sempre as mesmas coisas. Adotam uma estratégia de distanciamento e recusam-se a ser assistidos de forma permanente, porque o facto de o

serem contribui para alterar a sua dignidade e identidade social e é por eles entendida como “a renuncia a um «verdadeiro» estatuto social” (Paugam, 2003, p.16), por isso algumas destas pessoas só se dirigem a um Assistente Social quando são convocadas a tal, esperando pelo limite extremo da situação para se dirigirem a estes profissionais.

É importante referir que estes sujeitos não perderam a possibilidade de encontrar emprego acreditando que a sua integração social assenta no exercício de uma profissão, mas começam a encarar as hipóteses de ultrapassar a situação mais restritas ou quase nulas (Paugam, 2003).

Humilhação, amargura, mal-estar, isolamento, distância nas relações sociais são os aspetos mais marcantes desta vivência.

A fragilidade negociada é uma experiência vivida pelos jovens com, geralmente, menos de 25 anos, provenientes de classes populares e com um nível cultural mais fraco. São indivíduos solteiros, ou casais sem filhos que, devido à idade, não estão totalmente inseridos social e profissionalmente: “A experiência que vivem é, de alguma maneira, o prolongamento da adolescência” (Paugam, 2003, p.69). Inclui os indivíduos que elaboram várias ações para sair da incerteza sentida nas suas vidas, o que lhes permite libertarem-se do peso do fracasso e da inferioridade social.

A inferioridade é vista como uma situação temporária (até porque ainda não acederam ao estatuto de empregados efetivos e podem beneficiar de múltiplas medidas de apoio à sua formação, como por exemplo estágio de iniciação à vida profissional, contrato de qualificação ou de adaptação), elaborando racionalizações para justificar a atual situação que vivem, procurando, de forma ativa, um emprego estável, permanente, qualificado e bem remunerado, o que lhes permitirá ter um estatuto social superior, pondo os olhos e a esperança naqueles que «conseguiram» ascender no estatuto, apesar das condições pouco propicias e criticando aqueles que demostrem menos empenhamento na busca por um emprego (Paugam, 2003).

Contrariamente à fragilidade interiorizada, estas pessoas não sentem nenhum desconforto em recorrem ao Serviço Social. São pragmáticos e têm uma atitude de consumidores (conhecem todos os organismos de apoio analisando as vantagens e inconvenientes de cada organização). Para eles não pode haver outra resposta que não seja a distribuição de ajudas financeiras ou de apoios alimentares (Paugam, 2003).

O prolongar da situação de inferioridade e humilhação “pode conduzir à dependência face aos serviços de assistência” (Paugam, 2003, p.17).

A próxima fase do processo é a dependência³. Os assistidos beneficiam, na maior parte dos casos, de uma intervenção social relativamente pesada e possuem rendimentos provenientes da proteção social, seja em função da sua deficiência física ou mental, os pelas dificuldades para educar e sustentar os filhos. Começam a ter problemas de saúde, o que, muitas vezes, os impede de trabalhar e leva a solicitar a ajuda dos serviços sociais, dos quais passam a depender de uma forma muito acentuada. Vários beneficiários do Rendimento Social de Inserção em situação de fragilidade e à procura de emprego declararam, um ano mais tarde, ter problemas de saúde que os impedia de trabalhar. “Esta degradação de saúde traduz em si própria a entrada na fase de dependência” (Paugam, 2003, p. 17).

Assim, depois de uma fase de desalento, de vários estágios de formação sem sucesso, estes indivíduos voltam-se para os serviços de ação social. Aceitam a dependência e a relação regular dos serviços de ação social para garantir um rendimento regular e ajudas diversas, visto que é impossível proceder de outra maneira. Procuram compensações para os fracassos e viram-se para os cuidados da casa e dos filhos e interiorizam a assistência como um direito, sem que deixem de ter uma forte motivação para o emprego (numa primeira fase, pois vão perdendo essa motivação à medida que a situação de dependência se prolonga). Sentem que a culpa pela situação que atravessam não é deles e começam a justificar e racionalizar a ajuda de que são alvo (Paugam, 2003).

Aqui existem três tipos de experiências: assistência diferida, assistência instalada e assistência reivindicada. Contudo, não é imperativo que assistidos passem por estas três fases, porque existem circunstâncias particulares que podem a interromper ou levar à passagem de uma fase para a outra (Paugam, 2003).

Para Paugam (2003) estas três experiências vividas correspondem às três fases de uma carreira do assistido. O autor utiliza este conceito para analisar a trajetória destes indivíduos a partir do momento em que ficam a cargo dos serviços de ação social. Importa referir que a abordagem apresentada a seguir não é determinista da carreira psicológica do assistido. Trata-se, antes, “de examinar, a partir de vários casos, a transformação provável da personalidade e do sistema de representações dos indivíduos no decurso do processo” (Paugam, 2003, p.75).

³ Para este tipo de experiência o autor entrevistou trinta e duas pessoas, num total de vinte e seis famílias. Nove famílias beneficiam de uma assistência justificada por deficiência física ou mental, seis famílias cujo chefe de família é a mulher sozinha com filhos, beneficiando do subsídio parental isolado e onze famílias recebendo regularmente subsídios de emergência ou subsídios mensais atribuídos a título de ajuda social à infância (Paugam, 2003).

A assistência diferida corresponde “(...) à aprendizagem do estatuto do assistido” (Paugam, 2003, p. 79). A forte motivação para procurar emprego traduz uma negação na identificação com o estatuto de assistido. Por isso, estes indivíduos não chegam a negociar o seu estatuto, ou seja, não se consideram assistidos, uma vez que têm uma enorme vontade de mudar de estatuto, de alcançar uma “(...) promoção social” (Paugam, 2003, p.76). Como é o primeiro estágio de assistência estas pessoas sentem-se humilhadas e fracassadas socialmente, esperando uma melhoria rápida na situação que vivenciam, por isso não detentores de um conhecimento esmiuçado dos serviços de ação social, não beneficiam de todas as ajudas financeiras e não elaboram racionalizações de assistência (Paugam, 2003).

Na assistência diferida os indivíduos recusam o acompanhamento social regular, apesar de terem uma dependência bastante forte em relação aos serviços da ação social, uma vez que a margem de autonomia destes indivíduos é bastante restrita. Quando solicitam os serviços de ação social é sempre por causa de dificuldades financeiras. Nesta altura inicia-se uma “(...) carreira específica” (Paugam, 2003, p. 78) e os assistidos tomam consciência do seu estatuto sabendo que existem respostas institucionais para as suas dificuldades, daqui advém a resistência de alguns indivíduos quando entram neste processo.

As dificuldades de identificação com o estatuto de assistido e a recusa de uma dependência demasiado forte em relação ao Assistente Social são sinais incontestáveis de uma resistência individual. Esta é uma passagem não desejada, esperando estes indivíduos uma melhoria rápida na situação que vivenciam e só um emprego será aceitável. Para aceitarem este estatuto é necessário “passar pela experiência da assistência instalada” (Paugam, 2003, p.79).

No decurso desta experiência (assistência instalada) constata-se uma progressiva identificação com o estatuto do assistido, interiorizando atitudes que estão de acordo com a lógica do seu estatuto. Contudo, isto não significa a submissão aos serviços de ação social. Nesta fase apesar de não existir uma ausência total de motivação para o emprego esta vai-se esbatendo. Estes indivíduos apresentam problemas como ausência de meios de transporte, analfabetismo, formação inadequada, entre outros. À partida não são recusadas as medidas de formação, mas as dificuldades em adquirir experiência profissional exigida pelos empregadores e as baixas remunerações propostas, revelam-se pouco motivadoras em certos casos (Paugam, 2003).

Paugam dá um exemplo de uma família assistida: o pai, não recusa medidas de formação, mas a curto prazo estas formações apresentam mais inconvenientes do que vantagens. A mãe recusa as propostas de estágio e emprego que lhe são feitas para poder cuidar da educação dos filhos. O caminho a percorrer para alcançar uma formação profissional adaptada ao mercado de trabalho parece ser tão longo, que este pai prefere renunciar a fazê-lo. Adjuvante a isto, os subsídios mensais que recebem também vão contribuir para a falta de motivação para o emprego. Habitua-se progressivamente à inatividade e a partir daqui a opção “por se «instalar» na assistência é racional a título provisório” (Paugam, 2003, p.81).

Para estes indivíduos torna-se necessário saber todas as medidas de ajuda ou subsídios existentes, o funcionamento das instituições, o papel dos Assistentes Sociais, entre outros. Porém, isto é o resultado de um caminho, de um processo de negociação de um estatuto. Ou seja, primeiro renuncia-se a presença de um Assistente Social, ideia esta que depois é relativizada e, por fim, arranjam-se justificações para recorrer sistematicamente ao apoio social. Nesta conceção de ideias, os indivíduos que passam por esta experiência não sentem mal-estar nem incómodo com a presença de um Assistente Social, mas apesar de existir um elo de ligação mais forte aos trabalhadores sociais, não quer dizer que seja renunciada a personalidade e capacidade de decisão (Paugam, 2003).

Os subsídios são encarados como uma forma de sobrevivência, dependendo estes sujeitos da assistência, justificando muitas vezes a dependência por causa dos filhos, pela sua invalidez ou doença e alguns ancoram-se na crise económica reinterpretando a assistência como um direito social, e assim a assistência não será mais um fator de humilhação nem de submissão. Estas racionalizações ou autojustificações também são dadas àqueles que criticam e que consideram a assistência o caminho mais fácil, o que leva os sujeitos a identificarem-se com este estatuto. Sem este repensar simbólico era difícil ou pouco provável que eles se identificassem com este estatuto. Constata-se, então, uma modificação segundo o qual os sujeitos percebem a sua existência. Por isso, a partir deste momento “(...) tornam-se assistidos, não mais apenas por constrangimento, como na assistência diferida, mas também por uma reinterpretação individual- e, por vezes, coletiva (...)” (Paugam, 2003, p. 85-86).

Na assistência instalada os sujeitos adotam uma posição de sedução para com os Assistentes Sociais, achando que é necessário ganhar a sua confiança através de provas da sua honestidade e sinceridade. Ou seja, pretendem manter uma boa relação com os Assistentes Sociais para obter a totalidade dos serviços. Assim fazem uma apropriação

dos Assistentes Sociais como sendo seus e o discurso utilizado por estes utentes, passa também, por um encontro de amigos e não hierárquico, o que permite modificar as conexões desiguais dentro desta relação desigual. A familiaridade, o tratar por tu e a sinceridade fazem parte desta encenação. Se os Assistentes Sociais se deixarem levar por esta sedução, nem que seja para conseguirem uma ação educativa em profundidade, podem perder o controlo do seu modo de intervenção, constatando o pedido de mais ajudas financeiras e por isso uma “«instalação» definitiva das famílias na assistência” (Paugam, 2003, p.89). Contudo, alguns dos assistidos apenas cooperam com os Assistentes Sociais com mais ou menos adesão ao seu projeto. Neste caso, a relação com os profissionais é aceite sem tentativas de apropriação ou sedução (Paugam, 2003).

A assistência reivindicada corresponde ao último estágio da carreira do assistido, por isso os sujeitos são mais velhos do que aqueles estudados até agora. Na assistência reivindicada, existe uma forte dependência dos serviços de ação social para sobreviver e os indivíduos não têm motivação para o emprego (Paugam, 2003).

A falta de motivação pode ser explicada pela idade. As pessoas que têm mais de 40 anos e que são assistidas há vários anos não têm esperança de conseguir encontrar um emprego, achando que é demasiado tarde para melhorar as suas qualificações, habituando-se assim à presença destes serviços. Esta fraca motivação também pode ser explicada pela natureza da assistência. Após os filhos saírem de casa e os pais perderem os direitos à assistência, alguns progenitores procuram ter direito a uma pensão ou subsídio em função de uma deficiência física ou mental. O fracasso social, a doença e a depressão são outras razões evocadas para obter vantagens. Estas razões tornam-se racionalizações da assistência tanto mais quando nenhuma outra solução é perspectivada, mas importa referir que nem sempre estas estratégias são artimanhas falsas por parte dos indivíduos (Paugam, 2003).

A falta de motivação para o emprego é acompanhada, frequentemente, por conflitos nas relações com os trabalhadores sociais. Estes assistidos consideram que os profissionais e serviços têm de estar disponíveis para canalizar subsídios e outros recursos, pretendendo usufruir dos benefícios de forma permanente, sem oferecerem contrapartidas, “torna-se numa relação de distribuidor-consumidor” (Paugam, 2003, p.93). Quando os pedidos dos assistidos, especialmente os financeiros, não têm a resposta que pretendem os sujeitos ficam agressivos e tristes, criticando os trabalhadores sociais. Por isso “(...) a estratégia de relação com os trabalhadores sociais é muito mais direta:

assume a forma de reivindicação” (Paugam, 2003, p.93). Esta situação pode levar à rutura com os trabalhadores sociais que não se deixam ser manipulados.

Conclui-se, então, que a “interiorização do estatuto e aprendizagem dos papéis sociais que lhe estão associados são um produto de uma negociação da identidade pessoal no contacto com os trabalhadores sociais, os quais nem sempre medem o efeito indireto da sua intervenção sobre a transformação da personalidade dos beneficiários da ação social no decurso do processo assistencial” (Paugam, 2003, p.95-96).

Assim, a terceira fase é marcada pela experiência de rutura⁴ onde se incluem os marginais. Importa referir que não existe uma relação determinante entre a origem social e o processo de marginalização. Estes sujeitos são um grupo que assinala a completa inexistência de rendimentos, quer dos serviços de ação social, quer provenientes do emprego, por isso não recebem qualquer apoio de proteção social e sobrevivem à custa de ajudas financeiras pouco significativas e de apoio alimentar (Paugam, 2003).

Nesta fase os indivíduos passam por um conjunto de dificuldades/fracassos: afastamento do mercado de trabalho, problemas de saúde, problemas relativos à habitação, diminuição dos contatos familiares e isolamento da comunidade. Em grande parte, a crise de identidade está ligada à acumulação de fracassos desde a infância e adolescência, que conduz a uma forte marginalização não tendo nenhuma esperança de sair dela. Os indivíduos têm a sensação que são inúteis para a sociedade e são estigmatizados por ela. Perdem o sentido da sua vida pelo que é no álcool e nas drogas que, muitas vezes, procuram a compreensão para as suas infelicidades e insucessos. São pessoas que não têm hábitos de higiene, habitando muitas vezes em alojamentos sem condições, por vezes sem água corrente e, por isso, não podem trocar de roupa e fazer a higiene diária. Tornam-se assim insensíveis aos juízos críticos dos outros criando as suas próprias normas, resistindo apesar de tudo, à decadência moral mobilizando defesas para resistirem à estigmatização. Dentro desta categoria, distingue-se a marginalidade conjurada e a organizada (Paugam, 2003).

Nem todos os marginais arranjam um equilíbrio para resistir à reprovação social. Alguns tentam conjurar o seu modo de vida. Na marginalidade conjurada inserem-se

⁴ Nesta fase foram entrevistadas quinze pessoas, num total de onze famílias, pertencendo aos estratos inferiores da classe operária. Salientando que os indivíduos são todos oriundos de meios sociais muito desfavorecidos. Estes sujeitos também não têm qualquer relação com os pais biológicos ou adotivos, nem com outros membros da família. Além de proverem de meios desfavorecidos foram educados num clima de violência que tinha de conduzir à rutura familiar (Paugam, 2003).

indivíduos que consideram o seu modo de vida inseguro e instável, conscientes de que é necessário mudar através da sua reinserção num contexto profissional ou de reabilitação de saúde, uma vez que alguns deixaram-se influenciar pela droga. Na origem desta crise de identidade estão os problemas financeiros, que os leva a aspirarem uma mudança de estatuto, sentido a necessidade de serem assistidos ou, por outro lado, de arranjam emprego. Aqui constata-se uma vontade dos indivíduos saírem da situação onde se encontram e assiste-se a modificações profundas que intervêm na personalidade e nas representações. Quando vão a uma instituição sentem um mal-estar porque correm o risco de encontrar pessoas com quem partilhavam o mesmo estatuto. Esta situação é adensada pelo facto de receberem algum dinheiro da Assistência Social e, portanto, querem desfazer-se do estigma que carregam (Paugam, 2003).

O facto de receberem uma prestação social, como por exemplo o Rendimento Social de Inserção, permite o acesso a produtos que até aqui se privaram, porque possibilita comprar vestuário em vez de se abastecerem nas instituições, podendo assim cuidar mais da sua apresentação. Graças a este rendimento muitos encontram uma certa dignidade e certos beneficiários renovam os laços com os filhos ou pais. Alugam quartos para pernoitarem, o que lhe permite subir um escalão na hierarquia social, mas vivem sempre atormentados com as dificuldades financeiras que os podem fazer sair do quarto. “Estas atividades de ressocialização permitiram-lhes, muitas vezes, retomar a confiança em si próprios tendo a sensação de serem úteis à sociedade” (Paugam, 2003, p.20).

A marginalidade organizada é constituída por indivíduos que se adaptaram à sua condição, mas que procuram resistir à estigmatização. Os marginais de segundo tipo, como não têm nenhum tipo de rendimento fixo, optam por habitações clandestinas, albergues, barracas ou casebres (modo de habitação mais precário e desqualificado), sendo consideradas como um espaço íntimo e um lugar com significado onde os marginais se identificam. Esta adaptação é necessária ao seu equilíbrio, é uma maneira simbólica para os fracassos sofridos e para a despromoção social. Quando habitam em locais clandestinos os indivíduos tornam-se quase proprietários do local. Contudo, é necessário que sejam discretos na sua ocupação, sob pena de serem expulsos ou de outros marginais quererem aquele espaço, liderando a lei do mais forte nestes casos (Paugam, 2003).

Os centros de acolhimento podem ser vantajosos, mas paradoxalmente obrigam a cumprir regras coletivas, o que retira autonomia e controlo. Por isso, de todos os espaços habitados, a barraca em madeira ou o casebre são as soluções mais vantajosas. Assim,

preferem viver num sítio sem conforto, porque o alojamento num centro de acolhimento lhes dá uma sensação de clausura. Procuram viver numa economia paralela servindo-se de expedientes vários, como forma de angariar o seu sustento. Assim, vendem produtos que encontram, recolhem materiais nas lixeiras (para a recuperação de metais), podem trabalhar na pesca e a desmontar motores e peças metálicas (no ferro velho), entre outros. As despesas que têm são poucas e as necessidades limitadas, não aderindo ao consumismo que se vive na atualidade e também não almejam um nível de vida mais elevado. Estes indivíduos não se sentem humilhados quando se dirigem a instituições de apoio social, tendo consciência de que estão situados no ponto mais baixo da escala social. Assim, não têm pudor algum em pedir um complemento de rendimentos ou bens materiais. Quando se apercebem que existem utentes que querem distanciar-se deles tomam atitudes inconvenientes, como por exemplo criticar o funcionamento da instituição e dos trabalhadores sociais. Estes últimos acabam por os atender o mais rapidamente possível para deixarem de incomodar os outros. Estes marginais ficam, por vezes, reduzidos à mendicidade, sendo esta um símbolo de decadência moral. Os proventos da mendicidade variam segundo o local, existindo lugares estratégicos que são disputados. No fim do dia os mendigos comparam as suas coletas e estabelecem recordes. Alguns têm boa reputação (Paugam, 2003).

Mesmo que preencham as condições para receber apoios sociais alguns sem-abrigo recusam-se a pedi-lo, receando ficar a cargo de uma instituição médico-social, e assim “ficarem «privados» dos últimos espaços de liberdade que lhes restam” (Paugam, 2003, p.20), uma vez que muitos Assistentes Sociais orientam os marginais para centros de alojamento e de readaptação social, aconselhando-lhes uma cura de desintoxicação. Quando são conduzidos à força para estabelecimentos deste tipo muitos preferem partir e não pedir nada (Paugam, 2003).

Como referimos no seu ensaio Paugam analisa a identidade e as relações sociais numa comunidade socialmente desqualificada. O autor utiliza a expressão “identidade negativa” para apontar que os próprios habitantes da comunidade, mesmo os novos habitantes, interiorizam um estatuto desvalorizado e conhecem a desqualificação social só pelo facto de viverem lá, visto que os traços desvalorizantes da comunidade estão inscritos na consciência social dos habitantes (Paugam, 2003).

Paugam refere que a causa principal do sentimento de desqualificação da comunidade remota aos anos 70, com a saída das famílias que habitavam na comunidade desde o seu início. Famílias estas que, com a saída dos filhos de casa, ficaram mais pequenas e com

a aproximação da idade da reforma almejavam uma habitação mais adequada à sua situação material e social. O facto de existir uma constante rotação dos habitantes constitui um obstáculo à criação de relações sociais duráveis (Paugam, 2003). Os mais novos, confrontados com a imagem negativa da comunidade, concentram-se sobre si e os mais velhos sentem-se desvalorizados pelas constantes saídas. Outro sintoma de desqualificação social está relacionado com o facto de existir uma grande concentração de famílias em situação de precariedade, o que leva à presença dos Assistentes Sociais. Existem também famílias que se mudaram para a comunidade sem terem tido outra opção. Ao contrário das famílias mais antigas que beneficiam de uma intervenção social forte, as novas famílias vão beneficiar de uma intervenção mais fraca. Posto isto, será importante questionar se a aprendizagem da vida quotidiana dos habitantes não corresponde à aprendizagem da carreira psicológica dos assistidos, visto que a probabilidade de se tornarem assistidos é maior dado à etiquetagem da população pelos trabalhadores sociais. Os habitantes vizinhos desta comunidade não hesitam em desdenhá-la. Isto provoca um sentimento generalizado de culpabilidade que impregna as relações familiares e de vizinhança. Os trabalhadores sociais estão no centro deste processo, denunciando a degradação da comunidade e das relações sociais deploráveis. As famílias que não são apoiadas pelos serviços sociais sentem-se desvalorizadas pela etiquetagem espacial, que contribuiu para intensificar a imagem negativa que os habitantes têm deles próprios, bem como para dificultar o surgimento de laços comunitários. Assim a desqualificação social é produto da construção social. Ou seja, este mal-estar advém das relações negativas coletivas do exterior, que penetraram na consciência social dos habitantes, os quais têm tendência para se conformarem a ela. Contudo, a proximidade espacial das famílias em situação de precariedade não significa que exista homogeneização dos comportamentos, porque nem todas as famílias estão ao mesmo nível de precariedade nem da relação com os trabalhadores sociais (Paugam, 2003).

Paugam (2003) refere que, quando num bairro a maioria das famílias tem um estatuto idêntico, a vida social consiste em criar diferenças, pois elas são necessárias na tentativa de salvaguardar a identidade. As pessoas quebram os laços de solidariedade para salvaguardar o seu eu e fazer sobressair as suas qualidades em comparação com outras pessoas, o que não contribui para a reivindicação coletiva em prol de uma melhoria das condições de vida, para além da rotação de habitantes dificultar o estabelecimento de

relações duráveis. Assim, cada um colabora na estigmatização do outro e no seu fechamento, adotando uma posição de indiferença.

Quando os utentes aceitam um conjunto de normas fixadas num acordo que o Assistente Social pede à família, esta última assume um distanciamento e uma atitude de comparação em relação às famílias que dele se afastam, assumindo a aceitação como uma prova da vontade de mudar de situação. Este contrato é visto pelas famílias como o acesso a um estatuto diferente e melhor e, por consequência, a uma hierarquia social superior dentro da comunidade. Assim, a intervenção social vem reforçar a heterogeneidade da população visto que a mesma não é, nem pode ser igual para todos. A manutenção da identidade negativa traduz o ressentimento de pertença às franjas inferiores da hierarquia social, e a recusa dos princípios de uma pobreza partilhada num espaço caracterizado pela exclusão social (Paugam, 2003).

O futuro e sucesso educativo dos filhos origina a dignidade das famílias em situação de precariedade e a sua diferença em relação às outras famílias. Quando não é alcançado o sucesso educativo os pais tentam provar que os seus filhos não são mais culpados que os outros, procurando resistir ao sentimento de falhanço e à humilhação sentida pelo senso comum. Existem famílias que tentam fazer valer os seus valores morais (honestidade, sinceridade e coragem) ou méritos pessoais, distinguindo-se daqueles que não usam bem os subsídios, considerando-se os verdadeiros pobres ou o pobre digno, como lhe chama Paugam (2003). Falam então dos alcoólicos, dos incapazes, dos vadios, entre outros. Assim, conseguem-se distinguir dos outros indivíduos que estão próximos ou ligeiramente inferiores, sendo esta uma forma de compensar o descrédito que sofrem.

Nesta conceção de ideias existem estratégias de evitamento. Os frágeis quando percebem que existem conflitos na comunidade, mantêm-se voluntariamente afastados, adotando uma posição de indiferença e criam uma barreira, até porque pretendem alcançar um estatuto social mais elevado. Este evitamento leva ainda ao descrédito de outras famílias e à geração de diferenças (Paugam, 2003).

Em suma, o estigma torna-se tão insuportável que é necessário dirigi-lo para outra pessoa. A ideia de uma causalidade económica e social pode permitir a quem está nos últimos escalões da hierarquia social provar, no seu meio, que não é responsável individualmente, pela sua condição social. Porém, isto é insuficiente para restaurar inteiramente a sua dignidade, para se protegerem dos profissionais e daqueles que veem na pobreza preguiça e má vontade. As famílias assistidas não querem mudar de estatuto, mas têm tendência para criar diferenças entre os seus semelhantes. Não se comparam com

os que têm emprego, mas sim com os que estão logo abaixo deles. O receio de serem comparados àqueles que, pelo menos parcialmente, são responsáveis pela sua situação é grande. Referem por exemplo, aos valores morais, a família unida, a educação responsável das crianças, insistindo das diferenças das outras famílias. Por isso, utilizam os indesejáveis para parecerem ter uma imagem mais favorável, e fazer nascer um sentimento de pertença a um grupo respeitável, mas que não tem existência real (Paugam, 2003).

Os frágeis procuram ascender comparando-se aos que têm uma melhor posição na hierarquia social. As famílias não conhecidas pelos serviços de ação social quebram mais facilmente os laços de solidariedade, não demonstram interesse pela vida da comunidade e recusam ser confundidas com as outras famílias. O facto de estarem inseridas profissionalmente basta para marcarem a sua diferença perante aqueles que não estão inseridos no mundo laboral (Paugam, 2003).

Em suma, os principais pontos que caracterizam todo o processo de desqualificação social e as experiências vividas (sete no total) encontram-se sintetizado no quadro abaixo:

Quadro 11- Síntese da desqualificação social

Tipologia das intervenções sociais	Tipos de beneficiários da ação	Síntese	Tipos de experiências vividas	Síntese
Intervenção pontual	Os frágeis	<p>Incerteza e a inconstância dos seus rendimentos alternados com eventuais períodos de trabalho;</p> <p>Desemprego é uma experiência humilhante; Sentimento de inferioridade social;</p> <p>Comportamentos quotidianos interpretados como sinais de inferioridade do seu estatuto.</p>	<p>Fragilidade interiorizada</p> <p>Fragilidade negociada</p>	<p>Inferioridade social que leva à humilhação e vergonha, ao isolamento/fechamento sobre si mesmo, à desordem mental, a conflitos conjugais;</p> <p>O recurso aos apoios sociais é feito em situações limite;</p> <p>A integração social assenta no exercício duma profissão.</p> <p>Elaboração de várias ações para sair da incerteza, o que lhes permite libertarem-se do peso do fracasso e da inferioridade social, sendo esta última encarada como uma situação temporária.</p>

Intervenção regular	Os assistidos	<p>Aceitam a dependência e a relação regular dos serviços de ação social para garantir um rendimento regular e ajudas diversas;</p> <p>Sentem que a culpa pela situação que atravessam não é sua e começam a justificar e racionalizar a ajuda de que são alvo.</p>	<p>Assistência diferida</p> <p>Assistência instalada</p> <p>Assistência reivindicada</p>	<p>Recusa de um acompanhamento social regular apesar dependerem fortemente dele;</p> <p>Motivação (inicial) para procurar emprego;</p> <p>Não se consideram assistidos.</p> <p>Motivação para o emprego vai-se esbatendo;</p> <p>Racionalizações ou autojustificações para dependerem dos apoios;</p> <p>Adotam uma posição de sedução para com os Assistentes Sociais.</p> <p>Forte dependência dos serviços de ação social para sobreviver;</p> <p>Nenhuma motivação para o emprego;</p> <p>Presença regular de um Assistente Social e eventuais conflitos com este.</p>
Intra-intervenção	Os marginais	<p>Inexistência de rendimentos;</p> <p>Os indivíduos passam por um conjunto de dificuldades/fracassos;</p> <p>Têm a sensação que são inúteis para a sociedade e são estigmatizados por ela;</p> <p>Perdem o sentido da sua vida entrando no álcool e nas drogas;</p> <p>Não têm hábitos de higiene, habitando, muitas vezes, em alojamentos sem condições, por vezes sem água corrente e, por isso, não podem trocar de roupa e fazer a higiene diária.</p>	<p>Marginalidade conjurada</p> <p>Marginalidade organizada</p>	<p>Indivíduos que querem mudar de vida através da reinserção profissional ou de reabilitação de saúde;</p> <p>Alugam quartos para pernoitarem.</p> <p>Constituída por indivíduos que se adaptaram à sua condição, mas que procuram resistir à estigmatização;</p> <p>Habitam em habitações clandestinas;</p> <p>Não se sentem humilhados quando se dirigem a instituições de apoio social, tendo consciência de que estão situados no ponto mais baixo da escala social.</p>

Fonte: Elaborado com base em Paugam (2003).

2. A desqualificação social em diálogo

Duas dimensões devem ser colocadas para entender o conceito de pobreza na Europa: a macrossociológica e a microssociológica. A primeira remete para um aspeto coletivo da pobreza e para as políticas sociais implementadas em cada um desses países, que refletem a forma como se considera a pobreza nessas sociedades (a sociedade é que define a categoria dos pobres por meio das políticas sociais). Pode-se, então, verificar os modos de intervenção social e as representações coletivas. A segunda dimensão tem a ver com o sentido que as pessoas dão às suas experiências de vida, em particular às questões de identidades. A partir destas duas dimensões podem ser apresentados três tipos ideais, no sentido weberiano, de pobreza: pobreza integrada, pobreza marginal e pobreza desqualificante (desqualificação social) (Véras *et al.*, 1999).

No que concerne à pobreza integrada, na perspetiva macro e micro, pode dizer-se que ela é definida como componente de uma grande parte da população na sociedade. Aqui o debate social é organizado em torno da questão do desenvolvimento económico, social e cultural não havendo preocupação com os pobres em si mesmos, mas de uma forma geral, com a questão das desigualdades. Em relação à identidade dos pobres eles não formam uma subclasse, mas um grupo social vasto. A consequência direta é que não existe a estigmatização dos pobres. Em relação aos vínculos sociais o que se considera é a força da solidariedade familiar, além da proteção garantida pelas pessoas que estão mais próximas, havendo uma proteção social muito baixa e onde os atendimentos mínimos não são assegurados (Véras *et al.*, 1999).

O segundo ideal corresponde à pobreza marginal, onde a pobreza ao nível macro é combatida. O debate social está organizado em torno das questões da desigualdade e da divisão de benefícios, portanto a pobreza surge como um grupo que é extremamente marginalizado. Neste caso, as pessoas que têm o estatuto social de pobre são pouco numerosas, mas são fortemente estigmatizadas, porque têm uma condição específica, referindo-se a elas como “casos sociais”, e já se falou em “quarto mundo” para designar esta população. Existe uma manutenção ou redução progressiva da solidariedade familiar que deixa de ser tão importante como no primeiro caso, uma vez que o sistema de proteção social se encontra generalizado. O desemprego é residual e o recurso ao RSI é limitado (Véras *et al.*, 1999).

Relembre-se que para Paugam (2003), no processo de desqualificação social, os marginais vivem dentro das suas próprias normas, numa tentativa de resistir ao estigma. Nesta conceção de ideias, é possível definir um marginal como alguém que está fora do

sistema por uma inadaptação qualquer. O marginal está nos confins, na periferia ou, em todo o caso, para lá da linha do horizonte, o que leva a que os “normais” tenham dificuldade em percebê-lo. Quando a marginalidade se torna invisível, ao ponto de não existir mais, ou pelo contrário, se torna tão típica, desempenha um papel de função-tabu no imaginário coletivo, tal e qual como o tabu no imaginário individual (Xiberras, 1993).

Yves Barel refere que a marginalidade atua como uma função-espelho da sociedade. Por cada tomada de posição é revelada a sociedade, uma vez que permite que ela se aprenda na relação que mantém com os seus excluídos (1982 *cit. in* Xiberras, 1993, p.149).

Por fim, o último tipo, é o da pobreza desqualificante. Aqui existe uma consciência coletiva no que diz respeito à exclusão e um temor coletivo quanto a esse risco. Neste tipo de sociedade, cada vez mais pessoas são suscetíveis de serem reconhecidas como pobres. Existe também uma heterogeneidade muito grande no que diz respeito às diferentes situações e condições sociais. Há um aumento muito forte do desemprego, instabilidade nas situações profissionais e uma dificuldade de inserção para os jovens e desempregados. Os vínculos de solidariedade são mais débeis e o sistema de proteção social está mais presente, existindo por exemplo, um aumento significativo de pessoas que recebem o RSI (Paugam, 1999).

Hoje não é assegurado um sentido de pertença e participação, essencial à plena fruição de cidadania e integração social (Rediteia, 2015). O posicionamento do indivíduo na sociedade já não é adquirido através do processo de socialização, mas sim, cada vez mais, o resultado da interação entre o sujeito e as instâncias socializadoras, difundido do mundo do trabalho às instâncias socializadoras. A identidade social é cada vez mais central na sociedade, sendo cada vez mais uma construção e um esforço contínuo de cada indivíduo (Pinto 1991 *cit. in* Diogo, 2007, p.3).

As consequências do desemprego podem ser analisadas em dois planos: o plano macro (global e económico) e no plano micro, pessoal e compreensivo. Ou seja, no plano concreto dos indivíduos e famílias, das suas condições de existência, quer materiais, quer simbólicas. Quem não se adapta às mudanças exigidas no mercado de trabalho é relegado para a margem do sistema. Por isso, são as próprias modalidades de inserção e de participação da vida social pela vida do trabalho, que são colocadas em causa com as consequências que daí decorrem (Caleiras, 2004).

Clavel (2004) refere que o trabalho está no centro da problemática da exclusão. O exercício de uma atividade permite assegurar, através dos rendimentos que ocasiona, a

satisfação das necessidades básicas (alimentação, alojamento, saúde, vestuários, etc.) proporcionado também uma segurança. Ao longo das fases de desqualificação social, pelo menos com maior força na primeira, o trabalho tem uma conotação extremamente importante (Paugam, 2003), porque o trabalhador está num centro de um conjunto de solidariedades que o fazem existir: no plano relacional (relações de trabalho, possibilidade de construir uma família, por exemplo) ou institucional onde se encontra por exemplo, a proteção social. O sujeito sente que pertence a um grupo, a uma cultura, a uma classe. É ainda possível referir o espaço onde se podem incluir os trajetos quotidianos e o local de trabalho, mas também o tempo (horários, licenças, entre outros). Em suma, estes elementos estruturam a existência e definem uma posição social reconhecida e identificada pela sociedade. Assim, o trabalho dá sentido à existência, assegura a integração (ou não) dos sujeitos na sociedade e a coesão social, sendo o principal mecanismo de integração nas sociedades. O desaparecimento das referências que estruturam a personalidade no espaço e no tempo através do trabalho, desorienta e desestrutura a personalidade já fragilizada e induz hábitos difíceis de combater quando se recomeça um novo trabalho. Adjuvante a isto, a precariedade induz um sentimento de insegurança. Ainda se perde o estatuto social, a identidade, bem como o laço social que conduz isolamento e que pode levar a tensões nas relações familiares que podem ir à rutura quando surgem comportamentos como agressividade, depressão e alcoolismo (Clavel, 2004).

Esta ideia é corroborada por Costa (2001). Este autor considera que, com o passar do tempo, a pobreza afeta o pobre em aspetos da sua personalidade, sendo este efeito tanto mais profundo quanto mais tempo durar e mais profunda for a situação de privação. Modificam-se os hábitos, surgem novos comportamentos, alteram-se os valores e cultura, experimentam-se estratégias de sobrevivência, assiste-se a um conformismo, à diminuição de aspirações e iniciativas, enfraquece-se a autoconfiança, modificam-se as redes de relações e eventualmente a perda de identidade social e até pessoal.

Caleiras (2004) também refere que o desemprego tem efeitos na vida pessoal dos sujeitos. Assim, a falta de emprego, sobretudo de longa duração, acarreta consequências que não podem ser resumidas apenas à dimensão material do rendimento e do consumo. O desemprego tem como consequência diminuir os elos sociais, alterar o estilo de vida e o estatuto social, mas também altera a forma como se é visto e reconhecido pelos outros ou nas relações de dependência com os outros. Daí Simmel referir que mesmo antes de um pobre se tornar assistido este já é caracterizado pela pobreza, permanecendo os pobres

unificados não pela interação entre os membros, mas sim pela atitude que a sociedade adota em relação a ele. Assim, para este, o beneficiário dos serviços de ação social pode ser interpretado como o estrangeiro, pois “a posição para com o estrangeiro é, então, construída na base da distanciação e da repulsão”, sendo que nas cidades a exclusão é mais intensa devido ao crescente individualismo, onde cada um se torna estrangeiro em relação aos outros (Simmel, 1908 *cit. in* Xiberras, 1993, p. 69).

A desqualificação social corresponde a uma das formas possíveis desta relação entre a população designada como pobre, em função da sua dependência em relação aos serviços sociais e o restante da sociedade. Quatro elementos permitem definir esta relação (Véras *et al.*, 1999).

O primeiro elemento é a estigmatização dos assistidos e o segundo elemento do conceito de desqualificação social refere-se ao modo específico de integração, que caracteriza a situação dos pobres. Apesar de serem assistidos e terem um estatuto desvalorizado que os desqualifica, os pobres continuam membros da sociedade, uma vez que a assistência tem a função de regulação social (Véras *et al.*, 1999). Os pobres são aqueles que estão em condição de passarem sucessivamente pelo ritual do pedido de apoio, seguido da análise da vida privada, reconhecimento do estatuto de pobre, prescrição de linhas orientadoras para a reinserção e apoio delineados pelo Assistente Social, acompanhado este a sua intimidade, o que confirma a perda de privacidade e a menoridade que daí advém (Diogo, 2007).

Verdès-Leroux (1978 *cit. in* Paugam, 2003, p.31) refere que o trabalho social conduz, de forma inevitável, à etiquetagem e estigmatização de categorias que apresentam sinais de inadaptação. Segundo esta autora os Assistentes Sociais, pertencentes à classe média, analisam as características dos modos de vida das populações que a eles recorrem de forma patológica, o que leva a um fechamento dentro do círculo da assistência do grupo inferior e não qualificado da classe trabalhadora, pondo em curso uma segregação. Na tentativa de se imporem perante a sua população-alvo e de imporem o seu sistema de valores estes profissionais exercem uma violência simbólica, acabando os assistidos por serem dominados e ficarem passivos, perdendo progressivamente toda a consciência coletiva.

Assim, ser pobre implica um rótulo por parte das instituições e uma exposição da situação social, para quem o vê frequentar as instituições. Ao ser negado ao indivíduo o refúgio ao anonimato, torna-se mais fácil e provável a estigmatização e exclusão (Véras *et al.*, 1999). Então, o beneficiário acaba por ser julgado, pois “(...) à sua identidade para os outros é associado um estigma, que passa pela caracterização como incapazes de

autonomia e pela desconfiança na capacidade de desenvolverem esta capacidade de forma independente” (Diogo, 2007, p. 135). Além disso, segundo o último autor, o Estado, através das políticas sociais, identifica e dá uma designação oficial aos indivíduos que é utilizada pela sociedade em geral. Portanto o Estado, reconhece que a pessoa e família em questão são pobres, fazendo reconhecer também ao próprio e à sua família um estatuto degradado, com efeitos na identidade para si e para os outros. Por isso, Xiberras (1993) refere que o olhar da sociedade faz com que o indivíduo se sinta como se a situação fosse uma consequência que tem de carregar, transportando a culpa da sua pertença à categoria. Esta etiquetagem, perda de privacidade e degradação do seu estatuto perante a sociedade, leva a que a construção da sua própria identidade seja feita de forma negativa, isto é, a autorrepresentação do seu estatuto de pobre e a hétero representação deixam o indivíduo num grau de vulnerabilidade e inferioridade muito elevado (Diogo, 2007). O estigmatizado pode acabar por interiorizar os próprios critérios da sociedade onde se encontra inserido e, por consequência, pode ficar isolado da mesma. Contudo, atribuem-se “identidades virtuais e não reais” (Xiberras, 1993, p. 137).

A identidade pessoal e a identidade social resultam, para Goffman, da preocupação que os outros têm de definir um indivíduo, sendo que a primeira se manifesta desde o nascimento e perdura depois da morte. Assim o sujeito utiliza, para construir a imagem de si próprio, os mesmos materiais que os outros utilizaram para dele construir uma identificação pessoal e social, tendo esta liberdade no tipo de construção utilizada (Goffman, 1975 *cit. in* Paugam, 2003, p.33).

A identidade moderna atual não se concebe sem que exista a diferenciação entre os indivíduos, mesmo entre aqueles que têm um estatuto semelhante. As pessoas tentam sempre mostrar que são melhores e diferentes pela mais pequena coisa, conseguindo algum reconhecimento da sua existência social e algum respeito, o que lhes permite desenvolver um amor-próprio (Diogo, 2007).

Paugam (2003) explica perfeitamente a construção da identidade diferenciada, na medida em que os indivíduos evitam estar com outros e tentam demonstrar que são pobres merecedores e legítimos, ao serem beneficiários de uma prestação social, demarcando-se de quem apenas recebe o montante adstrito e, segundo eles, a gasta mal e não quer exercer uma profissão. Paradoxalmente estes pobres merecedores gastam a prestação a cuidar do lar e da sua família, encontrando aqui as desculpas e racionalizações para o estatuto social que ocupam. A individualização coloca no indivíduo a responsabilidade das suas próprias ações, esquecendo-se das lutas coletivas. Neste contexto de mudança social, os mais

pobres têm de lidar com a tensão entre a identidade para si e para os outros, agravado pela menor possibilidade de ancorar esse esforço como a classe de pertença, ou a racionalizações discursivas baseadas nestas. Sem “âncoras identitárias fortes da sociedade industrial, o indivíduo em situação de pobreza tem de desenvolver um maior esforço para diminuir a tensão identitária num contexto em que se espera que se construa a si próprio como sujeito” (Diogo, 2007, p.56).

Para Dubet cria-se um indivíduo com “consciência infeliz”, conscientes dos insucessos na luta pelo seu posicionamento social e só podendo atribuí-los a si próprio. Para além desta consciência infeliz Dubet refere ainda a importância do desprezo como consequência da individualização (2000 *cit. in* Diogo, 2007, p. 54). O desprezo existe nos sujeitos que não conseguem ser responsáveis por si próprios, uma vez que não são dignos da liberdade e da igualdade. Um indivíduo sente-se desprezado quando não é reconhecido como alguém enfim, quando não é reconhecido como um sujeito. Desprezo e vergonha são conceitos diferentes. A vergonha define-se a partir do facto de o sujeito não ser tratado da mesma forma que as outras pessoas e deriva da exposição da intimidade. Já o desprezo deriva da falha de não se conseguir expor como autêntico e único (Ibidem).

Consciência infeliz, desprezo, vergonha podem ser encarados como conceitos e sentimentos que derivam da tensão identitária entre a forma como os indivíduos se definem, a forma como os outros os definem e a forma como gostariam de se definir, uma vez que se põe em causa a capacidade dos sujeitos corresponderem à imagem social que se espera que tenham e a que gostariam de ter. Ao deixarem de ter um princípio identitário positivo a partir do qual podiam marcar as suas pertenças e distinções, os sujeitos têm mais dificuldade em verem-se no futuro, o que está intimamente ligado à noção de esperança, o que lhes permitiria desenvolver uma relação mais positiva com a identidade atribuída (Diogo, 2007).

A desqualificação social também implica uma invisibilidade que encontra a sua melhor expressão na noção de ausência, como Boaventura Sousa Santos refere. O que não existe, segundo a noção de ausência, foi produzido para permanecer oculto por relações sociais injustas e predatórias. Assim, a ausência permite a naturalização das desigualdades entre indivíduos mais qualificados e a população que é considerada desqualificada. Esse artifício surge como resultado de um acordo social excludente, que não reconhece a cidadania para todos, em que a cidadania de uns é distinta da de outros, assim como também são distintos os seus direitos, as suas oportunidades e seus horizontes (Santos, 2006 *cit. in* Pizzio & Veronese, 2009, p.223).

O terceiro elemento da relação sublinha que os pobres têm possibilidade de reação, conservando meios de resistência ao estigma (Veras *et al*, 1999). Relembre-se que Paugam também inspirou o seu trabalho em Erving Goffman que coloca a hipótese da resistência ao estigma através da margem de autonomia na definição de si (Goffman, 1975 *cit. in* Paugam, 2003, p.33), uma vez que o estigma é um atributo que lança um descrédito profundo. No estigma dois pontos de vista estão dissimulados. Por um lado, o olhar da sociedade, porque se o estigma não for visto ou conhecido o indivíduo não se torna desacreditável enquanto mantiver o atributo escondido. Por outro lado, tem-se o olhar do indivíduo estigmatizado, uma vez que se o estigma é visível ou conhecido, o sujeito é desacreditado e sente-se desacreditado (Goffman, 1975 *cit. in* Xiberras, 1993, p. 137/138).

Derivado deste último ponto, o quarto elemento ligado à desqualificação social, está conexo aos diferentes resultados e modos de resistência ao estigma e de adaptação à relação com a assistência, que variam segundo a fase de desqualificação. Portanto, refere-se à passagem de uma fase para a outra, no decorrer do processo. Assim, o conceito de desqualificação social mostra a dinâmica da situação, e parte do princípio que as situações se transformam ao longo do tempo (Véras *et al*, 1999).

Tal como refere Paugam (2003), os indivíduos têm uma margem de autonomia ou manobra que lhes permite definir-se a si próprios, interiorizando, negociando ou recusando o seu estatuto. Portanto, não são passivos. Por isso, podem resistir coletivamente em ambientes socialmente desqualificados ou individualmente à desaprovação social, tentando preservar ou restaurar a sua legitimidade cultural e, por consequência, a sua inclusão social (Véras *et al*, 1999). Em complemento, Demazière refere que as categorizações oficiais são alvo de negociação entre os Assistentes Sociais e os próprios assistidos, num processo onde os indivíduos não interiorizam de forma passiva as designações institucionais. Os indivíduos utilizam a sua margem de manobra para alcançar maiores ganhos identitários possíveis usando várias estratégias (1992, *cit. in* Diogo, 2007, p. 35).

Estas estratégias identitárias utilizadas pelos atores sociais, designam as formas que os indivíduos utilizam para maximizar os aspetos positivos de uma identidade social, nas dimensões de identidade para si e para os outros, conciliando-as e reduzindo ou eliminando dissonâncias psicologicamente perturbadoras que eventualmente apareçam, abrindo-se caminho para a resolução ou tentativa de resolução das tensões identitárias. Nesta conceção, podem ser utilizadas estratégias de distanciamento que são uma forma

dos indivíduos se distanciarem do sistema de valores que os estigmatiza, resistindo assim à interiorização da identidade negativa evitando a transformação da identidade para os outros na identidade para si. Os sujeitos também podem desenvolver estratégias de orgulho, com a finalidade de revalorizar o estatuto social, o que passa necessariamente por um emprego, encarando este como uma forma de alterarem a definição de si por parte das outras pessoas, valorizando a forma como os outros o veem, ou seja, valorizando a identidade em relação aos outros. Já as estratégias de defesa são utilizadas quando a identidade negativa para os outros está interiorizada, traduzindo-se em formas de minorar os efeitos para o indivíduo. Os sujeitos podem-se auto desculpar, colocando a culpa nos outros, ou como distinção, definindo a sua situação a partir de outros que se encontram numa situação pior. A comparação aos outros, que estão na mesma situação, é utilizada para que os sujeitos não se sintam merecedores da mesma estima social, realçando qualidades próprias por contraste aos defeitos dos outros. “Trata-se de um verdadeiro trabalho de conciliação entre as duas formas identitárias cujo resultado permite viver melhor com uma identidade social negativa interiorizada (Diogo, 2007, p.67).

Castel (1996 *cit. in* Clavel, 2004, p. 68) refere que o movimento de transformação do trabalho gera três formas de relação com o emprego, correspondentes a zonas de socialização diferentes. A primeira é o emprego estável, que contribui para a integração dos indivíduos pelo trabalho. A segunda é o emprego precário, que corresponde a uma zona de vulnerabilidade social em que o recurso à assistência pontual ou crónica se reveste de diferentes formas. Por último, a perda de emprego, intermitente ou definitiva, que leva a uma rutura progressiva dos laços sociais estruturantes, sendo estas duas últimas formas de trabalho precárias bem visíveis no processo de desqualificação social apresentado por Paugam (2003).

A nível prático o RSI não é encarado da mesma forma por todos os beneficiários. Ele pode ser visto como uma maneira de arranjar emprego, diretamente através de emprego proporcionado pelo próprio dispositivo, quer sejam atividades ocupacionais ou emprego no mercado “normal” de trabalho. Pode também ser visto como uma forma indireta de arranjar emprego, através da formação profissional que este proporciona aos indivíduos, podendo facilitar-lhes o acesso a emprego. Porém, esta medida política pode também ser vista como um recurso monetário, que torna economicamente viável a construção de uma identidade social centrada em outros princípios identitários, que não a relação com o trabalho. Importa referir que o RSI é apenas uma parte dos recursos financeiros distribuídos pela Segurança Social. O abono de família ou o subsídio de desemprego

podem ser recursos importantes para fundar uma relação identitária com o trabalho como a descrita (Diogo, 2007).

Em síntese, pode-se dizer que a identidade social é, cada vez mais, uma construção e não um dado. Esta implica a necessidade de os indivíduos construírem a sua própria identidade social. Assim, a margem de manobra perante os constrangimentos estruturais aumenta. Por isso, as repercussões identitárias do processo de mudança social, vão no sentido do aumento da possibilidade de existir uma importante tensão identitária para resolver, o que é particularmente verdade no que ao trabalho diz respeito (Diogo, 2007), até porque indivíduos com a mesma condição social objetiva estabelecem diferentes valorizações do trabalho, o que pode quer dizer que, para muitos, o principal valor deixou de ser o trabalho passando a competir com a saúde, família e lazer (Paugam, 2003).

Sainsaulieu (1998 *cit. in* Diogo, p. 59) refere mesmo que tem aumentado a importância do que designa como “atividade benévola”, ou seja, atividades de carácter cultural, associativo ou político como princípios identitários concorrentes ou concomitantes com o trabalho.

Capítulo III O Rendimento Social de Inserção

1. Direitos sociais, justiça social e política pública

Ao longo da história do direito, a enunciação e a explicitação sobre o domínio dos direitos reais têm assumido uma acentuada prioridade. Contudo, tal não tem acontecido no caso dos direitos sociais (Rodrigues, 2010).

Os direitos sociais e económicos constituem um modelo de cidadania social e económica e devem ser equacionados a partir da ideia de justiça social, enquadrando-se na necessidade de distribuição de rendimentos e na proteção dos mais vulneráveis, dos pobres e dos trabalhadores, sob o princípio da solidariedade e igualdade (Rodrigues, 2010), na senda de uma cidadania ativa que permita o acesso e usufruto real dos direitos na sua totalidade (Amaro, 2015), uma vez que é através do acionamento destes direitos que se pode promover a inserção social (Fernandes, 1994 *cit. in* Rodrigues, 2010, p. 197).

O século XIX foi favorável à eclosão das ideias socialistas, porque a industrialização fez-se acompanhar de um maior (re)conhecimento da pobreza (Rodrigues, 2010). Por seu turno, Marshall, autor da ideia dos direitos sociais, defendeu existir um conjunto de direitos que se desdobram em diferentes gerações de direitos. A primeira geração seria constituída pelos direitos civis, ou seja, os direitos necessários ao exercício da liberdade individual, surgidos sobretudo ao longo do século XVIII. A segunda geração seria constituída pelos direitos políticos, que dizem respeito ao exercício do poder político, emergentes no século XIX. Finalmente, a terceira geração de direitos, seria a dos direitos sociais, referentes ao bem-estar económico e social, formulados no século XX (Marshall, 1950, *cit. in* Rodrigues, 2010, p.192).

Marshall advogava a perspetiva da cidadania plena, onde os direitos tinham todos de interagir, por isso não existia uma cidadania plena sem a cidadania política, civil e a cidadania social. Assim, a cidadania social marca a fase final do desenvolvimento da cidadania, que seria o último ideal para uma plena participação do indivíduo na sociedade. Nesta conceção de ideias, os direitos sociais são direitos que decorrem dos outros e são direitos positivos, porque implicam ação, intervenção, uma concretização por parte do Estado. Ou seja, para se conseguir a efetivação desta cidadania plena os direitos sociais têm de se tornar substantivos e não estarem apenas reconhecidos na lei (Marshall, 1950, *cit. in* Rodrigues, 2010, p. 192). A questão é que se decorrem dos outros direitos e são baseados na lógica das desigualdades podem ser questionados e retirados, pois o Estado tem de garantir a gestão dos recursos. Assim, quando um país está em crise são os direitos

sociais que sofrem grandes cortes, passando de um Estado protetor a assistencial (Rodrigues, 2010).

Os direitos sociais em Portugal sofreram uma dimensão significativa em três dimensões fundamentais. A primeira dimensão diz respeito à diminuição das desigualdades e redução da pobreza, com as prestações sociais não contributivas ou de solidariedade, bem como as prestações sociais de carácter universal como o Serviço Nacional de Saúde. A segunda dimensão diz respeito à “europeização das políticas sociais”, sendo modificados os pressupostos de análise e entendimentos dos fenómenos. Assim, é tido em conta que o bem-estar não está apenas dependente da distribuição de rendimentos, uma vez que existe a exclusão social que tem causas muito mais complexas. Adjuvante a isto, as políticas sociais ativas colocaram os indivíduos numa posição mais ativa na elaboração e desenvolvimento dos seus projetos de vida e inserção social, e não apenas como recetores de uma prestação social, como é o caso do RSI por exemplo. Por fim, a terceira dimensão diz respeito ao envelhecimento da população que obriga a que o sistema de bases e a sustentabilidade dos regimes de pensões sejam revistas, mas também à necessidade de reformular a segurança social (Pereirinha, 2012).

Mas afinal o que é uma política pública? A noção de política pública não é clara nem consensual. Para alguns autores relaciona-se com a ação dos governos orientada pela preocupação com o bem-público e, destarte, produtora de efeitos específicos e de impactes, mais ou menos profundos, na vida das pessoas (Lynn, 1980; Peters, 1986; Mead, 1995 *cit. in* Souza, 2006, p.24). Outros, destacam sobretudo o campo da política pública como o domínio da decisão e da priorização de umas ações em detrimento de outras (ou seja, o que o governo escolhe ou não fazer) (Dye, 1984 *cit. in* Souza, 2006, p. 24), em função de decisões analíticas em torno das questões do que cada grupo ganha ou perde, porquê e com que consequências (Laswell, 1936 *cit. in* Souza, 2006, p.24). Outros ainda, posicionando-se criticamente por referência a tais perspetivas, de foco essencialmente procedimental e racionalista, enfatizam o papel da política pública na solução de problemas, por isso a política pública deve andar em torno de ideias e confronto de interesses para assim ser compreendida (Souza, 2006).

A política pública, bem criar condições para o desenvolvimento do indivíduo (direito à saúde, educação, segurança social, entre outros). Ou seja, vem criar direitos que possam garantir a defesa e a proteção da sociedade. Apesar das diferentes definições as políticas públicas assumem, em geral, uma perspetiva de que o todo é mais importante do que a soma das partes e que indivíduos, instituições, interações, ideologia e interesses contam,

mesmo que existam diferenças sobre a importância relativa destes fatores. Portanto, a política decorre da vivência em sociedade e tem como finalidade o bem-comum, o bem-estar social. Uma política pública é uma ação intencional governamental com legitimidade política, legislativa e financeira, de forma a responder a necessidades e problemas. Assim, é abrangente e não se limita a leis e regras, mas também é orientada por objetivos para tentar resolver ou responder essas necessidades. Apesar de ter impacto a curto prazo é uma política a longo prazo. Por fim, a política pública, implica implementação, execução e avaliação através das organizações públicas, privadas e dos particulares executores das políticas (Souza,2006).

Decorrente do que foi dito pode-se referir o conceito de política social, sendo esta um conjunto de medidas tomadas a nível nacional para melhorar as condições de vida material e cultural da sociedade, tendo consciência dos direitos sociais e da situação política e económica do país num dado momento. São medidas que têm impacto sobre o consumo, o investimento, a segurança, a participação, a liberdade e a dignidade dos povos. Promove também a autonomia, pois quanto mais estável for a sociedade, maior é a autonomia do indivíduo (Souza,2006). Assim, “quando os excluídos mergulham num universo de fragilidades, as políticas sociais têm de possuir a capacidade de abrir horizontes de futuro, conferindo graus suficientes de confiança à vida das pessoas” (Fernandes, 2010 *cit. in* Rodrigues, 2010 p. 197). Por tudo o que foi apresentado podemos afirmar que o Rendimento Social de Inserção é uma política pública e uma política social.

2. Rendimento Mínimo Garantido/ Rendimento Social de Inserção

Em 1992, no âmbito de um dispositivo global e coerente de luta contra a exclusão social, é instituída a recomendação a todos os Estados-Membros da União Europeia, sobre o direito fundamental dos indivíduos terem recursos suficientes para viverem em conformidade com a dignidade humana. No entanto, só depois da vitória eleitoral do Partido Socialista em 1995, e depois de quatro anos volvidos das recomendações europeias, foi publicada a lei número 19-A/96 de 29 de junho, que instituiu o Rendimento Mínimo Garantido (RMG).

De acordo com Ferro Rodrigues – então Ministro da Solidariedade e Segurança Social – a lei sobre o RMG tinha três objetivos fundamentais: “Em primeiro lugar, cria um instrumento coerente no contexto de proteção social, reconhecendo a cada cidadão residente em Portugal o direito a um nível mínimo de subsistência, desde que se encontre

numa situação de exclusão social e esteja ativamente disponível para seguir um caminho de inserção social. Em segundo lugar, a nova medida é criada sob a forma de um contrato social que compromete o Estado, os parceiros sociais, as instituições de solidariedade, as autoridades municipais e os cidadãos, sendo que o primeiro se compromete a conceder uma prestação financeira e, em conjunto com o segundo, a apostar na criação de oportunidades para a inserção social e, por sua vez, os últimos se comprometem a seguir as trajetórias de inserção que foi possível criar. Em terceiro lugar, este novo instrumento é criado no contexto de um sistema de proteção social, sendo equiparado com a pensão social porque se entende que deve representar um nível mínimo de proteção social universal” (Ferro Rodrigues, 1996 *cit. in* Batista & Cabrita, 2009, p.5).

Na mesma linha, Capucha (2005) refere que o modelo desenvolvido a partir de outras experiências europeias, nomeadamente da francesa, sendo Portugal o penúltimo país da Europa comunitária a fazê-lo, tinha como objetivo, através do carácter universal, independentemente da carreira contributiva, o combate às formas mais extremas de pobreza, através do direito a uma prestação do regime não contributivo da Segurança Social⁵ que assegurasse a todas as pessoas um rendimento mínimo de subsistência, para fazer face às necessidades essenciais e que garantisse um nível básico de dignidade, segundo uma lógica de redistribuição de recursos e de solidariedade. Este modelo também pretendia promover a inserção social e profissional resolvendo os problemas que estiveram na origem da situação de carência extrema, por meio de um programa de inserção, através de um contrato social de inserção assinado com os beneficiários da prestação. Assim, são criadas condições para estes se autonomizarem da prestação. Segundo a lei 19-A/96, o contrato de inserção é um conjunto de ações definidas pelos ministérios da solidariedade e segurança social e para a qualificação e emprego, assumido através de um acordo com as comissões locais de acompanhamento e entre os beneficiários da prestação criando condições para a sua progressiva inserção, bem como do seu agregado familiar (artigo 3º). Assim, a inserção social era resultado da vontade das pessoas e famílias para romperem com o passado e caminharem no sentido da cidadania, através dos meios adequados para tal. São, então, fornecidas um leque de recursos que

⁵ O desenvolvimento do carácter não supletivo da ação social do Estado já tinha começado em 1984, quando a Ação Social se tornou parte integrante do Sistema de Segurança Social. Porém, só a aplicação do RMG reforçou a evolução para políticas sociais ativas (Batista & Cabrita, 2009). O valor do RSI era equivalente ao montante per capita da pensão social (117,71 €) para agregados até dois adultos, 70% do valor da pensão social para agregados com três ou mais adultos e 50% por cada menor (Rodrigues, 2010).

vão desde a oferta de emprego, à formação profissional, à educação, saúde, serviços de apoio à família, à habitação e outras formas de apoio social e pessoal (Capucha, 2005).

Rodrigues (2010) refere que ao criar o RMG como medida de política social de nova geração, o Estado-Providência assumiu o seu papel de garante da coesão social, ao mesmo tempo que pretendeu dar resposta à crescente incapacidade dos mecanismos tradicionais de proteção social. O RMG construía uma nova modalidade de funcionamento do Estado-Providência assente na “intervenção e construção de uma rede de apoio social ativo e preventivo” e, simultaneamente, “diferenciando os apoios em função das necessidades dos beneficiários” e incrementando a “participação ativa de muitos dos que tenderiam a reduzir-se à condição de ‘assistidos’ (Rodrigues, 2010, p. 213). Além disso, para o mesmo autor, o facto de ser atribuída uma prestação aos beneficiários permite-lhes ter um limiar mínimo de estabilidade e a possibilidade de criarem um projeto de vida minimamente consolidado para além das fronteiras do programa de inserção.

2.1.Principais mudanças nos princípios da medida

Em março de 2002, através da coligação de centro-direita, esta medida política volta a estar na agenda parlamentar. Contudo, este governo preparou o caminho para um período de retrocesso ideológico em relação à filosofia original e aos objetivos fundamentais da medida. O novo governo propôs substituir o RMG pelo Rendimento Social de Inserção, e é com a discussão do Projeto-Lei número 6/IX, que se revoga o Rendimento Mínimo Garantido e se cria o Rendimento Social de Inserção. Este último surge com a lei 13/2003, de 21 de maio, com retificação número 7/2003 de 29 de maio e foi regulamentada pelo decreto-lei número 283/2003 de 08 de novembro (Batista & Cabrita, 2009).

O RSI aparece definido no artigo 1.º da lei 13/2003, como uma prestação incluída no subsistema de solidariedade⁶ e com um programa de inserção, de modo a conferir às pessoas e seus agregados familiares apoios adaptados à sua situação pessoal, que contribuam para a satisfação das suas necessidades essenciais, e que favoreçam a progressiva inserção laboral, social e comunitária. De uma forma geral as alterações

⁶ Se o RMG era uma prestação do regime não-contributivo da Segurança Social, o RSI passa a ser uma prestação incluída no subsistema de solidariedade. Como tal, o valor do RSI deixa de ser indexado ao montante legalmente fixado para a pensão social do regime não contributivo de Segurança Social, e passa a ser indexado ao valor da pensão social do subsistema de solidariedade (Rodrigues, 2010).

passaram pela ênfase dada ao caráter transitório e auxiliar da medida e na moralização da mesma, acentuando a componente da inserção, para que com o trabalho em conjunto seja possível ao indivíduo sair da situação de necessidade (Batista & Cabrita, 2009). Além disso, criou mecanismos de inspeção eficaz e de controlo eficiente, dirigindo a medida para quem precisasse efetivamente de mais apoio e, segundo as palavras do então Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social Bagão Félix, para que o RSI não se tornasse “num expediente formal para manter o direito à prestação e nunca deixar a situação” (*cit. in* Batista & Cabrita, 2009, p.7).

A par do que foi referido e no mesmo decreto de lei, são também definidas condições específicas de atribuição e cessão da prestação para pessoas entre os 18 e 30 anos, pretendendo que exista uma disponibilidade ativa para o emprego ou formação profissional, a inscrição nos centros de emprego ou formação profissional há pelo menos seis meses, a comparência às convocatórias do serviço de emprego e a comunicação de qualquer alteração surgida no prazo de dez dias. Esta lei também trouxe alterações na contabilização dos rendimentos do agregado familiar, passando a ser considerado o total dos rendimentos do agregado, independentemente da sua origem e natureza, mas também passa a considerar-se apenas os parentes até ao 2º grau de parentesco do titular da prestação. São alargados os apoios especiais e, às despesas de habitação e alojamento já existentes no RMG, são contemplados apoios à maternidade, apoios especiais em situação de deficiência, a idosos em grande dependência, e aos indivíduos que sofrem de doença crónica e suas respetivas famílias. Adjuvante a isto, passasse a contabilizar os últimos 12 meses de rendimentos para aferição da situação económica e respetivo acesso à prestação, que passa a ter uma duração de 12 meses, sendo prevista a sua renovação anual através da sua candidatura com os respetivos meios de prova. Esta lei traz consigo um conjunto de penalizações para quem recuse a elaboração do contrato de inserção (passando o impedimento de receber a prestação de seis meses como era no RMG, para doze meses, período no qual não se pode voltar a aceder à medida), bem como penalizações quanto ao não cumprimento de determinada ação do programa de inserção (advertência, suspensão ou cessação). Este mesmo programa que aparece definido como “um conjunto de ações destinadas à gradual integração social dos titulares desta medida, bem como dos membros do seu agregado familiar “(artigo 3.º da lei 13/2003), e que ficava a cargo das Comissões Locais de Acompanhamento aquando o RMG, deve agora ser enquadrado por uma nova entidade: os Núcleos Locais de Inserção. Todas as ações desenvolvidas são definidas entre o Núcleo Local de Inserção, o próprio beneficiário e agregado familiar.

Apesar de o RSI ser uma política social nacional, para a sua conceção e mecanismos de aplicação, foi necessário a participação ativa de diferentes atores territoriais. É por isso que a aplicação desta medida teve por base o trabalho em parceria que envolveu o Estado, os parceiros locais, o poder local e as instituições de solidariedade social, o que levou a um desafio para trabalhar em rede e cooperar de forma horizontal. Ao mesmo tempo foi lançado um desafio ao nível da ação social: tornar as pessoas, instituições e toda a sociedade solidárias e responsáveis por desenvolver medidas de ativação participativas, onde cada um se compromete a colaborar na definição de um percurso de integração, que culmine na autonomização dos sujeitos. Perante estes novos desafios de gestão são criados mecanismos e estruturas organizacionais a vários níveis (Batista & Cabrita, 2009).

Segundo os mesmos autores, a nível nacional, existe uma Comissão Nacional do Rendimento Social de Inserção que inclui representantes dos vários Ministérios (Educação, Saúde, Trabalho e Solidariedade Social e Justiça), o Secretário de Estado da Habitação e representantes das autoridades locais, das instituições particulares de solidariedade social, dos sindicatos e dos grupos de empregadores. O principal papel da Comissão é avaliar a aplicação da medida. A nível local, os Núcleos Locais de Inserção foram criados por lei e territorialmente abrangem os concelhos. Estes núcleos são coordenados de forma horizontal e incluem representantes das quatro áreas fundamentais para o processo de integração: a segurança social, responsável pela administração da medida e pela concessão das prestações, que também inclui os serviços de ação social (ou de solidariedade social), essenciais para a integração social dos beneficiários; a Educação, a Saúde e o Emprego. Podem também incluir as autoridades locais, as instituições particulares de solidariedade social, os grupos de empregadores e de sindicatos, bem como outras organizações sem fins lucrativos. Os Núcleos Locais de Inserção estão, por norma, ligados à regulação das formas de aplicação e do funcionamento da medida a nível local, definindo as responsabilidades dos parceiros, mas também estão ligados à coordenação dos recursos, através da sua canalização e otimização, com vista a implementar os programas de inserção dos beneficiários, bem como a sua avaliação.

Em 2005, o governo socialista recentemente eleito, aprovou uma lei que revogava vários artigos das alterações introduzidas em 2003, sendo a lei 13/2003 alterada pela lei número 45/2005 de 29 de agosto regulamentada pelo decreto lei número 42/2006 de 02 de fevereiro, que substituiu o decreto lei 283/2003 de 08 de agosto. Estas alterações justificam-se de forma a ultrapassar os problemas que existiam na lei anterior e

mantiveram-se até ao ano de 2010. O decreto lei anunciou, no seu preâmbulo, as alterações agora introduzidas como uma forma de “retomar o combate à pobreza através de mecanismos que assegurem às pessoas e aos seus agregados familiares os recursos que contribuam para a satisfação das suas necessidades mínimas e para o favorecimento de uma progressiva inserção social e profissional, respeitando os princípios da igualdade, solidariedade, equidade e justiça social” (decreto lei número 42/2006 de 26 de fevereiro de 2006, p. 1490), juntamente com a adoção em 2006 de uma Estratégia para a Inclusão Ativa. Portanto, segundo Batista & Cabrita (2009), deu-se um regresso à filosofia base do RMG e a uma recolocação do RSI no contexto das medidas de política social ativa, sendo que para uma inclusão ativa devem ser combinados, a nível da intervenção, as políticas ativas de emprego, as políticas do rendimento mínimo e o acesso aos serviços sociais.

O RSI continuou a manter a prestação pecuniária e o programa de inserção. Podem ser titulares desta prestação as pessoas com idade igual ou superior a 18 anos. Podem também ser titulares as pessoas com menos de 18 anos que tenham menores a cargo e na exclusiva dependência económica do seu agregado familiar, mulheres que estejam grávidas e casais casados ou em união de facto há mais de um ano. Segundo o mesmo decreto de lei, para se poder beneficiar desta medida é necessário um conjunto de condições: residir em Portugal; não receber rendimentos ou prestações sociais, do agregado familiar ou do próprio, superiores aos que se encontram definidos pela lei; assumir um compromisso formal e expresso de assinar e cumprir o programa de inserção; prover todos os meios de prova que ao beneficiário sejam solicitados no âmbito da instrução do processo; consentir à entidade distrital competente o acesso ao conjunto de informações relevantes de avaliação; estar inscrito no Centro de Emprego, caso esteja desempregado e reúna as condições para o trabalho. Se no ano de 2003 eram apenas considerados os parentes até ao segundo grau, esta nova lei prevê a inclusão dos parentes menores em linha reta e até ao segundo grau, e inclui todos os parentes em linha reta, os afins e os adotantes. Contudo, vem excluir os indivíduos maiores que ao titular estejam confinados ou a elementos do agregado familiar, ou ainda que estejam acolhidos numa instituição financiada pela segurança social ou em situação de acolhimento (Lei número 45/2005 de 29 de agosto).

O montante⁷ da prestação de RSI continua a ser indexado ao valor da pensão social do subsistema de solidariedade, e o cálculo do RSI é feito através da diferença do valor do RSI, correspondente à composição do agregado familiar e a soma dos rendimentos do mesmo. Nos rendimentos contabilizados para o cálculo da prestação passa a existir uma diferenciação caso os rendimentos sejam constantes ou variáveis. Assim, segundo o artigo 15º da lei 45/2005 é feita uma média dos rendimentos obtidos nos últimos três meses anteriores ao requerimento se estes forem variáveis, se forem fixos serão tomados em conta o último mês de rendimentos. O artigo 21º volta a definir o direito à prestação de forma automática, findo o período de 12 meses iniciais para atribuição da prestação caso se justifique. O beneficiário deixa de ter direito quando não contempla os requisitos necessários para a atribuição, pela não celebração do programa de inserção por razões que lhe podem ser imputadas, por falsas declarações, pela privação de liberdade aquando uma decisão judicial e por morte do titular (art.º 22º da lei número 45/2005 de 29 de agosto).

Em 2010, ano que é designado pela União Europeia como o Ano Europeu do Combate à Pobreza e à Exclusão Social, e que também ficou marcado pela pretensão de Portugal reduzir o número de pobres em 20 milhões até 2020, no âmbito da estratégia europeia, surgem outras alterações ao RSI com o decreto lei número 70/2010 de 16 de junho (Rediteia, 2015). Neste decreto, e apesar de ser o ano de combate à pobreza e exclusão, é referido que no âmbito da crise económica e financeira e, conseqüentemente no programa de estabilidade e crescimento de 2010-2013, são tomadas medidas para a promoção do crescimento económico e do emprego, bem como medidas que visam conter de forma sustentada a despesa pública. Portanto, a aplicação das prestações sociais não contributivas, cujo acesso tenha subjacente a verificação da condição de rendimentos, passa a ser mais criteriosa.

A harmonização pretendida nas contas do Estado centra-se na verificação da condição de recursos⁸, independentemente dos apoios públicos em causa, assente em três esferas distintas, sendo o primeiro o conceito de agregado familiar, com tendência para

⁷ No que concerne aos montantes adstritos o requerente recebe 100% da prestação, bem como o segundo indivíduo maior, o terceiro indivíduo maior e seguintes recebem 70%, o primeiro e segundo indivíduo menor recebem 50% e a partir do terceiro indivíduo menor a percentagem equivale a 60% (Decreto-Lei n.º 45/2005).

⁸ A condição de recursos “corresponde ao limite de rendimentos e de valor dos bens de quem pretende obter uma prestação de segurança social ou apoio social, bem como do seu agregado familiar, até ao qual a lei condiciona a possibilidade da sua atribuição” sendo que “a condição de recursos de cada prestação de segurança social ou apoio social consta do respetivo regime jurídico (art.º 2º, decreto-lei n.º 70/2010 de 16/06).

ser aproximado do conceito de agregado doméstico privado. Assim, são considerados como integrantes do agregado familiar, as pessoas que com o beneficiário vivam em economia comum desde que seja cônjuge ou viva em união de facto há mais de dois anos; parentes e afins maiores, em linha reta e em linha colateral; parentes e afins menores em linha reta e em linha colateral; adotantes tutores e pessoas a quem o titular esteja confiado por decisão judicial ou administrativa por quem é devidamente competente; e adotados e tutelados pelo requerente ou por outro elemento que compõe o agregado familiar, e crianças e jovens confiados, por decisão judicial ou administrativa de entidades ou serviços legalmente competentes, para o efeito ao requerente ou a qualquer dos elementos do agregado familiar (Artigo 4º). A segunda dimensão diz respeito aos rendimentos considerados. Para efeitos de verificação da condição de recursos, consideram-se os rendimentos relativos ao trabalho dependente e independente, rendimentos empresariais e profissionais, rendimentos de capitais e rendimentos prediais, pensões, prestações sociais, apoios à habitação regulares e bolsas de estudo e formação (Artigo 3º). Por fim, a última dimensão, refere a definição de uma capitação em função da composição do agregado familiar. Assim, o RSI calcula-se em função do agregado familiar. A base de cálculo para a atribuição do RSI, segundo o artigo 10.º do decreto 70/2010, era para o titular, 100% do valor da pensão social (189,52€), a partir do segundo adulto e seguintes equivalia a uma percentagem de 70% (132,66€), e por cada menor 50% do valor da pensão social (94,76 €).

Ainda no âmbito do mesmo decreto de lei acabaram também os apoios especiais no caso de pessoas portadoras de deficiência física ou mental severa, doença crónica, grande dependência e os apoios complementares no âmbito dos acordos de inserção. Este decreto manteve a renovação automática, mas surgiu a obrigatoriedade de os rendimentos serem verificados pelos serviços da segurança social semestralmente. Adjuvante a isto, as condições de acesso mantiveram-se iguais à anterior lei, mas foi introduzida uma novidade: se o titular ficou desempregado por iniciativa própria ou sem justa-cause, só pode requer o RSI um ano após a data em que ficou desempregado. As penalizações para as falsas declarações são agravadas e caso o beneficiário ou um elemento do agregado familiar se recuse, de forma injustificada, a aceitar uma proposta de trabalho ou formação pode arriscar-se a uma penalização de 24 meses sem poder receber esta prestação, dando-se grande importância às medidas de ativação.

Em 2012, foi publicado o decreto lei número 133/2012 de 27 de junho. Neste sentido, é alterado o valor da condição de recursos passando o acesso à prestação a estar

dependente do valor do património mobiliário (depósitos bancários, ações, certificados de aforro ou outros ativos financeiros) e o valor dos bens móveis sujeitos a registo (veículos automóveis, embarcações, motociclos) do requerente e respetivo agregado familiar, sendo que estes não podem ser superior a 60 vezes o valor do indexante dos apoios sociais. Procede-se à alteração da escala de equivalência para efeitos da capitação dos rendimentos do agregado familiar para acesso à prestação, passando o valor a estar dependente da composição do agregado familiar. Assim, no ano de 2012, o titular corresponde a 100% do valor (178,15€), 50% do valor de RSI por cada indivíduo maior de idade (89,07€) e 30% do valor de RSI por cada menor de idade (53,44€)⁹. A juntar a isto, o rendimento social de inserção passa a ser devido apenas a partir da data da celebração do contrato de inserção¹⁰. A renovação anual da prestação deixa de ser automática, passando a estar dependente da apresentação de um pedido de renovação por parte do beneficiário, com uma antecedência de dois meses. Para Diogo (2013), estas medidas vêm complexificar a prestação e adiar o seu recebimento, levando a menos beneficiários e, logo, a menos custos, deixando de fora muitos indivíduos que também viviam em condições de pobreza.

Em 2017 surgiu outra alteração ao RSI, pelo decreto de lei 90/2017 de 28 de junho. Dentro das alterações salienta-se a residência legal em Portugal, portanto os cidadãos pertencentes à União Europeia devem residir em Portugal, os cidadãos dos restantes países devem ter residência legal em Portugal há pelo menos um ano e os cidadãos com estatuto de refugiado também devem ter residência legal. Por outro lado, é reconhecido o direito à prestação de RSI a partir da data de receção do requerimento, sempre com as devidas exceções, não fazendo depender o mesmo da celebração do programa de inserção. Adicionalmente, é salvaguardada a possibilidade de os cidadãos que se encontrem alojados em respostas sociais temporárias e com um plano pessoal de inserção definido, ou em situações de internamento em comunidades terapêuticas ou em unidades de internamento da rede nacional de cuidados continuados integrados, ou ainda em cumprimento de pena de prisão poderem requerer o RSI antes da saída, da alta ou da libertação, iniciando-se o pagamento da prestação no mês da saída ou da alta, o que permite a inserção e o regresso à vida ativa. O RSI em vez de ter de ser renovado com

⁹ Valores que se alteraram em 2016 passando um indivíduo maior a receber 70% do valor de referência do RSI, cada indivíduo menor 50% (Decreto Lei 1/2016).

¹⁰ Salvo nas situações em que este seja subscrito depois de decorrido o prazo de 60 dias, após a apresentação do requerimento devidamente instruído, por facto não imputável ao requerente, situação em que a prestação é devida desde aquele prazo (Decreto lei n.º 133/2012 de 27 de junho).

uma antecedência de dois meses, passa a ter uma renovação imediata, sendo a Segurança Social que, a cada ano, vai rever a situação do requerente, com base nas informações constantes sobre os rendimentos e agregado familiar, no sistema de informação da Segurança Social. No que se refere aos montantes adstritos o titular ganha 183,84 € (100% do valor do RSI), cada indivíduo maior recebe 128,69€ (70% do valor do RSI) e cada indivíduo menor recebe 91,92€ (50% do valor do RSI). Em 2018 os valores de referência do RSI subiram sendo que o titular recebe 186,68 (100% do valor do RSI), cada indivíduo maior recebe 130,68€ (70% do valor do RSI) e cada indivíduo menor recebe 93,34€ (50% do valor do RSI)¹¹.

Depois de apresentadas as principais alterações legislativas podemos referir, através das palavras de Rodrigues (2010), que a avaliação da importância do surgimento do RSI em Portugal, é relativamente aceite como positiva. Contudo, percebe-se no discurso dos Assistentes Sociais um relativo desapontamento, uma vez que este não conseguiu, no seu tempo de duração (quer nos moldes da medida original, quer com as alterações produzidas pelo RSI), desfrutar das alterações burocráticas, administrativas

¹¹ As condições necessárias para requer RSI atualmente são: residir em Portugal (cidadãos pertencentes à União Europeia devem residir em Portugal, os cidadãos dos restantes países devem ter residência legal em Portugal há pelo menos um ano e os cidadãos com estatuto de refugiado também devem ter residência legal); Estar em situação de pobreza extrema; Assumir o contrato de inserção, disponibilizando-se para o trabalho ou outras formas de inserção consideradas adequadas; Ter pelo menos 18 anos; Se não tiver mais de 18 anos também se pode requer o RSI desde que os rendimentos próprios não sejam superiores a 130,68€ e desde que esteja grávida, for casado ou viver em união de facto há mais de dois anos, tiver menores ou deficientes a cargo que dependam do agregado familiar; Estar inscrito no Centro de Emprego se estiver desempregado e tiver condições para trabalhar; Deixar que a Segurança Social aceda à panóplia de informações necessárias para avaliação da situação social e económica; Se o indivíduo tiver ficado desempregado por iniciativa própria (sem causa justa), este só pode requer o RSI após passar um ano depois de ter ficado desempregado; Não se encontrar em prisão preventiva ou a cumprir pena de prisão num estabelecimento prisional. Porém, é permitido pedir RSI nos 45 dias anteriores à data previsível da sua libertação; Não se encontrar institucionalizado em equipamentos que financiados pelo Estado, excetuando as situações em que se encontre transitoriamente acolhido em respostas sociais temporárias, tendo um plano de inserção definido ou em situações de internamento em comunidades terapêuticas ou unidades de internamento da rede nacional de cuidados continuados integrados. Contudo, nos 45 dias anteriores à data previsível da sua saída ou alta, já pode pedir RSI; Não se encontrar a beneficiar dos apoios sociais atribuídos no âmbito do regime de concessão do estatuto de asilo ou de refugiado. O acesso à prestação continua dependente do valor do património mobiliário e do valor dos bens sujeitos a registo, do requerente e do seu agregado familiar, não ser cada um deles superior a 60 vezes o valor do indexante apoios sociais (25.764,00 €). A prestação acumula ainda com outros subsídios: Pensão social de velhice; Pensão de viuvez; Pensão de orfandade; Complemento por dependência; Complemento solidário para idosos; Bonificação por deficiência; Subsídio por assistência de terceira pessoa; Subsídio por frequência de estabelecimento de educação especial; Abono de família; Abono pré-natal; Subsídios no âmbito da parentalidade e adoção; Subsídio de doença; Subsídio de desemprego; Prestação Social para a Inclusão – Componente Base (Segurança Social, 2018).

e institucionais. Como já referimos, são as medidas de política social que mais sofrem em tempos de crise. O RSI deve possibilitar a satisfação das necessidades básicas e permitir uma vida digna, afinal foi por isso que ele surgiu. Não basta permitir às pessoas o acesso a uma refeição diária gratuita (como se fez em 2011 com o programa de emergência alimentar), que mantém as pessoas em situação de vulnerabilidade e tende a colocá-las em condições de dependência, sem que o foco do problema fique resolvido contribuindo para adensar a pobreza e, por consequência, a exclusão social (Rediteia, 2015).

Para Batista & Cabrita (2009) o conceito de inserção está claramente associado à multidimensionalidade do conceito de exclusão social, segundo o qual as pessoas excluídas se veem privadas de recursos económicos e do acesso a direitos fundamentais como a educação, a saúde e a habitação, e onde o trabalho continua a ser considerado como sendo a finalidade máxima do processo de inserção. Na mesma linha, Rodrigues (2010), refere que os indivíduos recorrem ao RSI porque estão privados de um conjunto de direitos em vários domínios. Numa tentativa de (re)ingressar rapidamente no mercado de trabalho aproveitam a contrapartida que lhes é exigida: a inserção profissional. Porém, o recurso aos programas ocupacionais dirigidos aos trabalhadores carenciados ou trabalhadores subsidiados inscritos no centro de emprego da sua área de residência, têm servido para por ao dispor mão-de-obra barata e flexível, que passa a trabalhar sem os normais direitos inerentes ao trabalho e sem perspetivas profissionais, apesar de a situação de necessidade se manter. Esta situação não se coaduna com os objetivos apresentados pelo RSI, ficando os sujeitos ligados ao mercado de trabalho por laços muito ténues, o que leva a que os beneficiários sejam trabalhadores de segundo nível, sendo que algumas tarefas podem ser encaradas por eles como desqualificantes e desqualificadas, impondo-lhes estágios em instituições, para justificar o benefício da prestação e sem ter sido tomado em conta vários handicaps que os sujeitos acumulam, e sem que os mesmos promovam o verdadeiro intuito dos estágios: a inserção duradoura dos beneficiários de RSI.

A incapacidade de uma eventual inserção laboral gera também estigmatização por parte da sociedade, até porque os sujeitos continuam a ter que frequentar, de forma regular ou mais esporádica, as instituições sociais estabelecendo uma relação de dependência e porque, como já se viu, é necessário estar em pobreza extrema para receber RSI, o que pode ser visto pela sociedade como uma incapacidade do indivíduo. Esta incapacidade de inserção laboral também gera uma desmotivação em relação aos projetos de vida de médio e longo prazo que os beneficiários (não) podem ou conseguem desenvolver e uma

reduzida autoestima por parte dos mesmos, que podem construir trajetos de acomodamento ao subsídio sem a contrapartida da inserção (Rodrigues, 2010). Até porque só se consegue um real combate à pobreza e exclusão se todos os pobres estiverem implicados na procura de respostas adequadas, com respeito pela sua dignidade, interesses e aspirações. Só um trabalho em conjunto e personalizado consegue inverter todo este processo de desencantamento, e aumentar a autoestima e a capacidade de construir um projeto de vida com bases sólidas (Rediteia, 2015). Contudo, e apesar das regras de atribuição serem mais criteriosas e a avaliação mais demorada – fatores que facilitam a intensificação do processo de exclusão de muitas famílias- a medida significou um acréscimo de rendimentos para muitas famílias que, por vários motivos, passaram a viver em situação de precariedade no que ao rendimento e sustento do agregado familiar diz respeito (Rodrigues, 2010). Por fim, e depois de tudo o que se referiu fica a pergunta: será que Portugal vai conseguir de forma efetiva e não meramente estatística atingir o seu objetivo de reduzir o número de pobres em 20 milhões até 2020?

Parte II Estudo empírico

Capítulo IV- Enquadramento metodológico

1. Metodologia

Numa alusão a Weber e nas palavras de Casal (1996 *cit.in* Amado, 2014, p.79)” o objeto e objetivo das ciências sociais será, pois, para Weber, identificar, compreender e “explicar” o sentido que os indivíduos atribuem às suas ações e descobrir os motivos pelos quais os indivíduos as executam em determinado momento histórico”. Para Schütz (1993 *cit. in* Amado, 2014, p. 82) toda a ciência social pretende, como primeiro objetivo, a maior clarificação possível sobre o que pensam do mundo social aqueles que nele vivem. Pode-se então dizer, que o objetivo da fenomenologia social é determinar o que significam dadas experiências vividas pelas pessoas e por quem as rodeia, através da descrição feita por elas mesmas. Assim, esta investigação apresenta um cariz qualitativo, que tem aplicabilidade a situações humanas, contextos e situações de vida real. A expressão investigação qualitativa pode ser definida como um ‘termo-chapéu’, cujo objetivo é abranger um conjunto de pressupostos sobre a realidade, bem como uma panóplia de estratégias de pesquisa neles assentes, que se acredita serem legítimas para “o estudo do modo como os seres humanos compreendem, experienciam, interpretam e produzem o mundo social” (Mason, 1996 *cit. in* Vieira, 2014, p.16). Na mesma linha, Amado (2014), refere que a investigação qualitativa tem atrás de si toda uma visão do mundo, dos sujeitos humanos e da ciência. Esta abordagem é a mais aconselhada, por exemplo, quando se está perante acontecimentos novos, pouco explorados ou mesmo casos raros (Vieira, 2014), por isso o estudo terá um método de cariz exploratório, uma vez que este tipo de pesquisa é utilizado fundamentalmente para desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, com o objetivo de proporcionar uma visão global de determinado fenómeno (Gil,2005).

No seguimento, objeto de estudo que guia a dissertação passa por conhecer o percurso dos beneficiários de RSI, desde o momento em que se dirigem a uma instituição. As questões decorrentes do objeto de estudo foram as seguintes: a) qual é o motivo de ligação à instituição e como é o momento de ligação a essa instituição? b) há alterações no dia-a-dia dos beneficiários? c) qual é a ligação entre o espaço territorial e os beneficiários? d) quais são as perspetivas que os beneficiários têm para o seu futuro? Neste sentido, formularam-se os objetivos. O objetivo principal é conhecer e/ou compreender o percurso dos beneficiários de RSI desde a ligação a uma instituição.

Assim, os objetivos específicos passam por reconstruir o momento de ligação a uma instituição; analisar e identificar se houve alterações nos ritmos quotidianos dos beneficiários; analisar qual a ligação entre o espaço territorial e os beneficiários; e compreender quais as expectativas que têm para o futuro.

De modo a responder aos objetivos da investigação é necessário a utilização de técnicas que referem os meios, as ferramentas específicas, as abordagens que permitem a aquisição de informações relevantes, a respetiva análise (dos dados), assim como inferências subsequentes a realizar (Vieira, 2014). Assim, as técnicas utilizadas passaram, primeiramente, pela pesquisa documental e bibliográfica. A pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente por artigos científicos e livros. A grande vantagem da pesquisa bibliográfica está ligada ao facto de permitir ao investigador uma cobertura muito mais ampla dos fenómenos. Através da pesquisa de bibliografia, o tema a ser estudado é determinado claramente, por isso é feita uma identificação, seleção, avaliação e comparação entre os diversos estudos, de forma a desenvolver um estado da arte, onde são sintetizadas informações relevantes e elaboradas conclusões que requerem reflexividade. A pesquisa documental assemelha-se muito à pesquisa bibliográfica, seguindo o mesmo desenvolvimento. Para este tipo de pesquisa são utilizados dados estatísticos, projetos de lei, ofícios e fotografias, por exemplo. Portanto, são todos os documentos que podem ser estudados e, através deles, se possa obter informação significativa (Gil, 2008).

Outra das técnicas utilizadas foi a entrevista, sendo esta um dos mais poderosos meios para se chegar ao entendimento dos seres humanos, e para a obtenção de informações nos mais diversos campos. A entrevista é um método de recolha de informação, uma conversa intencional orientada por objetivos específicos, um método adequado para “a análise do sentido que os atores dão às suas práticas e aos acontecimentos com os quais se veem confrontados: os seus sistemas de valores, as suas referências normativas, as suas interpretações de situações conflituosas ou não, as leituras que fazem das próprias e experiências, etc” (Quivy & Campenhoudt, 1998 *cit. in* Amado, 2014, p.207). Neste caso, foram levadas a cabo treze entrevistas semiestruturadas ou semidiretivas a beneficiários de RSI da instituição Legião da Boa Vontade em Coimbra, há pelo menos três anos, tendo sido estes considerados pela Assistente Social os utentes mais acessíveis para serem entrevistados. Por isso, e como refere Merriam (2002 *cit. in* Amado, 2014, p.21), os escolhidos para a entrevista devem ser alguém com quem se possa “aprender ao máximo”, e que pela sua experiência de vida quotidiana estejam envolvidos

ou em contacto muito próximo com o que se quer estudar. Estas entrevistas foram realizadas na Legião da Boa Vontade e, por norma, tiveram a duração de uma hora.

A entrevista, tal como deve ser feita, foi estruturada em blocos temáticos e de objetivos, consistindo esse instrumento num guião¹² da entrevista, que resulta de uma preparação necessária para a mesma, ajudando a gerir as questões e relações na hora da entrevista, para assim orienta-la quando o entrevistado não avança no desenvolvimento do tema proposto, ou não atinge o grau de explicação pretendido, portanto consegue-se registar, numa ordem lógica para o entrevistador, o essencial do que se quer obter. Este tipo de entrevista semiestruturada não tem uma imposição rígida de questões, sendo dada uma liberdade de resposta ao entrevistado, permitindo que este fale sobre o tema proposto, respeitando os seus quadros de referência e ressaltando o que para ele é mais relevante, com as palavras e ordem que mais lhe convier, possibilitando a captação de opiniões, atitudes, representações, recordações, afetos, intenções, ideias e valores (Amado, 2014). As questões utilizadas foram abertas para permitir as respostas nos próprios termos dos entrevistados e evitar respostas de sim e não, que poderiam aludir a um questionário. Foram claras na medida em que se utilizou uma linguagem acessível; e neutras uma vez que se respeitou o que disse o entrevistado, desenvolvendo-se um ambiente tranquilo, de confiança e sem qualquer julgamento¹³. Os dados obtidos foram posteriormente transcritos, de forma cuidada e sem qualquer alteração às palavras e ordem do discurso dos entrevistados, e sujeitos à análise de conteúdo. Importa referir que a análise de conteúdo também se faz, e foi feita, através da pesquisa bibliográfica e documental, em género de pré-análise de conteúdo (Amado, 2014).

Na análise de conteúdo é possível fazer inferências interpretativas, a partir dos conteúdos expressos, uma vez que estes são desmembrados em categorias ou subcategorias. Para alguns autores a análise de conteúdo não é senão “um instrumento, uma série de operações destinadas a construir uma “grelha de análise”, cuja finalidade é a observação de conteúdo” (Lassarre, 1978, *cit. in* Amado, 2014, p.305). Numa definição mais abrangente a análise de conteúdo é “uma técnica que permite o exame metódico, sistemático, objetivo e, em determinadas ocasiões, quantitativo, do conteúdo de certos textos, de forma a classificar e a interpretar os seus elementos constitutivos e que não são totalmente acessíveis à leitura imediata” (Robert & Bouillaguet, 1997 *cit. in* Amado, 2014, p. 304). O investigador quer apreender e aprender algo a partir do que os sujeitos

¹² Ver apêndice 2 com o guião das entrevistas.

¹³ Ver apêndice 3 com as entrevistas semiestruturadas.

da investigação lhe confiam, nas suas próprias palavras (Amado, 2014). O objetivo é permitir ao praticante servir-se do que é dito classificando a informação que recolheu através de entrevistas, por exemplo (Chiglione & Matalon, 1992 *cit. in* Amado, 2014, p. 301).

No âmbito desta técnica, a codificação/categorização consiste num processo de ‘desmembramento’ do texto, de forma a tentar encontrar significados que, numa primeira leitura não se tornam aparentes, retirando ideias-chave. Segundo Bardin (1977 *cit. in* Vieira, 2014, p.55), através da codificação, transformam-se e agregam-se os dados brutos em unidades que permitem uma descrição exata das características relevantes do conteúdo. Segundo Amado (2014), só a partir da codificação se poderá passar à elaboração de um texto que traduza os traços comuns e diferentes das várias mensagens analisadas e, a partir daí, se avance na interpretação e eventual teorização. O processo de codificação/categorização da informação pode organizar-se em quatro fases. A primeira é a fase preliminar onde são determinadas as unidades de contexto (trata-se de decidir qual é a extensão do documento dentro do qual se vai apreender o significado. Numa entrevista a unidade de contexto pode ser a questão colocada, sendo a análise feita em função das perguntas colocadas) e as unidades de registo ou de significação (conteúdo mínimo que é tomado em atenção pela análise como por exemplo um parágrafo, uma frase, adjetivos, palavras mais frequentes). A segunda fase é a de recorte, codificação e reagrupamento, onde são feitas diversas leituras do texto de forma a tentar encontrar padrões de informação, ou seja, parcelas de texto com significado comum (Vieira, 2014). Na análise de vertical, no início ou final de cada recorte, deve ficar registado um código (numérico ou outro) que identifique o documento em causa. Se for um pequeno número de entrevistas pode ser atribuída uma cor a cada uma delas, para no final se reconhecer e diferenciar os autores de cada unidade de registo. À medida que se vai avançando as expressões-chaves vão se aperfeiçoando. Portanto, os títulos atribuídos a cada recorte são ditados pela interpretação do conteúdo e decorrem dos temas do guião da entrevista, uma vez que ao fazer um recorte se está a interpretar. Depois de feitas as leituras verticais pode-se, se assim se desejar, passar às leituras horizontais, que permitem a comparação constante entre os conteúdos, tornando todos os documentos da fase anterior num único (Amado, 2014).

Na fase de classificação por categorias surge a necessidade, por parte do investigador, de criar/usar conceitos que traduzam os significados presentes no texto, ou seja, delimitam-se as unidades de registo depois da análise vertical e horizontal (Vieira,

2014). É este trabalho de interpretação que será a base da construção de categorias (são mais amplas do conceito que se quer apreender e têm uma palavra-chave que as designarão, devendo refletir o sentido das unidades de registo e dos indicadores em que tais unidades se traduzem) e subcategorias (que pode ser um recurso para explicar melhor todo o sentido da categoria) que se podem inferir do corpo do texto. Como processo intermédio entre as categorias e as unidades de registo (fragmentos do texto, relembre-se) estará a construção de indicadores. Estes são expressões construídas pelo analista, que resumem ou expressam o traço geral de uma, ou preferencialmente, de várias unidades de registo. Os indicadores, consoante a atitude do investigador, podem ser mais descritivos do conteúdo, ou mais interpretativos com a intenção de dar sentido às unidades de registo que os ilustram. Assim, consegue-se ter uma visão global e uma unidade genérica das características do corpo do documento, mas também “descortinar consensos, opiniões, contradições e clivagens no interior das condições de produção dos documentos em análise” (Amado, 2014, p. 334). Está-se perante a operacionalização de uma teoria, ou mais precisamente, numa linha de partida empírica para uma teorização a desenvolver pelo investigador.

Na última fase, a de aplicação e avaliação das regras da categorização, verifica-se se as categorias criadas respeitam as seguintes características: exaustividade (devem ser abrangidos todos os itens relevantes para o estudo); exclusividade (uma unidade de registo não deve pertencer a mais do que uma categoria); homogeneidade (um sistema de categorias deve referir-se a um único tipo de análise, não se devendo misturar diversos tipos de classificação); pertinência (um sistema de categorias deve ser adaptado à análise, à problemática e aos objetivos da investigação); objetividade (definição precisa e operatória, que se traduz na explicitação metódica dos critérios que levam a identificar determinada parcela da mensagem com uma dada categoria); produtividade (deve permitir a análise fértil de novas hipóteses e avançar para um nível de teorização, que não se fique apenas pela descrição e interpretação imediata dos documentos, mas que permita a elaboração de novos construtos coerentes com os dados) (Amado, 2014).

A apresentação final não obedece a figurinos e poderá ser combinado com um texto descritivo-interpretativo com tabelas, quadros sinópticos e matrizes que revelam o sistema de categorias e as suas particularidades. No entanto, e para Amado (2014) é preferível que a estrutura da apresentação dos dados siga muito aproximadamente a estrutura de uma matriz com temas, categorias e subcategorias que poderão vir a constituir capítulos, subcapítulos, alíneas do texto. Se assim for convém, no início de cada capítulo

ou subcapítulo, redefinir o conceito de onde se partiu explicando o que se andou à procura. No caso desta dissertação foram feitas análises verticais¹⁴ para cada entrevista, com base em cinco pontos: ligação aos serviços de ação social, ritmos quotidianos, espaço territorial, situação profissional e expetativas de futuro. Foi também desenvolvida uma análise e discussão dos dados de forma a cumprir com os objetivos estabelecidos. Tendo em conta a perspetiva apresentada por Serge Paugam (2003) efetuou-se uma análise de cada entrevista, de modo a enquadrar os beneficiários no processo de desqualificação social¹⁵.

Capítulo V- Apresentação dos dados

1. Análise e discussão dos dados

Depois de todas as entrevistas analisadas foi possível entender o que aconteceu na vida dos beneficiários, a forma como eles lidam com a situação no momento presente, bem como as expetativas que têm para o seu futuro. Assim, é possível categorizar as conclusões retiradas nas entrevistas em cinco pontos: motivo e ligação a uma instituição; ligação atual a uma instituição; consequências da situação; situação profissional; expetativas de vida.

I) Motivo e ligação a uma instituição

Como já foi dito no início desta dissertação, o contexto atual do nosso país é o de uma crise económica e social. O Estado-Providência não atingiu o seu objetivo do pleno emprego, surgindo um desemprego estrutural, no qual subsistem pessoas que não se conseguem integrar no mercado de trabalho e, por isso, assiste-se a um denso número de pessoas que se dirigem à assistência. Na perspetiva de Paugam (1999), o sistema de proteção social está mais presente, existindo por exemplo, um aumento significativo de pessoas que recebem o RSI e isto aconteceu em todos os beneficiários. Assim, após a análise vertical de cada entrevista foi possível concluir que todos os entrevistados fizeram requerimento do RSI depois de terem ficados desempregados. “Fiquei desempregada e recorri ao RSI” (E1), “Eu fiquei desempregada” (E2), “Fiquei desempregado” (E5), sendo esta a razão que, na maior parte das vezes, levou à ligação a uma instituição (relembre-se

¹⁴ Ver apêndice quatro.

¹⁵ Ver apêndice cinco.

que as entrevistadas número três e seis já recebiam apoio de uma instituição antes de serem beneficiárias de RSI).

De grosso modo os beneficiários, oito ao total, achavam que o RSI seria uma ajuda transitória: “(...) achei que seria por pouco tempo” (E3), “(...) Pensava que ao fim de dois meses voltava a organizar a minha vida” (E7) e “(...) achei que seria só durante aquele um ano (...)” (E10). Inclusive, uma beneficiária pensa ainda que esta é uma ajuda transitória, apesar de estar incluída na medida há pelo menos três anos “(...) ainda penso que vou conseguir trabalho e mudar a situação, por isso é temporário” (E10). Os testemunhos apresentados permitem concordar com o que Paugam (2003) defende no processo de desqualificação social já apresentado. Ou seja, o RSI é visto como uma ajuda transitória e, inicialmente, quando os indivíduos beneficiam dele, querem sair o mais rapidamente possível, considerando que este pode criar vínculos mais sólidos à assistência prolongando a situação de dependência. Contudo, quase todos os entrevistados (com a exceção da entrevista número 10, uma vez que no seu agregado familiar existe outra fonte de remuneração para além da dela) referem que na atualidade não sobreviveriam sem as ajudas de um(a) Assistente Social e/ou sem o RSI, uma vez que não têm qualquer base de autonomia para poderem viver sem as mesmas. Relembre-se o que foi dito no primeiro capítulo desta dissertação, o pobre é aquele que se debatendo com a privação e falta de recursos vive na dependência (Fernandes,1998). Logo, são satisfeitas as necessidades básicas como o apoio monetário, a alimentação e um local seguro para habitar, mas os sujeitos continuam dependentes destes apoios como se pode comprovar a seguir: “Como é que vivia? O RSI é pouco, mas nem pensar” (E1), “(...) não vivia sem a ajuda do RSI e das Assistentes Sociais” (E2), “Não conseguia viver” (E9) “Não. O RSI serve para pagar o quarto e sobra muito pouco (...)” (E13). Esta situação vai ao encontro do que Costa *et al* (2008) mencionou também no primeiro capítulo desta dissertação. O autor refere que, mesmo que o apoio seja monetário, o pobre continua em situação de dependência. O problema da falta de recursos, só fica resolvido quando a pessoa se torna autossuficiente e consegue adquirir os rendimentos ditos comuns na sociedade. Assim, devem ser criadas condições a nível macro e micro para capacitar os sujeitos devolvendo-lhes capacidades de autonomia e competências interpessoais e sociais essenciais para o exercício de uma cidadania participativa. Ou seja, como foi referido por Sen (1999) devem ser criadas condições para que a liberdade seja concretizada para que assim os indivíduos consigam escolher livremente o seu projeto de vida.

A maioria dos entrevistados, com exceção dos número quatro e oito, esperou algum tempo até se dirigir a uma instituição “(...) até lá andei a ver no que dava” (E1), “Esperei um mês, tempo a ver se conseguia resolver as coisas” (E2). Mais uma vez se pode aludir a Paugam (2003) quando refere que os indivíduos, no primeiro patamar do seu percurso de ligação aos serviços de ação social, apenas se dirigem a uma instituição em situações limite, desenvolvendo sentimentos de humilhação e vergonha, porque é nessa altura que se consciencializam de que não estão à altura do que deveriam ser, ou de que outrora foram ficando expostos aos seus erros e insucessos, desenvolvendo um sentimento de fracasso. No seguimento desta ideia pode-se ver pelas entrevistas que a ligação a uma instituição nem sempre foi fácil. Para a maioria dos entrevistados, o facto de terem de se dirigir a uma instituição desencadeou neles um sentimento de vergonha: “Senti um bocado de vergonha da primeira vez que vim cá; (...) mesmo assim sinto-me com vergonha (E1), “(...) Tinha vergonha, fiquei intimidada” (E10). Além disso, tal como já foi dito, por Diogo (2007) e Xiberras (1993), o Estado, através das políticas sociais, identifica e dá uma designação oficial aos indivíduos a qual é utilizada pela sociedade em geral e que, portanto, provoca a estigmatização, discriminação, julgamento e rotulação dos indivíduos que se dirigem a uma instituição mesmo sem terem conhecimento do motivo que conduziu o sujeito a pedir ajuda. Este é o estrangeiro de que Simmel (1908) fala.

Contudo, há quatro entrevistados que referiram que nunca tiveram problemas em se dirigir a uma instituição, o que se pode justificar pela formação de uma das entrevistadas, uma vez que é Assistente Social e que conhece os processos de assistência; outra porque ainda não tem consciência de que é assistida e pensa que a situação que vivencia é totalmente transitória. As outras duas situações podem ser justificadas pela necessidade extrema de pedir ajuda, lembrando que nem sempre têm de existir sentimentos negativos aquando a ida a uma instituição. Já Paugam (2003), quando contruiu o processo de desqualificação social, referiu que as três fases eram modelos ou tendências: “(...) sempre me senti confortável” (E6), “Senti que precisava e tinha que ser” (E7), “(...) Não tenho vergonha ou procurava ajuda ou não tinha hipótese” (E8) e “A primeira vez não senti vergonha, receberam-me bem e atenderam-me bem” (E9).

II) Ligação atual a uma instituição

No que concerne aos pedidos de ajuda, só cinco beneficiários dos treze entrevistados referem que pedem ajuda de forma pontual devido a carências financeiras,

apesar de dependerem dos serviços de ação social. Aqui, tal como Paugam (2003) referiu, os sujeitos tomam consciência das suas dificuldades e sabem que existem respostas institucionais para elas, mas recusam a dependência demasiado forte em relação aos serviços porque ainda não se instalaram completamente na carreira do assistido, existindo ainda uma resistência individual em admitir e entrar numa dependência e frequência mais forte e regular em relação aos serviços de ação social: “Aqui é Natal e Páscoa, e de vez em quando venho buscar pão quando me ligam” (E1), “Normalmente peço ajudas mais a nível alimentar de forma ocasional (...) A razão é não ter mesmo (...)” (E3), “(...) só peço de vez em quando (...) peço produtos alimentares para o pequeno almoço (...) As razões que dou são o não ter dinheiro para comprar alimentos” (E9), “Só peço de vez em quando para alimentação e roupa (...) As razões são as dificuldades, o não ter (...)” (E10) e “Normalmente só peço ajuda quando preciso mesmo e é para alimentação, roupa e medicação (...)” (E13).

Os restantes entrevistados pedem ajudas de forma, regular sendo que alguns se ancoram na saúde: “Sim, peço de forma regular. A razão é os meus problemas de saúde (...)” (E2), “Preciso mesmo de pedir, se não como fazia com a medicação (...)” (E5), “As razões que dou é não ter mesmo, sabe que a minha saúde também já teve melhores dias” (E7); outros na falta de emprego e idade “As razões que dou são o não ter mesmo. Ainda poderia ter se trabalhasse, mas não há emprego, como é que iria ter as coisas?” (E4), e “Eu vou pedindo algumas coisas, afinal se pedimos é porque precisamos e eu não tenho mesmo dinheiro. Esta crise e a idade não me deixam grande alternativa (...)” (E12). Esta racionalização vai, de certa forma, revirar o estatuto social de cada beneficiário e abrir espaço para uma aceitação do estatuto do assistido, uma vez que o indivíduo tem de fazer um esforço contínuo para afirmar ou reafirmar a sua identidade social. Por isso, com o passar do tempo, o grosso dos indivíduos foi perdendo o sentimento de vergonha, porque começaram a interiorizar que não conseguiam viver sem as ajudas da proteção social e adaptaram-se, uns melhores que outros, à nova condição de vida. Assim, o sentimento de vergonha apenas se manteve em quatro beneficiários: “(...) mesmo assim sinto-me com vergonha” (E1), “(...) há sempre uma vergonha” (E3), (...) continuo a sentir vergonha (...)” (E10) e “Hoje em dia ainda sinto um bocado de vergonha (...)” (E13).

Os restantes entrevistados na atualidade já não desenvolvem qualquer sentimento de vergonha: “Agora já não (...) tenho qualquer problema (...)” (E2), “(...) Não me sinto incomodado ao pedir (...)” (E4), havendo beneficiários que referem “Acabei por me habituar (...)” (E10) e “(...) já estou habituado. Agora já estou inserido no meio” (E5).

Aqui pode ser identificada a possibilidade de reação dos beneficiários através de meios de resistência ao estigma e uma adaptação na relação com a assistência, diminuindo eventuais conflitos ou tensões mentais, uma vez que os indivíduos têm uma margem de autonomia na definição de si mesmos para aceitar, pelo menos temporariamente, os respetivos constrangimentos, negociando a identidade para os outros. Ou seja, há uma negociação da identidade pessoal no contacto com um(a) Assistente Social, o que vai ao encontro do que foi referido por Paugam (2003).

Quando os pedidos são negados, os beneficiários responderam que ficam tristes ou aceitam: “Quando não aceitam o meu pedido fico triste” (E1), e “(...) quando não aceitam, não vou andar à guerra com ninguém ou obrigar alguém (...)” (E10). Contudo, foi possível aferir que dois dos beneficiários, apesar de referiram que apenas ficavam tristes e aceitavam quando o seu pedido não era aceite, de certa forma reivindicaram a ajuda, mas não de uma forma direta à Assistente Social, acabando por desabafar em entrevista e com a restante equipa da Legião da Boa Vontade: “(...) Pedi roupa e deram-me uns fatos de treino... não é nada para agora. Também pedi calçado e só me arranjaram um par e o arroz nem para a cova de um dente dá (...)” (E4), e “(...) Pedi aqui e não me deram. Acho que a culpa é da nova Assistente Social. Eu sempre tive ajuda daqui e agora chega ela que não sabe nada disto (...)” (E5).

III) Consequências da situação

Estar excluído de um emprego estável é, com grande probabilidade, estar excluído de outras dimensões, portanto esta precariedade que se faz sentir acarreta consigo um conjunto de consequências com perdas sucessivas para o indivíduo, o que vai ao encontro com o que Costa (1998; 2001) e Castel referiram. Ou seja, a exclusão vai de formas mais superficiais para graus mais profundos. Assim, com o passar do tempo, a pobreza afeta o pobre em aspetos da sua personalidade, sendo este efeito tanto mais profundo quanto mais tempo durar e mais profunda for a situação de privação. É um percurso descente no qual se observam sucessivas ruturas na relação do indivíduo com a sociedade.

A primeira perda que se pode referir são as relações de amizade, uma vez que com a perda de trabalho e a entrada em circuitos de assistência, como já foi mencionado por Paugam (2003) ou Clavel (2004), transformaram-se as relações pessoais e, por isso, são perdidas as relações com os colegas no fim do dia de trabalho. Nesta conceção, os entrevistados referem que: “Não mantive relações com os colegas de trabalho” (E3) e que

“Os antigos colegas de trabalho cumprimentam-me na rua e nada mais” (E12). Assim, o círculo de amizades também diminuiu. A maioria dos beneficiários, oito no total, refere que o seu círculo de amizades diminuiu: “(...) Antes tinha mais amizades (...)” (E7), “(...) o círculo de amigos também diminuiu (...)” e “(...) Antes achava que tinha amigos, mas temos mais inimigos de que amigos (...)” (E10). Ainda dentro do círculo de amizades há, por parte de uma entrevistada, uma descrença enorme em relação a elas: “(...) Já não acredito em amizades, estou muito desiludida com a vida. Não confio muito nas pessoas hoje em dia (...)” (E3), inclusive três entrevistados consideram que não têm qualquer amigo “(...) não tenho nenhum amigo (...)” (E4), “(...) Antes havia amigos e hoje só há conhecidos (...)” (E5) e “(...) Antes tinha mais amigos, agora não tenho amigos” (E6). Contudo, um dos beneficiários refere que manteve o seu círculo de amigos “(...) Os amigos continuo com os poucos que tinha (...)” (E11) e outro refere que agora tem um círculo de amizades maior “(...) Agora tenho mais amigos porque sei compreender e ouvir o outro (...)” (E9).

Ainda dentro deste processo de sucessivas ruturas, e no que concerne à saúde, quase todos os beneficiários, nove ao total, referiram que a mesma tinha piorado, o que pode ser explicado porque se sentem mais sozinhos, mais tristes e com poucos recursos financeiros o que os leva a uma constante preocupação, por isso eles próprios referenciam ter depressão. Já Paugam (2003) referiu que a angústia dos indivíduos é adensada pelas dificuldades financeiras. Adjuvante a isto vem a impossibilidade de cuidar da saúde da melhor forma, uma vez que os beneficiários não têm grandes recursos financeiros para comprarem medicação ou desenvolver tratamentos necessários; como por exemplo não se alimentarem da forma mais correta e saudável, mas também pelas condições habitacionais, que podem não ser as mais adequadas: “Eu piorei a nível de saúde (...)” (E1), “ Quando trabalhava não tinha doenças e agora tenho (...)” (E10) mencionando inclusivamente, depressões e uma preocupação constante com o dia seguinte “(...) Já andei a fazer tratamento psicológico (...) Até hoje não ando bem, estou sempre a pensar no dia de amanhã (...)” (E1), “(...) Piorei o corpo e a mente (...)” (E2), “ (...) a falta do dinheiro apoquento o estado da cabeça, a sensação de falta altera a mente (...) Talvez tenha depressão (...)” (E4) e “ Eu piorei de saúde, acho que fiquei com depressão (...)” (E7). Contudo, uma das beneficiárias refere que o seu estado de saúde melhorou: “A minha saúde melhorou, porque sinto-me bem comigo mesma e compreendida pelos outros (...)” (E9). Esta situação descrita vai ao encontro de Paugam (2003), uma vez que o autor refere que vários beneficiários do Rendimento Social de Inserção em situação de

fragilidade e à procura de emprego afirmaram, um ano mais tarde, ter desenvolvido problemas de saúde que os impedia de trabalhar. Remonte-se também a Clavel (2004), para quem a saúde deteriorada pode ser um indicador de exclusão e a Costa *et al* (2008) para quem a dimensão mais visível e observável da pobreza, passa por problemas de alimentação, condições habitacionais e pelo estado de saúde.

A esta quebra dos laços e problemas de saúde devido a ruturas profissionais somam-se ruturas familiares. Há uma destruturação, desequilíbrios, violência e até mesmo divórcio, uma vez que existe uma grande tensão e os indivíduos se irritam mais facilmente. Assim, continua o processo descente de ruturas, tal como se pode ver no processo de desqualificação social apresentado anteriormente, uma vez que Paugam (2003) e Clavel (2004) referem que, com o tempo, a situação de precariedade vai afetar as relações familiares. Pode-se comprovar pelas entrevistas que houve um afastamento em relação à família, sendo que só três beneficiários não sofreram alterações nas relações familiares, ou porque são apenas um casal: “(...) A família mantém-se igual. Sou só eu e o meu marido” (E1), “(...) A família também se mantém igual. Vivo só com o meu marido (...)” (E6), ou porque já não havia familiares antes de requerer o RSI “(...) Não tenho família por isso não altera nada (...)” (E13). O divórcio aparece para duas entrevistadas como o fator primário que desencadeou o recurso a um(a) Assistente Social: “Desde o divórcio (...)” (E8), “(...) A minha família mudou porque me divorciei e originou isto tudo. Os meus filhos chateiam-me porque não faço o que eles querem. A nossa relação piorou. (...)” (E7) e para outra dois entrevistados este surge com o desenrolar do processo “(...) separei-me do meu marido (...)” (E2) e “ (...)Com isto tudo me meti no álcool e as coisas não correram bem. Divorciei-me e a minha família ficou desestruturada (...)” (E12). Há ainda uma beneficiária que mantém relações familiares conturbadas: “(...) A minha filha mais velha ficou muito revoltada com a minha separação do meu primeiro marido e até me bateu (...)” (E3). Os restantes entrevistados apresentam uma diminuição das relações familiares e, em alguns casos, um corte total na relação: “(...) Sou divorciado e os meus filhos não se relacionam comigo porque as mães não deixam, mas talvez seja melhor assim (...)” (E4), “(...) Antes não me dava muito com a família, mas agora piorou. Já não tenho contactos com eles (...)” (E5), “(...) Em relação à família houve um afastamento (...)” (E9) e “(...) A família afastou-se e também houve um afastamento (...)” (E11).

Devido à perda de um emprego, a existência de possibilidades económicas para a realização de determinadas atividades de lazer e de convívio passa a ser quase nula ou

nula, e única opção passa por ser ficar em casa, sendo que em muitos dos casos, o aumento do isolamento é bem visível. Assim, as rotinas dos beneficiários no seu geral alteraram-se tendo como ponto em comum o facto de optarem por ver televisão para se ocuparem (11 no total), o que vai ao encontro do que foi dito no início desta dissertação através de Paugam (2003). Assim, segundo o autor, são procuradas ocupações individuais para fugir ao olhar estigmatizante dos outros, incentivando a concentração sobre si, uma vez que a desqualificação, também como já foi dito, altera as relações com os outros: “Antes saía mais (...) vejo televisão para me entreter” (E3), “Antes viajava para Moçambique, tinha dinheiro passar lá uns dias e usufruir de tudo o que tinha direito. Hoje já não. Antes ouvia rádio e agora já não tenho um. Agora vejo muita televisão para me ocupar” (E4) “Quando trabalhava andava ocupado e o fim-de-semana servia para descansar (...) Agora vejo muito mais televisão porque tenho mais tempo. A televisão é a nossa companhia” (E5), “Antes ia do trabalho para casa. Lia um livro e ia ao café. Agora estou num estágio, quando não tenho estágio ouço música brasileira e vejo televisão como companhia” (E6), “(...) Agora vejo mais televisão, limpo a casa, leio jornais, uma revista, ouço música, vou à internet (...)” (E11). Nas rotinas diárias há um beneficiário que sente o olhar estigmatizante dos outros indivíduos “(...) Agora vou beber um café, mas há pessoas que reparam e falam porque recebo o RSI (...)” (E7). E há duas beneficiárias, talvez devido ao isolamento que sentem, ficam dentro de um autocarro a viajar horas afins “(...) também vou dar um passeio no autocarro (...)” (E7) e “(...) entro num autocarro e vou passear nele o que tempo que calhar (...)” (E2). Contudo, há uma entrevistada que refere que a sua rotina continuou idêntica “A minha rotina é quase idêntica. Tento ocupar-me porque não gosto de estar parada (...) Tento sair de casa e falar com os outros, conviver mais com as pessoas (...)” (E9). Isto pode ser visto como uma negação ao seu estatuto de assistida. Ou seja, esta beneficiária tenta manter o mesmo ritmo quotidiano de antes e assim nada muda na sua vida.

O percurso territorial destes beneficiários também mudou desde que ficaram desempregados e recorreram ao RSI, uma vez que onze beneficiários tiveram que mudar de casa devido a dificuldades financeiras que resultam da perda de emprego. Encontra-se aqui um dos indicadores quantificáveis da exclusão social referido por Clavel (2004) no início desta dissertação. Dois beneficiários viveram numa garagem e agora vivem em quartos (sete ao total) ou casas camarárias (duas ao total): “(...) Mudamos porque eu e o meu companheiro ficamos desempregados e não havia dinheiro para pagar a renda (...) fomos morar para uma garagem (...) Um dia ligaram-me e arranjaram-me esta casa (...)”

(E1), “Sim. Perdi a minha casa porque tive uma ação de despejo e fui pedir casa à Câmara (...)” (E3), “(...) Sai da casa em que morava com a minha mulher era uma boa casa, era grande. Depois fui saltitando pelos quartos (...)” (E11), “(...) Eu tive que mudar de casa porque não conseguia pagar a renda. Depois fui para casa de um amigo, mas agora estou a viver num quarto (...)” (E9) e “(...) Fui viver para casa da minha mãe, mas depois tive que sair e fui para uma garagem ao frio e à insegurança durante 8 meses, e agora vivo num quarto (...)” (E13). Adjuvante a isto, há dois beneficiários que, durante um período de tempo, viveram numa casa abrigo: “(...) fui para uma casa abrigo oito meses e agora estou num quarto. Mudei de casa porque fui despejado, não tinha dinheiro para pagar a renda (...)” (E4) e “(...) Agora vivo num quarto e antes estive na casa abrigo e antes disso tinha a minha casa que deixei de conseguir pagar a renda (...)” (E6), e outro que se viu obrigado a morar na rua: “Por causa da perda de emprego fiquei sem dinheiro para pagar a renda e tornei-me sem abrigo (...)” (E13).

Apenas três beneficiários afirmam que não gostam da nova casa ou quarto: “ (...) Foi sair do céu para ir para o inferno. Na minha casa atual (...) Até chorei quando a vi e me lembrei da casa de antes (...)” referindo que ainda não se adaptou: “(...)Tenho mais dificuldade em adaptar-me nesta casa, sem dúvida. Ainda hoje não estou adaptada (...)” (E3). Os restantes dois utentes apesar de não gostarem do seu alojamento sentem-se adaptados: “(...) O ambiente lá não é muito bom (...)” e “(...) mas adaptei-me à mesma. Acho que é a mesma coisa. Eu adapto-me às coisas” (E4), “(...) A anterior tinha mais condições (...)” e “(...) Tive mais dificuldade em adaptar-me no Ingote por causa do diz que disse (...)” (E7). De uma forma geral os utentes que gostam do seu alojamento sentem-se adaptados a ele. Uns porque se habituaram ao local: “(...) Agora vivo num quarto, mas adaptei-me à mesma. Acho que é a mesma coisa. Eu adapto-me às coisas” (E4), “Sim. Ao fim de cinco anos uma pessoa habitua-se” (E5), “Adapto-me muito bem às coisas, ao fim de algum tempo (...)” (E9), e outros porque se conformaram com o facto de não poderem mudar: “(...) mas é o que há e eu adapto-me em qualquer lado” (E1), “Sim, é o que tenho. Se não ia para a rua. Tenho que lá estar” (E10) e “É melhor que a garagem onde morei. Ao menos é mais seguro e confortável (...)” (E12). É importante referir que existe, por parte de três beneficiários que vivem em quartos alugados, um desejo expresso de voltar a ter uma casa: “(...) espero ter uma casa social até ao fim do ano (...)” (E9) e “ (...) preferia, como já disse, voltar a ter uma casa, um espaço só meu”(E12) e “(...) Alugava uma casa com tudo incluído, mas não precisava de ser muito grande (...)” (E13). Clavel (2004) referiu que o facto de os beneficiários não gostarem

do seu novo alojamento pode ser explicado pela falta de liberdade de escolha da sua habitação e da sua localização e Paugam (2003) vem acrescentar a vergonha que os indivíduos sentem ao morar em casas e bairros degradados. Essa situação acontece aqui. Apesar de para alguns a nova casa ou quarto ter trazido uma melhoria qualitativa, uma vez que habitavam em garagens ou na rua, para outros o novo alojamento é apenas um local onde pernoitam sem qualquer atribuição simbólica, uma vez que é o que o RSI permite pagar, almejando alguns deles uma nova casa na qual se sintam bem, implicando isso uma melhoria das suas vidas e uma mudança de estatuto. Por isso é que oito beneficiários consideram que o RSI trouxe alterações ao seu alojamento, sendo que a seis deles o RSI permitiu alugar um quarto após terem que sair das suas casas: “Sim. Permitiu-me sair da casa abrigo e ir para um quarto” (E4), “Permitiu-me alugar um quarto e sair da casa abrigo (...)” (E5), “Sim, permitiu-me sair da rua para um quarto (...)” (E13), ou então permitiu pagar uma casa dentro dos limites financeiros: “Foi dentro do que pude arrendar (...)” (E8), ou pagar a renda de uma casa camarária: “(...) Como já disse mudei de casa e agora estou nesta mais pequena (E1).

Paugam (2003) refere que o território é o local espacial dos processos de exclusão e que os indivíduos com um estatuto idêntico quebram os laços de solidariedade na tentativa de salvaguardarem o seu eu e as diferenças que os separam de quem tem um estatuto idêntico. Assim, cada um contribui para o fechamento e isolamento do outro. No seguimento, quatro beneficiários referem que não mantêm relações de vizinhança apesar de apenas um utente não gostar do seu alojamento e não se sentir adaptado “Não. Bom dia e boa tarde se me disserem a mim (...)” (E3), “(...) não mantenho relações com ninguém” (E6) e “(...) Só falo se falarem comigo (...)” (E7). Paradoxalmente, nove entrevistados referem que mantêm relações de vizinhança, sendo que este grupo inclui indivíduos que gostam do seu alojamento ou que se sentem adaptados a ele: “Sim, mantenho boas relações com eles (...)” (E1), “Sim, muito boas. Nós damo-nos bem (...)” (E8), “Sim, falo com todos” (E9) e “Sim, falo com todos na pensão” (E12). Paradoxalmente, Paugam (2003) refere que a proximidade espacial entre as famílias ou indivíduos não significa que exista uma homogeneidade de comportamentos, até porque os sujeitos não são todos apoiados da mesma forma pelos Assistentes Sociais. Isto pode ser visto aqui, na medida em que estes sujeitos se sentem adaptados ao seu novo alojamento e mantêm relações de vizinhança. Estas relações podem ser vistas como uma rede de suporte, uma vez que houve ruturas de amizades e familiares. Isto não significa que os indivíduos sejam amigos, mas mantém uma relação cordial, o que lhes permite

colmatar o isolamento e o sentimento de tristeza que as sucessivas ruturas lhes trouxeram. Assim, pode-se aludir a Capucha (1998) referindo que os excluídos estão presos pelos mais fortes laços às piores situações de existência marginal e assim tornam-se não-cidadãos, a quem foram retirados os direitos de cidadania.

IV) Situação profissional

Foi dito anteriormente que o emprego é visto como uma forma de integração e definição de um lugar de pertença, uma vez, e como Diogo (2007) referiu, o indivíduo só se consegue inserir na estrutura social através do emprego. É o modelo dominante do “homo Economicus” de que Xiberras (1993) refere e aqueles que se recusam ou são incapazes de participar nesse modelo, são excluídos. A maioria dos beneficiários entrevistados, tem baixas qualificações, o que vem dificultar o acesso a um emprego. Dos entrevistados, uma não tem qualquer tipo de escolaridade: “(...) Nem escolaridade tenho (...)” (E1); quatro pessoas têm o quarto ano: “Eu tenho a quarta classe (...)” (E2) e uma está a tirar equivalência ao mesmo ano: “(...) estou agora a fazer a quarta classe” (E10). Uma pessoa tem o sétimo: “(...) Eu tenho o antigo 7º ano do liceu (...)” (E5); três têm o nono ano: “(...) tenho o 9º ano de escolaridade (...)” (E12); e outra o décimo segundo: “(...) tenho o 12º ano (...)” (E4). No seguimento, uma beneficiária tirou um Mestrado: “Eu tenho uma Licenciatura em Serviço Social (...) tenho um Mestrado em empreendedorismo, tenho formação de formadores (...)” (E8), e outro utente é quase Licenciado: “(...) só preciso de fazer quarto cadeiras para me licenciar em Medicina (...)” (E11).

Foi mencionado anteriormente através de Paugam (2003), que a oscilação entre períodos de emprego, trabalho temporário ou desemprego demonstra a expressão dos novos processos de precarização, o que acontece aqui. Assim, às baixas qualificações somam-se, para a maior parte dos entrevistados, nove no total, uma oscilação de trabalhos durante toda a sua vida profissional, onde os indivíduos trabalhavam durante determinados períodos de tempo: “(...) Fui trabalhando (...)” (E4), “(...) Trabalhei sim até acabarem os contratos, depois começava outro (...)” (E1), “(...) Nunca trabalhei seguido (...)” (E6), “Sempre fui oscilando (...) Trabalhei até os contratos acabarem” (E10). Paradoxalmente à maioria três entrevistados tiveram, como foi dito por Castel (1996), um emprego estável que contribuiu para a integração dos sujeitos através do trabalho. Contudo, mais uma vez, a crise social e económica que se faz sentir afetou a estabilidade destes indivíduos, levando a uma situação de instabilidade e incerteza que

não sentiram ao longo das suas vidas, passando para, e mais uma vez aludindo a Castel (1996), uma perda de emprego, o que leva à rutura dos laços sociais estruturantes como se pode ver anteriormente. Assim, temos beneficiários que trabalharam, no mínimo, vinte anos no mesmo sítio: “Trabalhei durante vinte e tal anos (...)” (E5), “(...) talvez mais de vinte anos” (E12) e “(...) foi o trabalho como padeiro durante mais de vinte anos (...)” (E13), sendo que este beneficiário se encontra a trabalhar, tal como já aconteceu anteriormente, através do contrato de inserção do RSI: “Agora ando a trabalhar para a câmara através de um programa ocupacional, tal como já fiz antes (...)” (E13). Por fim, uma das entrevistadas trabalhou cerca de treze anos: “Trabalhei 10 anos como gerente de loja (...) Depois trabalhei três anos como Assistente Social (...) e mais três meses como Técnica Social (...)” (E8).

No início desta dissertação foi referido, através de Paugam (2003), que os indivíduos no processo de desqualificação social inicialmente apresentavam uma grande motivação para trabalhar, uma vez que através de um emprego os sujeitos alcançam a estabilidade e um estatuto social melhor. Contudo, ao longo do processo esta motivação vai-se esbatendo, passando os sujeitos, de forma progressiva, a apresentar menos motivação para trabalhar, dando os sujeitos com a mesma condição social objetiva diferentes valorizações ao trabalho, o que se pode comprovar aqui. Assim, de grosso modo, quase todos os beneficiários, dez no seu total, referiram que gostariam de encontrar emprego. Porém, dentro deste grupo, existem diferenças na motivação para o trabalho. Assim sendo, só cinco beneficiários apresentam grande motivação para encontrar emprego levando a cabo várias ações para o conseguir, apesar de serem referidos entraves. Importa salientar que uma das entrevistadas trabalha pontualmente e outro, como já foi referido, se encontra a trabalhar através do contrato de inserção do RSI, sendo aquele que apresenta maior motivação para trabalhar: “Eu quero, mas com a idade que tenho e sem habilitações nem se fala (...) Eu vou procurando às pessoas para arranjar as senhoras e vejo no jornal (...)” (E1), “Sim, quero, não tenha dúvida. Quero acabar o curso de técnica de vendas que estou a tirar e ir distribuir currículos por aí (...) Agora o que faço é ver no jornal, perguntar às pessoas, distribuo currículos. Os problemas são as cunhas que há hoje em dia, o olharem uma pessoa de alto a baixo e dizerem que não querem, que não tenho o perfil pretendido, o não ter carta de condução (...)” (E9), “Adorava. Procuo ativamente emprego através do gabinete de inserção profissional, mando currículos. Os entraves são a idade, o dizerem que não tenho o perfil adequado, ter a carta de condução caducada (...)” (E11), e “Eu quero é trabalhar. Os entraves são a idade e escolaridade e procuro no

jornal, falo com as pessoas, com a Assistente Social. Agora ando a trabalhar para a câmara através de um programa ocupacional, tal como já fiz antes. Agora que trabalho só penso que gostava de ficar efetivo, assim já tinha trabalho (...)" (E13), e "Sim. Os entraves são a escolaridade, é tudo para o sexto, nono, décimo segundo de escolaridade e por aí. Eu procuro emprego pelos classificados, vejo os anúncios (...)" (E10). Importa referir que esta beneficiária critica quem se acomodou ao RSI e não tem vontade de trabalhar: "O RSI não é vida. Não sou como aqueles que ficam dependentes do RSI e que estão o dia todo no café (...)" (E10). Aqui pode ser vista a construção da identidade diferenciada de que Paugam (2003) menciona e a estratégia de defesa que Diogo (2007) refere, uma vez que esta beneficiária critica quem apenas recebe o RSI e se tornou dependente dele, e por tal procura distanciar-se de quem está na mesma condição social objetiva que ela, para assim não se sentir merecedora do mesmo estigma social, apesar de receber o RSI e de não se encontrar a trabalhar, uma vez que e, segundo a mesma, a escolaridade é um entrave muito grande na procura de emprego. O desenvolvimento desta ideia permite viver melhor com uma identidade social negativa que está interiorizada para a sociedade e assim permite diminuir os seus efeitos. Mais uma vez se apresenta aqui a individualização e a quebra dos laços de solidariedade entre classes como Diogo (2007) referiu, mas também Paugam (2003).

Neste seguimento, os restantes beneficiários, cinco ao total, apresentam uma motivação mais residual para encontrar emprego, uma vez que existem grandes entraves como a saúde, a idade e a escassez de emprego, aspeto que Paugam (2003) também referiu, considerando que, com o tempo, o principal valor para a formação identitária deixa de ser o trabalho e passa a ser saúde, o lazer, a família: "(...) Quero encontrar emprego, mas primeiro queria melhorar de saúde e sair daquela casa e ambiente (...)" (E3), "Claro, mas já não vou a tempo. A idade não perdoa (...) e também não há emprego (...)" (E4), "(...) vou ao Centro de Emprego. As dificuldades são a minha idade e o facto de não haver emprego (...)" (E6), "Eu gostava até gostava e vai não vai vejo no jornal e procuro às pessoas. Os problemas são a minha idade, a minha saúde (...)" (E7), e "Precisava de um emprego com disponibilidade em termos de horário por causa dele. Tem de ser segundo o horário dele. Ainda agora concorri para a Cáritas, mas não consigo ter disponibilidade ao sábado (...). Vejo anúncios na internet para procurar emprego" (E8).

Paugam (2003) expôs que, com o tempo, os indivíduos deixavam de apresentar uma motivação para o trabalho, mas também que acabavam por se habituar à inatividade,

até porque já são apoiados há alguns anos e acham que a idade já não vai permitir de forma alguma arranjar trabalho. Na mesma linha, o autor Diogo (2007) alude que o RSI pode ser visto como um recurso financeiro, sendo a construção da identidade social edificada com base em outros princípios identitários que não o do trabalho. Assim, os indivíduos acabam por assumir a sua nova condição social. Esta situação é demonstrada aqui. Existe um conjunto de três beneficiários que afirma o seu pouco ou nulo desejo em procurar emprego, uma vez que, segundo eles, têm grandes entraves na procura de emprego como a saúde, a falta de emprego, mas também apresentam uma desmotivação e uma habituação à inatividade e ao seu estatuto atual: “Não quero encontrar emprego. As dificuldades são muito grandes. A minha saúde impede-me de trabalhar. Se tivesse saúde para trabalhar já me tinham chamado” (E2), “Até desejo, mas resta saber que emprego é. Tem de ser algo que se coaduna comigo, na minha área. Não vou andar por aí a vender pastilhas. O entrave é a idade, afinal estou à beira da reforma (...) O futuro é a reforma (...) (E5), e “Agora desejava ter uma reforma antecipada. Os entraves são a idade e a falta de emprego, se calhar também já me habituei a esta vida. Não há emprego ao menos que me deem a reforma (...)” (E12).

Um ponto comum em todos os beneficiários é de que o RSI não tem ajudado na procura de emprego, mesmo para o beneficiário que se encontra a trabalhar através do acordo de inserção do RSI. Este apenas permite que os sujeitos obtenham alguma estabilidade financeira: “(...) não tem ajudado em nada para além da parte financeira” (E1), “O RSI nunca me ajudou na procura de emprego (E3), “(...) O RSI só ajuda no dia-a-dia, não na procura de emprego” (E5), “(...) No RSI apenas me mandam para formações onde pagam o almoço e acabou” (E7), e “(...) O RSI não ajuda no emprego, endireita um pouco a vida mais nada. Apenas tiro formações para por no contentor do lixo” (E10).

V) Expectativas de vida

Ao deixarem de ter um princípio identitário positivo a partir do qual podiam marcar as suas pertenças e distinções, os sujeitos têm mais dificuldade em verem-se no futuro, o que está ligado à noção de esperança que permitiria desenvolver uma relação mais positiva com a identidade atribuída, como Diogo (2007) referiu. A ideia transmitida por este autor pode ser vista aqui, uma vez que através das entrevistas foi possível aferir que os beneficiários deixaram de fazer planos e não têm perspetivas de futuro remetendo-o, muitas vezes, para Deus. Através de Narayan (2000) foi dito nesta dissertação que a pobreza, pela perspetiva dos pobres, é temer o futuro e viver um dia de cada vez. Assim,

existe nestes beneficiários uma total desilusão com a vida, um sentimento de que tudo se vai manter igual ou piorar, porque a reestruturação das suas vidas passaria para alguns pela reforma, o que acarretaria consigo uma melhoria de vida. Para outros passaria pelo acesso a um emprego, de forma a conseguirem uma estabilidade financeira que outrora tiveram, mas a idade e as baixas qualificações são um obstáculo e, por isso, os indivíduos veem a reestruturação das suas vidas demasiado difícil: “(...) O futuro a Deus pertence. Eu é um dia de cada vez (...)” (E1), “Não vejo expectativas. Vejo a minha vida tão triste (...)” (E3), “(...) Acho que vai piorar, só pode (...)” (E4), “Sei lá como o vejo. Nem o imagino” (E7), “Não penso no futuro (...)” (E9) e “Vou ficar igual (...)” (E13). Talvez seja por não conseguirem idealizar um futuro bom, em virtude da situação que vivenciam que, para a maior parte dos entrevistados, sete no total, ter sucesso na vida passa por ter um trabalho que permita uma estabilidade financeira e toda a segurança que dele advém, como por exemplo ter saúde e uma família unida. Ou seja, passa por viver uma situação paradoxal aquela que vivem neste momento: “Ter saúde, paz e dinheiro para gastar no que mais preciso e não faltar comer em casa e, claro, trabalhar (...)” (E1), “Ser feliz, ter a família unida, ver a minha neta, ter estabilidade financeira e ter um emprego” (E3), “. Lutar para não depender de ninguém (...)” (E6), “Ter o básico: saúde, casa, alimentação, o mínimo para viver. Também queria uma companheira para viver o resto do tempo, uma família (E11) e “Ter trabalho e, em consequência disso, ter dinheiro. Ter uma casa e quem sabe formar família” (E13). Contudo, dificilmente estes beneficiários conseguirão reconstruir as suas vidas através do acesso a emprego e voltar a ter a vida que conheceram no passado, uma vez que o mercado de trabalho está cada vez mais competitivo. Tudo o que foi descrito culmina com o que Costa *et al* (2008) referiu. Ou seja, para se compreender um processo de exclusão é necessário ter em conta e compreender cinco domínios: sociabilidade, económico, institucional, espacial e o simbólico.

2. Síntese conclusiva

De uma forma mais sintética é possível aferir que os sujeitos entrevistados, em virtude da crise financeira, económica e social que se faz sentir, e que acarreta consigo a perda de emprego, empobrecimento e precariedade (Rediteia,2015), ficaram desempregados, acabando por fazer requerimento ao RSI e por se dirigirem a uma instituição. Esta ligação a uma instituição pela primeira vez nem sempre foi fácil, em virtude de o grosso dos beneficiários ter mencionado que sentiu vergonha e tristeza,

quando teve de se dirigir a uma, numa situação limite. Adjuvante a isto, todos os indivíduos inicialmente encaram o RSI como uma ajuda transitória. Paugam (2003) mencionou isso mesmo. Ou seja, os sujeitos primitivamente dirigem-se a instituições quando já não conseguem suportar mais a situação, carregando com eles sentimentos de humilhação e vergonha. Assim, quando recebem RSI querem sair dele o mais rapidamente possível, para não serem construídos vínculos mais sólidos às instituições, evitando entrar na fase que o mesmo autor denominou de dependência.

Tal como Paugam (2003) e Costa (1998; 2001) referiram, com o passar do tempo são alterados os comportamentos, os hábitos e pensamentos dos sujeitos. Por isso, na sua trajetória, e para a globalidade dos beneficiários, os sentimentos de vergonha e tristeza desapareceram e o RSI e as ajudas das instituições são encaradas como uma forma de sobrevivência para todos, uma vez que não têm qualquer autonomia para deixarem de depender destes apoios. Relembre-se o que foi dito no primeiro capítulo desta dissertação, o pobre é aquele que se debatendo com a privação e falta de recursos vive na dependência (Fernandes,1998). Nesta conceção, temos indivíduos que tendo consciência das suas dificuldades e conhecimento das respostas institucionais, apenas pedem auxílio a uma instituição de forma pontual, devido a dificuldades financeiras para não adensarem a sua dependência, tal como mencionou Paugam (2003). Porém, também existem sujeitos que começaram a racionalizar os vários pedidos que fazem ancorando-se na saúde, idade e escassez de emprego. Mais uma vez se pode aludir a Paugam (2003), mas também a Diogo (2007) quando expõem que, com o passar do tempo, os sujeitos desenvolvem meios de resistência e de adaptação ao estigma. Assim, evitam eventuais tensões mentais negociando a sua identidade para os outros. Portanto, negocia-se a identidade pessoal no contacto com um(a) Assistente Social.

Foi também possível aferir que a entrada em circuitos de assistência acarretou consigo uma série de consequências para os indivíduos. Por isso, Castel (1998), refere que a exclusão é um processo descendente, no qual se observam sucessivas ruturas do indivíduo com a sociedade. Estes sujeitos apresentaram uma diminuição do seu círculo de amigos, indo ao encontro de que Paugam (2003), Castel (1998) e Clavel (2004) expuseram. Assim, a perda do estatuto e identidade que advém da falta de emprego, leva a uma alteração das relações pessoais e a que os sujeitos se isolem, bem como a uma eventual individualização negativa, que conduz ao enfraquecimento das redes de sociabilidade. A esta quebra dos laços de amizade soma-se as ruturas familiares, tal como se pode comprovar no grosso modo das entrevistas. Ainda dentro das consequências que

os indivíduos sentem é possível mencionar as alterações de saúde, visto que a globalidade dos beneficiários referiu que tinha depressão, devido à constante preocupação com o dia seguinte e ao isolamento que sentem, oriundo das diversas ruturas, mas também devido à impossibilidade de cuidar da saúde da melhor forma, consequência dos constrangimentos financeiros que têm. A esta quebra do círculo de amizades, rutura das relações familiares, do agravamento do estado de saúde devido às ruturas profissionais, soma-se uma mudança nos seus ritmos quotidianos. Se antes os beneficiários conseguiam ter mais liberdade para desenvolver atividades de lazer atualmente, o grosso modo, refere que prefere ficar em casa a ver televisão para se ocupar, denotando-se o isolamento que vivenciam. Esta é, então, a procura de ocupações individuais e concentração sobre si que Paugam (2003) refere.

Ainda dentro das mudanças na vida dos sujeitos, se pode mencionar a ligação ao espaço territorial que os beneficiários têm. A generalidade dos utentes referiu que teve de mudar de casa apontando, mais uma vez, como a causa desta mudança, a perda do emprego e as dificuldades financeiras. Por isso, na atualidade, estes indivíduos habitam em quartos ou casas camarárias. Ainda a este respeito denota-se que os indivíduos acabaram por se acomodar e/ou adaptar ao seu novo espaço habitacional, não sendo desenvolvida nenhuma atribuição simbólica ao seu alojamento. Uma vez e, como Clavel (2004) referiu, o alojamento atual não implicou uma total liberdade de escolha por parte dos indivíduos, que se viram forçados a optar por um local para habitar dentro dos rendimentos que auferem. Por isso, o global dos beneficiários menciona que o RSI trouxe alterações à sua habitação. No seguimento, existem alguns beneficiários que exprimem o seu desejo em voltar a possuir uma casa, o que acarreta uma melhoria de estatuto, como Paugam (2003) referiu. A maioria dos beneficiários mantém relações de vizinhança tentando, com isso, colmatar o sentimento de isolamento e tristeza que as sucessivas ruturas trouxeram, apesar de não serem criados vínculos fortes com os outros. Por isso, se pode aludir a Capucha (1998) quando este mencionou que os excluídos estão presos pelos mais fortes laços às piores situações de existência marginal e assim tornam-se não cidadãos, a quem foram retirados os direitos de cidadania.

No que concerne à sua situação profissional os beneficiários, no grosso modo, apresentam baixas qualificações profissionais e uma oscilação de trabalhos ao longo do seu percurso profissional. Esta situação descrita vai ao encontro do que Paugam (2003) expôs, uma vez que a oscilação entre períodos de trabalho, trabalho temporário e desemprego demonstra a expressão dos novos processos de precarização. Ainda a este

respeito, é possível verificar que apenas alguns utentes apresentam uma forte motivação para encontrar emprego uma vez, e tal como Diogo (2007) refere, é através dele que os sujeitos se inserem na sociedade e dão sentido à sua existência. Paradoxalmente, os restantes beneficiários apresentam uma motivação mais residual ou nula, ancorando-se, tal como acontece nos pedidos de ajudas às instituições, na saúde, idade e escassez de emprego. Esta situação descrita vai ao encontro do que Paugam (2003) e Diogo (2007) mencionaram. Ou seja, com o passar do tempo a motivação dos indivíduos para trabalhar vai-se esbatendo, deixando o trabalho de ser o principal valor para a formação identitária, acabando os sujeitos por se habituar à inatividade e, por isso, a construção da identidade social vai edificar-se em outros princípios. Assim, os indivíduos acabam por assumir a sua nova condição social, ou seja, assumem o seu estatuto atual. Por fim, dentro do percurso profissional dos indivíduos, surge um ponto comum a todos: RSI não ajuda na procura de emprego, o que acaba por contribuir para a desmotivação e angústia dos sujeitos.

Diogo (2007) refere que os indivíduos têm dificuldade em verem-se no futuro porque não têm um princípio identitário positivo, que lhes permitiria desenvolver alguma esperança. Narayan (2000), através da perspetiva dos pobres, refere que a pobreza é temer o futuro e viver um dia de cada vez. Assim, os beneficiários mostram-se desiludidos com a vida, não tendo perspetivas de futuro, reconhecendo que tudo vai permanecer idêntico, ou mesmo agravar-se. Inclusive, colocam o seu futuro nas mãos de uma entidade divina com forças superiores a eles. Em virtude de não conseguirem ver um futuro melhor para as suas vidas, a generalidade dos beneficiários refere que, ter sucesso na vida, passa por ter um emprego que acarreta estabilidade e segurança financeira, bem como todas as benesses a ele associadas: garantia das necessidades básicas, saúde, família unida e uma casa própria. É o alcance de um estatuto social mais elevado que só o emprego permitirá e que Paugam e Diogo (2007) referem. Conclui-se, então, como Paugam (2003) referiu, que a desqualificação social não é sinónimo de exclusão, mas sim um modo específico de integração dos indivíduos na sociedade.

Considerações finais

Com base em toda a dissertação conclui-se que a pobreza e a exclusão social constituem um dos maiores desafios do nosso século. Muitos cidadãos vivem hoje em condições que não são compatíveis com a dignidade humana, nem com uma sociedade democrática. O reconhecimento dos direitos sociais está conexo à existência de uma participação ativa na vida social, e é através destes direitos que se pode promover a inserção social. Já foi dito nesta dissertação através das palavras de Marshal (1950), que para existir uma cidadania plena é necessário que todos os direitos interajam. No seguimento, a construção do Estado-Providência permitiu uma socialização dos riscos, onde o valor de justiça social aparece. Porém, a transferência de muitos serviços públicos de qualidade para o setor privado em áreas-chave da proteção social, não trás vantagens para a população, podendo acarretar mesmo uma maior desigualdade no acesso a esses serviços por parte da população carenciada, torando-se o Estado-Providência num estado assistencialista. Assim, uma parte considerável dos sujeitos não tem satisfeitas as suas necessidades básicas nos domínios da educação, habitação, justiça, emprego e proteção social. Contudo, como Diogo (2013) refere, os indicadores estatísticos não vão encontro desta realidade e, por isso, acabam por mascarar a realidade que se vive em Portugal.

Vive-se, na atualidade, como Fitoussi & Rosavallon, (1997), expõem a destabilização dos estáveis. O problema atual é que os indivíduos sentem e vivem em sofrimento social. A precariedade parece que se tornou uma forma de existir socialmente e a vulnerabilidade social tornou-se uma constante. Nesta conceção, a falta de emprego é uma das causas associadas à pobreza e à exclusão. A sua importância advém do facto do emprego ser considerado um dos principais mecanismos de integração social nas sociedades contemporâneas, como Diogo (2007) expôs. Assim, os sujeitos quando ficam desempregados e acabam por ter de se dirigir a uma instituição e requer o RSI como último recurso, sentem uma profunda humilhação e vergonha, uma vez que têm de carregar consigo o peso do olhar dos outros e a consequente estigmatização que dele é emanado.

Como foi possível aferir os beneficiários entrevistados passaram por várias ruturas como as que foram apresentadas por Paugam (2003), no processo de desqualificação social. Estes beneficiários diminuíram o círculo de amigos, as relações familiares alteram-se e, na sua maioria, não se mantiveram, o que vem adensar o sentimento de inferioridade e culpa dos utentes, acarretando consigo o isolamento social. Também é possível concluir que os seus ritmos quotidianos se alteraram e a saúde se deteriorou, uma vez que não

existem condições financeiras para manter muitas atividades de lazer e cuidar da saúde da melhor forma possível. Adjuvante a isto, a falta de emprego e consequente instabilidade financeira, trouxe alterações na habitação dos beneficiários que, com o tempo, acabaram por se adaptar e/ou acomodar a ela. Por fim, a motivação para encontrar emprego tal como Paugam (2003) referiu vai-se esbatendo ao longo da sua trajetória de assistidos. Decorrendo do que foi mencionado, estes beneficiários não têm perspectivas de futuro, encontrando-se desiludidos com a vida.

Em suma, um excluído é aquele não consegue configurar uma identidade (social) no trabalho, na família ou na comunidade. Sendo assim, torna-se excluído das relações sociais e do mundo das representações a elas associadas (Xiberras, 1993). É sobretudo em períodos de aumento da pobreza que é necessário um maior investimento nos apoios sociais e uma abordagem preventiva que abranja todos os aspetos relevantes do bem-estar e que esteja mais próxima das pessoas. O Estado-Providência se basear em critérios de seletividade deverá, pois, adaptar-se a todo o momento, à evolução dos comportamentos e da distribuição de rendimentos. Deverá acompanhar de perto a transformação social e ajustar-se às condições reais de existência dos indivíduos. Caso contrário, alimentará a crítica de uma redistribuição arbitrária e desigual (Fitoussi & Rosavallon, 1997).

Bibliografia

- Almeida, J. *et al.* (1994). *Exclusão social: fatores e tipos de pobreza em Portugal*. Oeiras: Celta Editora.
- Amado, J. (2014). *Manual de investigação qualitativa em educação*. (2ª ed.). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Amaro, I. (2015). *Urgências e Emergências do Serviço Social: Fundamentos da profissão na contemporaneidade*. (2ª ed.). Lisboa: Universidade Católica Editora.
- Batista, I & Cabrita, J. (2009), *Portugal Regimes de Rendimento Mínimo. Um Estudo das Políticas Nacionais*. Lisboa: CESIS.
- Caleiras, J. (2004). Globalização, trabalho e desemprego: trajetórias de exclusão e estratégias de enfrentamento. Centro de Estudos Sociais: VI congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais.
- Capucha, L. (1998) - Nós e eles cá dentro: sobre o mito de um Robinson Crusoe ao contrário. In Comunicado do seminário Pobreza e Exclusão Social: Horizontes de Intervenção Debate. Promovido pelo Presidente da República durante a deslocação a Projetos de Luta Contra a Pobreza de 17 a 19 de dezembro em Coimbra. Lisboa: Imprensa Nacional da Casa da Moeda.
- Capucha, L. (2005). *Desafios da pobreza*. Oeiras: Celta.
- Clavel, G. (2004) - A Sociedade de Exclusão – Compreendê-la para dela sair. Coleção Educação e Trabalho Social n.º 4. Porto: Porto Editora.
- Costa, A. B (coord.), Baptista, I., Perista, P. & Carrilho, P. (2008). *Um Olhar Sobre a Pobreza: Vulnerabilidade e Exclusão Social no Portugal Contemporâneo*. Lisboa: Gradiva.
- Costa, A.B. (2001). *Exclusões Sociais*. Lisboa: Gradiva.
- Costa, A.B. (1998). Depoimento. In Comunicado do seminário Pobreza e Exclusão Social: Horizontes de Intervenção Debate. Promovido pelo Presidente da República durante a deslocação a Projectos de Luta Contra a Pobreza de 17 a 19 de Dezembro em Coimbra. Lisboa: Imprensa Nacional da Casa da Moeda.
- Crespo, A. & Gurovitz, E. (2002). A Pobreza como um fenómeno Multidimensional. *RAE-eletrônica*. 1(2), 2-12.

- Diogo, F. (2007). *Pobreza, Trabalho, Identidade*. Retrieved from https://www.academia.edu/3332523/Pobreza_trabalho_identidade.
- Diogo, F. (2013). O crescimento da pobreza: Limites das fontes estatísticas em Portugal e resultados possíveis. Comunicação apresentada ao IV Colóquio Internacional Ação Pública e Problemas Sociais em Cidades Intermediárias organizado pelo CESNOVA, Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES e Université de Fribourg, de 23 a 25 de janeiro de 2013 na FCSH - UNL. Acedido em novembro, 20, 2017 em <http://repositorio.uac.pt/handle/10400.3/2724>
- Fernandes, T. (1998). O pobre em luta pela cidadania. In Comunicado do seminário Pobreza e Exclusão Social: Horizontes de Intervenção Debate. Promovido pelo Presidente da República durante a deslocação a Projectos de Luta Contra a Pobreza de 17 a 19 de Dezembro em Coimbra. Lisboa: Imprensa Nacional da Casa da Moeda.
- Fitoussi, J.-P.& Rosanvallon, P. (1997). A nova era das desigualdades. In Fitoussi, J.P.& Rosanvallon, P. *A nova Era das Desigualdades*. Oeiras: Celta Editora, pp. 41-69.
- Gil, A. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas S.A.
- Paugam, S. (2003). *A Desqualificação social: Ensaio sobre a nova pobreza*. Porto: Porto Editora.
- Pereirinha, J.A. (2012). O modelo de estado social dos países da Europa do sul: qual a importância da política social em Portugal, numa época de crise, ISEG-UTL, Aula aberta, ISCSP, Lisboa, em 12/12.
- Pizzio, A. & Veronese, M. (2008). Possibilidades conceituais da sociologia das ausências em contextos de desqualificação social. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 1(11), 51-67.
- Rede Europeia Anti-Pobreza. (2015). Erradicar a pobreza compromisso para uma Estratégia Nacional. *Rediteia*, (48), 5-127.
- Rodrigues, C. (Coord.), Figueiras, R. & Junqueira, V. (2016). Fundação Francisco Manuel dos Santos: *Introdução ao estudo – Desigualdade do Rendimento e Pobreza em Portugal, 2009-2014*. Retrieved from <https://www.ffms.pt/publicacoes/grupo-estudos/1700/desigualdade-do-rendimento-e-pobreza-em-portugal>.

- Rodrigues, E. (2010). *Escassos caminhos: os processos de imobilização social dos beneficiários do Rendimento Social de Inserção*. Porto: Afrontamento.
- Rodrigues, E. (2010). O Estado e as Políticas Sociais em Portugal. *Sociologia Revista do Departamento de Sociologia da FLUP*, (XX), 191-230.
- Rodrigues, E.; Samagaio, F.; Ferreira, H; Mendes, M. & Januário, S. (1999). A pobreza e a exclusão social: teorias conceitos e políticas sociais em Portugal. *Sociologia*, (9), pp 63-101.
- Segurança Social (2017). Rendimento Social de Inserção. Acedido, 26, dezembro, 2017 em: <http://www.seg-social.pt/rendimento-social-de-insercao>.
- Sen, A. (1999). Conceitos de Pobreza. In A. Sen. Pobreza e fomes. *Um ensaio sobre os direitos e privações*. Lisboa: Terramar, Internacional Labour Office, pp. 23-37.
- Souza, C. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias*, 8(16), 20-45.
- Sposati, Aldáza & kowarick, Lúcio. (1999). *Por uma sociologia da exclusão social: o debate com Serge Paugam*. In Vérias, Maura Pardini Bicudo (Ed.). São Paulo: Educ.
- Vieira, C. (2014). Metodologia da Investigação em Educação II. Relatório apresentado à Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.
- Xiberras, M. (1993). *As Teorias da Exclusão: Para Uma Construção do Imaginário do Desvio*. Lisboa: Instituto Piaget.

Dados estatísticos

- Instituto Nacional de Estatística. (2017). Inquérito às Condições de vida e Rendimento. Acedido 12, outubro, 2017 em: https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=224712675&DESTAQUESmodo=2&xlang=pt.
- Instituto Nacional de Estatística. (2018). Taxa de desemprego. Acedido 21, janeiro, 2018, em: https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0009073&contexto=bd&selTab=tab2.

- Instituto Nacional de Estatística. (2018). Desemprego de longa duração. Acedido 21, janeiro, 2018, em:
https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0009073&contexto=bd&selTab=tab2.
- Instituto Nacional de Estatística. (2018). Limiar de risco de pobreza. Acedido 21, janeiro, 2018, em:
https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0004218&contexto=bd&selTab=tab2.
- Instituto Nacional de Estatística. (2018). Taxa de risco de pobreza após as transferências sociais. Acedido 21, janeiro, 2018, em:
https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0004206&contexto=bd&selTab=tab2.
- Instituto Nacional de Estatística. (2018). Taxa de risco de pobreza antes de qualquer prestação social. Acedido 21, janeiro, 2018, em:
https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0004208&contexto=bd&selTab=tab2.
- Instituto Nacional de Estatística. (2018). Taxa de risco de pobreza após transferências relativas a pensões. Acedido 21, janeiro, 2018, em:
https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0004207&contexto=bd&selTab=tab2.
- Instituto Nacional de Estatística. (2018). Privação Material. Acedido 21, janeiro, 2018, em:
https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0006257&contexto=bd&selTab=tab2.
- Instituto Nacional de Estatística. (2018). Privação Material Severa. Acedido 21, janeiro, 2018, em:
https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0006258&contexto=bd&selTab=tab2.
- Instituto Nacional de Estatística. (2018). Taxa de Intensidade da Privação Material Severa. Acedido 21, janeiro, 2018, em:
https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0006262&contexto=pi&selTab=tab0.

- Instituto Nacional de Estatística. (2018). Taxa de Intensidade Laboral per capita muito reduzida. Acedido 21, janeiro, 2018, em:
https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0006270&contexto=bd&selTab=tab2.
- Instituto Nacional de Estatística. (2018). Taxa de Risco de Pobreza e Exclusão Social. Acedido 21, janeiro, 2018, em:
https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0006271&contexto=bd&selTab=tab2.
- Instituto Nacional de Estatística. (2018). Coeficiente de Gini. Acedido 21, janeiro, 2018, em:
https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0004212&contexto=bd&selTab=tab2.
- Instituto Nacional de Estatística. (2018). Desigualdade na Distribuição de Rendimentos (S80/S20). Acedido 21, janeiro, 2018, em:
https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0004213&contexto=bd&selTab=tab2.
- Instituto Nacional de Estatística. (2018). Desigualdade na Distribuição de Rendimentos (S90/S10). Acedido 21, janeiro, 2018, em:
https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0004214&contexto=bd&selTab=tab2.
- Instituto Nacional de Estatística. (2018). Taxa de Intensidade da pobreza. Acedido 21, janeiro, 2018, em:
https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0006263&contexto=bd&selTab=tab2.
- Instituto Nacional de Estatística. (2018). Taxa de Risco de pobreza. Acedido 21, janeiro, 2018, em:
https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0004219&contexto=bd&selTab=tab2.

Documentos de Legislação

- Lei n.º 19-A/96 que cria o RMG.
- Decreto de Lei n.º 13/2003 de 21 de maio (com retificação n.º 7/2003 de 29 de maio) que cria o RSI.
- Decreto de Lei n.º 283/2003 de 08 de novembro que regulamenta a Lei n.º 13/2003, de 21 de maio
- Lei n.º 45/2005 de 29 de agosto, primeira alteração à Lei n.º 13/2003.
- Decreto de Lei n.º 42/2006 de 23/02 que regulamenta a Lei n.º 13/2003, de 21 de maio.
- Decreto de Lei n.º 70/2010 de 16 de junho - estabelece as regras para a determinação dos rendimentos, composição do agregado familiar e capitação dos rendimentos para a verificação das condições de recurso.
- Decreto de Lei n.º 133/2012 de 27 de junho - altera os regimes jurídicos de proteção social.
- Decreto-Lei n.º 1/2016 de 6 de janeiro, que altera anterior lei do RSI.
- Decreto de Lei n.º 90/2017 de 28 de junho, que altera o regime jurídico do Rendimento Social de Inserção.

Apêndices

Apêndice 1

Solicitação de autorização à instituição para elaboração do estudo

Apêndice 2

Guião das entrevistas

Apêndice 3

Transcrição das entrevistas

Apêndice 4

Análise vertical de cada entrevista

Apêndice 5

Enquadramento dos beneficiários nas fases da desqualificação social

Apêndice 1: Solicitação de autorização à instituição para elaboração do estudo

Ex. mo (a) Senhor(a) da Legião da Boa Vontade de Coimbra venho, pelo presente meio, solicitar a V.^a Ex.^a a possibilidade de realizar entrevistas semiestruturadas a alguns dos vossos utentes que sejam beneficiários de RSI há pelo menos três anos. Desta forma, o objetivo principal desta investigação é conhecer e/ou compreender o percurso dos beneficiários de RSI desde a ligação a uma instituição, sendo que os dados apenas servirão para ser tratados no âmbito de uma dissertação para a obtenção do grau de Mestre em Serviço Social, a ser posteriormente apresentada na Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.

Com os melhores cumprimentos,

Cristiana Morais

Apêndice 2: Guião das entrevistas

I. Informação sobre o entrevistado

- a) Género
- b) Idade

II. Ligação aos serviços de ação social

1. Desde quando beneficia dos serviços de um(a) Assistente Social e em que domínios?
2. O que aconteceu para ter que requerer essa ajuda? Achava que seria algo temporário?
3. Da primeira vez que se dirigiu a uma instituição como é que as coisas de passaram? Esperou muito tempo até se dirigir a ela? O que sentiu?
4. Na atualidade sente-se confortável quando se dirige a uma instituição?
5. Pede ajudas facultativas (alimentares, financeiras) de forma regular ou ocasionalmente? Quais são as razões que invoca e o que faz quando o seu pedido não é aceite?
6. Pensa que atualmente poderia viver sem a ajuda de um(a) Assistente Social e do RSI? Porquê?

III. Ritmos quotidianos, tempo livre, família

7. Quais as alterações mais significativas que ocorreram no seu quotidiano com o RSI? Por exemplo, está bem de saúde? Tem amigos ou tem a sensação de estar isolado? O seu ambiente/ estrutura familiar alterou-se?
8. O que costuma fazer atualmente ao longo do dia? Ontem e anteontem o que fez? O que costuma fazer à noite (ver televisão, ler...)? E antes? O que fazia?

IV. Trajetória residencial e relações sociais com os vizinhos

9. Durante este processo teve que mudar de casa? Se sim desde quando é que habita no seu novo alojamento e porque teve de mudar? Como era o tipo de habitação e de bairro do alojamento anterior e onde teve mais dificuldades em adaptar-se?
10. Na atualidade, o seu alojamento, imóvel, bairro agradam-lhe? Porquê?
11. Mantem relações de vizinhança? Com quem?
12. Acha que o RSI trouxe alterações no seu alojamento?

V. Situação profissional

13. Aprendeu alguma profissão? Teve alguma formação?
14. Trabalhou? Onde? Quanto tempo?
15. Acha que se encontrasse emprego a sua situação ficava melhor/resolvida?
16. Quer encontrar emprego? Se sim o que faz para isso e quais são os entraves que encontra na procura de emprego? O RSI tem ajudado neste campo?

VI. Perspetivas de futuro

17. Como é que vê o seu futuro e quais são as expetativas que tem para ele?
18. O que significa para si ter sucesso na vida?

Apêndice 3: Transcrição das entrevistas aos beneficiários

Entrevista número 1

I. Informação sobre o entrevistado

- a) Género: Feminino
- b) Idade: 61 anos

II. Ligação aos serviços de ação social

1. Desde quando beneficia dos serviços de um(a) Assistente Social e em que domínios?

Entrevistado: Benefício desde o ano de 2007. Fiquei desempregada e recorri ao RSI. Recebo apoio em géneros alimentares.

1. O que aconteceu para ter que requerer essa ajuda? Achava que seria algo temporário?

Entrevistado: Fiquei desempregada e nunca mais arranjei nada certo. Sim. Achava que o RSI seria algo provisório e que depois ia arranjar emprego.

2. Da primeira vez que se dirigiu a uma instituição como é que as coisas de passaram? Esperou muito tempo até se dirigir a ela? O que sentiu?

Entrevistado: Eu vim cá através de uma amiga que me disse para me dirigir cá, até lá andei a ver no que dava, mas vim mal ela me disse. Senti um bocado de vergonha da primeira vez que vim cá, coisa que ainda se mantém, até porque trabalhei desde os meus 12 anos, mas há coisas piores.

3. Na atualidade sente-se confortável quando se dirige a uma instituição?

Entrevistado: Sinto-me porque aqui é tudo muito boa gente. Mas mesmo assim sinto-me com vergonha, dá impressão que os outros me olham de lado.

4. Pede ajudas facultativas (alimentares, financeiras) de forma regular ou ocasionalmente? Quais são as razões que invoca e o que faz quando o seu pedido não é aceite?

Entrevistado: Aqui é Natal e Páscoa, e de vez em quando venho buscar pão quando me ligam. Quando o meu pedido não é aceite fico triste, mas não arranjo argumentos para vir cá. Como a Assistente Social já sabe a minha história só se houver alterações é que tenho de vir cá.

5. Pensa que atualmente poderia viver sem a ajuda de um(a) Assistente Social e do RSI? Porquê?

6. Entrevistado: Não dá jeito nenhum. Como é que vivia? O RSI é pouco, mas nem pensar. Teria que ir pedir de porta em porta para arranjar algum.

III. Ritmos quotidianos, tempo livre, família

- 7. Quais as alterações mais significativas que ocorreram no seu quotidiano com o RSI? Por exemplo, está bem de saúde? Tem amigos ou tem a sensação de estar isolado? O seu ambiente/ estrutura familiar alterou-se?**

Entrevistado: Eu piorei a nível de saúde. Piorei da coluna, da tiroide, do estômago. Já andei a fazer tratamento psicológico, na altura pagava 200€ de renda e andava sempre preocupada com o que ia fazer. Até hoje não ando bem, estou sempre a pensar no dia de amanhã. Em relação aos amigos nós não temos amigos em lado nenhum. Trabalhei no Dolce Vita e sempre trabalhei bem, mas as minhas colegas tinham inveja de mim. Os meus amigos são quem me ajuda, como as pessoas daqui. As palavras confortam e eles aqui são muito boas pessoas. A família mantém-se igual. Sou só eu e o meu marido.

- 8. O que costuma fazer atualmente ao longo do dia? Ontem e anteontem o que fez? O que costuma fazer à noite (ver televisão, ler...)? E antes? O que fazia?**

Entrevistado: Às vezes gosto de sair para desanuviar, mas não sou muito de sair. Nunca fui. Gosto de estar em casa a ver televisão, é uma companhia que temos.

IV. Trajetória residencial e relações sociais com os vizinhos

- 9. Durante este processo teve que mudar de casa? Se sim desde quando é que habita no seu novo alojamento e porque teve de mudar? Como era o tipo de habitação e de bairro do alojamento anterior e onde teve mais dificuldades em adaptar-se?**

Entrevistado: Sim. Antes morava na Relvinha, agora vivo na baixa desde 2017. Mudamos porque eu e o meu companheiro ficamos desempregados e não havia dinheiro para pagar a renda que era de 200€. Entretanto fui à câmara pedir casa em 2007, mas só em 2017 consegui alguma coisa. Deixei de pagar a renda, mas pagava o resto. O RSI ia dando para pagar a água, luz, gás e mais ou menos a alimentação. Como deixei de pagar a renda a senhoria pôs-nos uma ação de despejo e fomos morar para uma garagem. A Assistente Social que foi lá à garagem disse-me que aquilo não eram condições para nós vivermos, ela até chorou e eu também chorava muito. Um dia ligaram-me e arranjam-me esta casa. A nível da vizinhança gosto mais de estar nesta nova casa, mas esta é um T0 e é num segundo andar. A outra tinha um quintal, um terraço à frente, era maior, mas é o que há e eu adapto-me em qualquer lado.

- 10. Na atualidade, o seu alojamento, imóvel, bairro agradam-lhe? Porquê?**

Entrevistado: Gosto da casa, mas é muito pequena. Gostava de ter uma salinha, mas a cozinha, onde passamos muito tempo, até é grande. Estou muito contente, porque ao menos é melhor aquela garagem.

11. Mantem relações de vizinhança? Com quem?

Entrevistado: Sim, mantenho boas relações com eles. Só não falo com uma ou outra pessoa, mas dou-me com os mais velhos, com os mais novos, com todos.

12. Acha que o RSI trouxe alterações no seu alojamento?

Entrevistado: Sim. Como já disse mudei de casa e agora estou nesta mais pequena.

V. Situação profissional

13. Aprendeu alguma profissão? Teve alguma formação?

Entrevistado: Não. Nem escolaridade tenho. Sei ler muito bem e escrever, porque estive três meses no centro de competências básicas na Pedrulha e lá aprendi algo.

14. Trabalhou? Onde? Quanto tempo?

Entrevistado: Eu fui sempre empregada de limpeza. Trabalhei sim até acabarem os contratos, depois começava outro. Também trabalhei nas senhoras para trabalhar a dias. Sempre fui trabalhando até 2007.

15. Acha que se encontrasse emprego a sua situação ficava melhor/resolvida?

Entrevistado: Sem dúvida. Claro que sim. Tinha ordenado e era mais que o RSI. Tinha mais dinheiro, vivia mais folgada. O RSI não dá para nada e acaba antes do fim do mês, por isso também vou fazendo umas horas nas senhoras sem ninguém saber de vez em quando.

16. Quer encontrar emprego? Se sim o que faz para isso e quais são os entraves que encontra na procura de emprego? O RSI tem ajudado neste campo?

Entrevistado: Eu quero, mas com a idade que tenho e sem habilitações nem se fala, mas gostava de arranjar emprego. Mas sou muito honesta ir tirar um curso e receber o mesmo não. Quero é trabalhar, mas a ganhar mais e não tirar cursos. Com a idade que tenho já não vou a lado nenhum. Eu vou procurando às pessoas para arranjar as senhoras e vejo no jornal. O RSI tem ajudado na ida às convocatórias, mas é só para explicarem as condições se arranjarmos trabalho. Se eu não fizer as coisas eles cortam o RSI, então não tem ajudado em nada para além da parte financeira.

VI. Perspetivas de futuro

17. Como é que vê o seu futuro e quais são as expetativas que tem para ele?

Entrevistado: O futuro é um dia de cada vez. O que quero é saúde e mais umas horas nas senhoras para ajudar e trazer mais um dinheiro para casa. O futuro a Deus pertence. Eu é um dia de cada vez. Só quero é algo para ajudar nas despesas.

18. O que significa para si ter sucesso na vida?

Entrevistado: Ter saúde, paz e dinheiro para gastar no que mais preciso e não faltar comer em casa e, claro, trabalhar. Trabalhar é que era.

Entrevista número 2

I. Informação sobre o entrevistado

- a) Género: Feminino
- b) Idade: 64 anos

II. Ligação aos serviços de ação social

1. Desde quando beneficia dos serviços de um(a) Assistente Social e em que domínios?

Entrevistado: Desde 2008. Tenho pedido apoio na água, luz, gás. Aqui primeiro deram-me o cabaz de Natal e Páscoa. Recebo bens alimentares das Vicentinas e em Santa Clara todos os meses. Até hoje dão-me almoço numa instituição em São Martinho, porque eu fui lá perguntar.

2. O que aconteceu para ter que requerer essa ajuda? Achava que seria algo temporário?

Entrevistado: Eu fiquei desempregada e depois acabou o subsídio de desemprego. Tenho muitos problemas de saúde, problemas de costas, tenho uma hérnia, diabetes, por isso tenho incapacidade para trabalhar, segundo o médico que me passa um atestado todos os meses. Trabalhar está fora de questão, por isso não seria temporário. Deram-me o RSI porque não podia trabalhar e por isso nunca pensei nisso.

3. Da primeira vez que se dirigiu a uma instituição como é que as coisas de passaram? Esperou muito tempo até se dirigir a ela? O que sentiu?

Entrevistado: Esperei um mês, tempo a ver se conseguia resolver as coisas. Gosto mais de dar do que pedir, mas se me derem mercearia eu agradeço. Senti um alívio enorme em receber ajuda.

4. Na atualidade sente-se confortável quando se dirige a uma instituição?

Entrevistado: Sim. Na primeira vez senti-me acanhada, afinal é dar a saber a vida toda, o que é desagradável. Agora já não me sinto acanhada nem tenho qualquer problema, afinal eu preciso das ajudas.

5. Pede ajudas facultativas (alimentares, financeiras) de forma regular ou ocasionalmente? Quais são as razões que invoca e o que faz quando o seu pedido não é aceite?

Entrevistado: Sim, peço de forma regular. A razão é os meus problemas de saúde. Se tivesse alguém a viver comigo já tinha dado outras voltas. Olhe só me falta pedir para o caixão. Quando não é aceite fico triste.

6. Pensa que atualmente poderia viver sem a ajuda de um(a) Assistente Social e do RSI? Porquê?

Entrevistado: Não. Primeiro pago uma renda de 200 euros que é maior do que aquilo que recebo do Estado, por isso não vivia sem a ajuda do RSI e das Assistentes Sociais. Depois tenho muitos problemas de saúde, como já disse.

III. Ritmos quotidianos, tempo livre, família

7. Quais as alterações mais significativas que ocorreram no seu quotidiano com o RSI? Por exemplo, está bem de saúde? Tem amigos ou tem a sensação de estar isolado? O seu ambiente/ estrutura familiar alterou-se?

Entrevistado: Piorei. Não me movimento em casa, fico mais um bocado na cama porque não há compromissos. Piorei o corpo e a mente. Sinto-me mais sozinha. Quando trabalhava estava sempre ocupada e não tinha tempo para pensar nas coisas. Em casa pensasse no que não se deve. A família teve alterações, a minha filha morreu e separei-me do meu marido. Ele era doido e nunca aceitou que eu fosse melhor que ele, além de se resignar às coisas. Para ele se as coisas corriam mal, corriam não podíamos fazer nada.

8. O que costuma fazer atualmente ao longo do dia? Ontem e anteontem o que fez? O que costuma fazer à noite (ver televisão, ler...)? E antes? O que fazia?

Entrevistado: Antes saía mais, passeava mais. Antes ia a uma excursão e agora não há, ia almoçar fora e agora não posso, comprava um livro e agora não. Atualmente vejo televisão, pinto umas louças de vez em quando e é daí que arranjo mais algum dinheiro, entro num autocarro e vou passear nele o que tempo que calhar e falo com as pessoas, mas com pessoas que me levantem a moral.

IV. Trajetória residencial e relações sociais com os vizinhos

9. Durante este processo teve que mudar de casa? Se sim desde quando é que habita no seu novo alojamento e porque teve de mudar? Como era o tipo de habitação e de bairro do alojamento anterior e onde teve mais dificuldades em adaptar-se?

Entrevistado: Sim. Tive que mudar da Feteira, em Cernache, para Santa Clara. Mudei de casa porque não estava em condições. Ali tenho acesso a tudo. Cá melhorei porque deixei de ter e ver coisas, falavam muito mal de mim e estavam sempre a comentar tudo o que fazia.

10. Na atualidade, o seu alojamento, imóvel, bairro agradam-lhe? Porquê?

Entrevistado: Agradam, porque tem mais condições que a outra.

11. Mantem relações de vizinhança? Com quem?

Entrevistado: Tenho uma boa vizinha que é como uma irmã para mim. Antes só falavam mal de mim, se bem que outro dia tive uma confusão com uma vizinha. Olhe nunca mais se meteu comigo.

12. Acha que o RSI trouxe alterações no seu alojamento?

Entrevistado: Não.

V. Situação profissional

13. Aprendeu alguma profissão? Teve alguma formação?

Entrevistado: Eu tenho a quarta classe e trabalhei em muita coisa. Trabalhei num restaurante, fui costureira, pinte cerâmica. Tenho corrido tudo e mais alguma coisa e fui feliz.

14. Trabalhou? Onde? Quanto tempo?

Entrevistado: Eu trabalho desde pequena. Fui trabalhando até acabarem os contratos. Fui saltitando.

15. Acha que se encontrasse emprego a sua situação ficava melhor/resolvida?

Entrevistado: Não. Acho que já não arranjo emprego. Agora vou tendo, entretanto, vou para a reforma e sempre tenho mais. Apesar de não ter uma reforma muito grande sempre tenho algo certo.

16. Quer encontrar emprego? Se sim o que faz para isso e quais são os entraves que encontra na procura de emprego? O RSI tem ajudado neste campo?

Entrevistado: Não quero encontrar emprego. As dificuldades são muito grandes. A minha saúde impede-me de trabalhar. Se tivesse saúde para trabalhar já me tinham chamado.

VI. Perspetivas de futuro

17. Como é que vê o seu futuro e quais são as expetativas que tem para ele?

Entrevistado: O futuro Deus o dirá. É um dia de cada vez e esperar o que vem. Só ficava melhor se não tivesse dor, mas vai-se manter.

18. O que significa para si ter sucesso na vida?

Entrevistado: Uma vida sem dor. Depois era ter alguma coisa para o dia-a-dia e viver bem. Gostava de sentir uma nota de 500 euros na mão, o que eu faria com ela. Ia logo viajar, nem que fosse só dois dias. Uma vida com sucesso era ter liberdade na vida.

Entrevista número 3

I. Informação sobre o entrevistado

- c) Género: Feminino
- d) Idade: 48 anos

II. Ligação aos serviços de ação social

1. Desde quando beneficia dos serviços de um(a) Assistente Social e em que domínios?

Entrevistado: Já beneficieei antes de pedir o RSI, há uns anos atrás. Mas aqui é há uns quatro anos. Comecei por pedir o RSI e depois ajudaram-me com géneros alimentares e algumas vezes na medicação.

2. O que aconteceu para ter que requerer essa ajuda? Achava que seria algo temporário?

Entrevistado: Trabalhava numa empresa de limpeza e depois fiquei doente, daí para cá é só a descer. Foi a saúde que me levou aqui. Eu achei que seria por pouco tempo, mas, entretanto, já se passaram uns anos.

3. Da primeira vez que se dirigiu a uma instituição como é que as coisas de passaram? Esperou muito tempo até se dirigir a ela? O que sentiu?

Entrevistado: Não, deixei-me andar. Esperei uns oito nove meses, porque também não sabia como ia ser tratada e como as coisas iam correr. Tive muita vergonha e até chorei. Pensei: onde é que me vou meter?

4. Na atualidade sente-se confortável quando se dirige a uma instituição?

Entrevistado: Agora já não me sinto tão constrangida, mas há sempre uma vergonha.

5. Pede ajudas facultativas (alimentares, financeiras) de forma regular ou ocasionalmente? Quais são as razões que invoca e o que faz quando o seu pedido não é aceite?

Entrevistado: Normalmente peço ajudas mais a nível alimentar e de forma ocasional quando não tenho mesmo. A razão é não ter mesmo. Aqui costumo receber o cabaz de Natal e da Páscoa. Quando o meu pedido não é aceite fico triste e a pensar o porquê.

6. Pensa que atualmente poderia viver sem a ajuda de um(a) Assistente Social e do RSI? Porquê?

Entrevistado: Não conseguia viver sem as ajudas do RSI e das Assistentes Sociais. Tenho tantos problemas de saúde e ainda há pouco foi operada de novo. Ainda estou a recuperar a minha saúde e tenho uma grande depressão.

III. Ritmos quotidianos, tempo livre, família

- 7. Quais as alterações mais significativas que ocorreram no seu quotidiano com o RSI? Por exemplo, está bem de saúde? Tem amigos ou tem a sensação de estar isolado? O seu ambiente/ estrutura familiar alterou-se?**

Entrevistado: Piorei de saúde. Fiz mais cirurgias agora e devia tomar medicação, mas não a compro porque não há. Já não acredito em amizades, estou muito desiludida com a vida. Não confio muito nas pessoas hoje em dia. As pessoas parecem que estão interessadas e que ouvem, mas só ouvem para criticar. A minha filha mais velha ficou muito revoltada com a minha separação do meu primeiro marido e até me bateu. Hoje em dia não tenho uma boa relação com ela por causa dela. Nem a minha neta ela me deixa ver com regularidade. É muito vingativa e má para mim. Com os meus outros filhos já tenho uma relação diferente. Entretanto eles saíram de casa porque fizeram a sua vida.

- 8. O que costuma fazer atualmente ao longo do dia? Ontem e anteontem o que fez? O que costuma fazer à noite (ver televisão, ler...)? E antes? O que fazia?**

Entrevistado: Antes saía mais. Costumava passear pela baixa, conhecia e falava para toda a gente. As pessoas quando me viam diziam lá vai a Branca de Neve e os sete anões, por causa dos meus filhos. Agora, e também devido ao meu marido, não saio tanto. Ele não me deixa fazer nada e está sempre a exercer pressão psicológica comigo. Não acredita no que lhe digo e é desconfiado. Depois vejo televisão para me entreter.

IV. Trajetória residencial e relações sociais com os vizinhos

- 9. Durante este processo teve que mudar de casa? Se sim desde quando é que habita no seu novo alojamento e porque teve de mudar? Como era o tipo de habitação e de bairro do alojamento anterior e onde teve mais dificuldades em adaptar-se?**

Entrevistado: Sim. Perdi a minha casa porque tive uma ação de despejo e fui pedir casa à Câmara. Foi a casa, a saúde e o emprego. Tudo no mesmo ano. A minha casa anterior era uma moradia, sem vizinhos, com quintal e até tinha uma piscina insuflável para os miúdos. Foi sair do céu para ir para o inferno. Na minha casa atual, no bairro do Ingote, nem obras fizeram. Até chorei quando a vi e me lembrei da casa de antes. Tenho mais dificuldade em adaptar-me nesta casa, sem dúvida. Ainda hoje não estou adaptada e já lá estou há uns cinco anos.

10. Na atualidade, o seu alojamento, imóvel, bairro agradam-lhe? Porquê?

Entrevistado: Não. Não há nada que me agrade. Chove lá dentro, as paredes estão todas pretas, os tacos estão levantados, a casa é fria e nem móveis de cozinha tenho. Mas quando ma deram disseram que não reclamasse porque sempre era melhor que viver na rua.

11. Mantem relações de vizinhança? Com quem?

Entrevistado: Não. Bom dia e boa tarde se me disserem a mim. As pessoas são falsas e falam muito, por isso não dou confiança a ninguém. Também não quero confusões para o meu lado. Ainda só no outro dia é que soube o nome da vizinha do rés-do-chão.

12. Acha que o RSI trouxe alterações no seu alojamento?

Entrevistado: Não. Eu mudei de casa e agora não consigo fazer obras com o dinheiro que recebo.

V. Situação profissional

13. Aprendeu alguma profissão? Teve alguma formação?

Entrevistado: Eu tenho o nono ano e há uns anos tirei um curso de geriatria, mas sempre trabalhei em firmas de limpeza. Trabalhei numa firma onde pagavam 1, 85 € à hora.

14. Trabalhou? Onde? Quanto tempo?

Entrevistado: Seguido nunca trabalhei. Eram umas horas em cada lado e também trabalhei em casa de senhoras.

15. Acha que se encontrasse emprego a sua situação ficava melhor/resolvida?

Entrevistado: Com toda a certeza. Mas neste momento não tenho saúde psicológica e física para trabalhar onde quer que seja.

16. Quer encontrar emprego? Se sim o que faz para isso e quais são os entraves que encontra na procura de emprego? O RSI tem ajudado neste campo?

Entrevistado: O RSI nunca me ajudou na procura de emprego. Quero encontrar emprego, mas primeiro queria melhorar de saúde e sair daquela casa e ambiente. Os entraves que encontro são a saúde.

VI. Perspetivas de futuro

17. Como é que vê o seu futuro e quais são as expetativas que tem para ele?

Entrevistado: Não vejo expetativas. Vejo a minha vida tão triste. Não tenho forças, nem ânimo.

18. O que significa para si ter sucesso na vida?

Entrevistado: Ser feliz, ter a família unida, ver a minha neta, ter estabilidade financeira e ter um emprego.

Entrevista número 4

I. Informação sobre o entrevistado

a)Género: Masculino

b) Idade: 65 anos

II. Ligação aos serviços de ação social

1. Desde quando beneficia dos serviços de um(a) Assistente Social e em que domínios?

Entrevistado: Benefício dos serviços de uma Assistente Social há cinco ou seis anos depois do subsídio de desemprego acabar. Aqui sou apoiado desde 2017. Pedi roupa e deram-me uns fatos de treino...não é nada para agora. Também pedi calçado e só me arranjam um par e o arroz nem para a cova de um dente dá. Portanto, daqui costumo receber roupa, alimentação, algum calçado e recebi o cabaz de Natal. Agora só recebo na Páscoa.

2. O que aconteceu para ter que requerer essa ajuda? Achava que seria algo temporário?

Entrevistado: Fiquei desempregado e tinha a certeza que não ia arranjar emprego porque não havia, era e é o tempo da crise. Não é ser pessimista é ser realista. Agora a vontade era trabalhar porque sempre trabalhei.

3. Da primeira vez que se dirigiu a uma instituição como é que as coisas de passaram? Esperou muito tempo até se dirigir a ela? O que sentiu?

Entrevistado: Fui logo, mas tive que esperar dois meses até ter a resposta. O que senti? Vergonha e tristeza.

4. Na atualidade sente-se confortável quando se dirige a uma instituição?

Entrevistado: Quando se pede, pede-se na esperança de receber. Não me sinto incomodado ao pedir, mas sem sempre é fácil.

5. Pede ajudas facultativas (alimentares, financeiras) de forma regular ou ocasionalmente? Quais são as razões que invoca e o que faz quando o seu pedido não é aceite?

Entrevistado: Não peço nada a ninguém, sou orgulhoso. Não tenho não tenho. Só peço a nível de instituição e ainda vou pedindo. Almoço e janto na cozinha económica, pagam-me a medicação e ajudaram-me a pagar os óculos noutra lado. As razões que dou são o não ter mesmo. Ainda poderia ter se trabalhasse, mas não há emprego como é que iria ter as coisas? Quando o pedido não é aceite não é, é porque não tenho direito.

6. Pensa que atualmente poderia viver sem a ajuda de um(a) Assistente Social e do RSI? Porquê?

Entrevistado: Não. Com o RSI pago o quarto onde moro e sobram-me uns 50 euros. Apenas sobreviria.

III. Ritmos quotidianos, tempo livre, família

- 7. Quais as alterações mais significativas que ocorreram no seu quotidiano com o RSI? Por exemplo, está bem de saúde? Tem amigos ou tem a sensação de estar isolado? O seu ambiente/ estrutura familiar alterou-se?**

Entrevistado: Amigos há poucos, não tenho nenhum amigo. Continuo a viver a minha vida e nada se alterou. Em relação à saúde, a falta do dinheiro apoqueta o estado da cabeça, a sensação de falta altera a mente. Além disso tenho tensão alta e colesterol. Talvez tenha depressão. Sou divorciado e os meus filhos não se relacionam comigo porque as mães não deixam, mas talvez seja melhor assim.

- 8. O que costuma fazer atualmente ao longo do dia? Ontem e anteontem o que fez? O que costuma fazer à noite (ver televisão, ler...)? E antes? O que fazia?**

Entrevistado: Eu costumo ler e agora estou a tirar um curso de técnico de vendas da parte da manhã. Quando se trabalha somos independentes. Antes viajava para Moçambique, tinha dinheiro passar lá uns dias e usufruir de tudo o que tinha direito. Hoje já não. Antes ouvia rádio e agora já não tenho um. Agora vejo muita televisão para me ocupar.

IV. Trajetória residencial e relações sociais com os vizinhos

- 9. Durante este processo teve que mudar de casa? Se sim desde quando é que habita no seu novo alojamento e porque teve de mudar? Como era o tipo de habitação e de bairro do alojamento anterior e onde teve mais dificuldades em adaptar-se?**

Entrevistado: Enquanto trabalhava morava numa casa alugada. Depois fui para uma instituição de apoio a toxicodependentes, apesar de só precisar de uma casa. Eu não tinha problema nenhum em estar lá, mas o problema é que se aproveitavam de mim para fazer as coisas e às vezes eram preconceituosos por eu ser preto. Não me insultem nem me maltratem. Depois sai de lá e fui para uma casa abrigo oito meses e agora estou num quarto. Mudei de casa porque fui despejado, não tinha dinheiro para pagar a renda. A casa de antes era normal, tinha a praia ao pé. Vivia melhor porque trabalhava. Agora vivo num quarto, mas adaptei-me à mesma. Acho que é a mesma coisa. Eu adapto-me às coisas.

- 10. Na atualidade, o seu alojamento, imóvel, bairro agradam-lhe? Porquê?**

Entrevistado: Neste momento há lá uma senhora doente da cabeça que não toma a medicação e que ainda bebe muito. Ela faz muito barulho e não me agrada o local. É só uma cama, não tem espaço, não é uma casa. O ambiente lá não é muito bom, há discussões e as pessoas também não têm higiene nenhuma.

11. Mantem relações de vizinhança? Com quem?

Entrevistado: Só com um senhor. O resto é bom dia e só.

12. Acha que o RSI trouxe alterações no seu alojamento?

Entrevistado: Sim. Permitiu-me sair da casa abrigo e ir para um quarto.

V. Situação profissional

13. Aprendeu alguma profissão? Teve alguma formação?

Entrevistado: Eu tenho o 12º ano, mas tirei tantas formações e agora estou a tirar técnico de vendas. Tive tantas profissões: soldador, trabalhei numa companhia aérea quando era jovem e ainda estava no meu país, na construção civil, num parque de campismo, numa serralharia.

14. Trabalhou? Onde? Quanto tempo?

Entrevistado: Fui trabalhando. No parque de campismo trabalhei um ano, em Alfragide trabalhei oito anos na serralharia e na construção civil, último trabalho que tive, estive quatro anos.

15. Acha que se encontrasse emprego a sua situação ficava melhor/resolvida?

Entrevistado: Claro, mas já não vou a tempo. A idade não perdoa e daqui a uns dias faço anos.

16. Quer encontrar emprego? Se sim o que faz para isso e quais são os entraves que encontra na procura de emprego? O RSI tem ajudado neste campo?

Entrevistado: Sim. Faço qualquer coisa. Os entraves são a idade e também não há emprego. O RSI só ajuda a viver, dá dinheiro. O centro de emprego é que ajuda. Já fui a entrevistas, mas não me chamaram, talvez também por causa da cor da pele.

VI. Perspetivas de futuro

17. Como é que vê o seu futuro e quais são as expetativas que tem para ele?

Entrevistado: O futuro a Deus pertence. Acho que vai piorar, só pode. Pensar que vai melhorar é uma utopia, só por milagre.

18. O que significa para si ter sucesso na vida?

Entrevistado: Ter sucesso na vida é relativo. Mas pode ser estar bem com a vida, ter bem-estar, felicidade, trabalho.

Entrevista número 5

I. Informação sobre o entrevistado

- a) Género: Masculino
- b) Idade: 62 anos

II. **Ligação aos serviços de ação social**

1. **Desde quando beneficia dos serviços de um(a) Assistente Social e em que domínios?**

Entrevistado: Benefício desde 2013, até lá trabalhava numa empresa. Antes ia à AMI ao médico, mas ele saiu de lá e já não vou lá. Passam-me a carta para a cozinha económica, peço alguns alimentos, artigos de higiene e apoio na medicação.

2. **O que aconteceu para ter que requerer essa ajuda? Achava que seria algo temporário?**

Entrevistado: Fiquei desempregado, não consegui manter a casa onde estava e as minhas reservas acabaram. Requeri o RSI porque sai da casa abrigo e tinha que ter essa ajuda. Achava e acho que o RSI vai ser até à reforma porque já não tenho idade para trabalhar.

3. **Da primeira vez que se dirigiu a uma instituição como é que as coisas de passaram? Esperou muito tempo até se dirigir a ela? O que sentiu?**

Entrevistado: Esperei meio ano porque ainda tinha algumas reservas. Quando fui para casa abrigo senti que tinha entrado numa penitenciária. Até lá não houve problemas em pedir ajuda, mas a primeira vez custa sempre.

4. **Na atualidade sente-se confortável quando se dirige a uma instituição?**

Entrevistado: Sim, já estou habituado. Agora já estou inserido no meio.

5. **Pede ajudas facultativas (alimentares, financeiras) de forma regular ou ocasionalmente? Quais são as razões que invoca e o que faz quando o seu pedido não é aceite?**

Entrevistado: Ainda vou pedindo. Às vezes peço alimentação porque ao fim de semana não há nada e a cozinha económica fecha. Preciso mesmo de pedir, se não como fazia com a medicação? Com a saúde não se brinca. Pedi aqui e não me deram. Acho que a culpa é da nova Assistente Social. Eu sempre tive ajuda daqui e agora chega ela que não sabe nada disto. Nem uma notificação eu recebi sobre o cabaz de Natal. Quando o pedido não é aceite calo-me, não vale a pena.

6. **Pensa que atualmente poderia viver sem a ajuda de um(a) Assistente Social e do RSI? Porquê?**

Entrevistado: Não. Até à reforma não. O RSI é pouco, mas sempre ajuda até porque já não tenho reservas.

III. **Ritmos quotidianos, tempo livre, família**

7. **Quais as alterações mais significativas que ocorreram no seu quotidiano com o RSI? Por exemplo, está bem de saúde? Tem amigos ou tem a sensação de estar isolado? O seu ambiente/ estrutura familiar alterou-se?**

Entrevistado: Não houve alterações na saúde. Antes havia amigos e hoje só há conhecidos. Antes não me dava muito com a família, mas agora piorou. Já não tenho contactos com eles.

8. O que costuma fazer atualmente ao longo do dia? Ontem e anteontem o que fez? O que costuma fazer à noite (ver televisão, ler...)? E antes? O que fazia?

Entrevistado: Quando trabalhava andava ocupado e o fim de semana servia para descansar e ver um bocado de televisão. Agora vejo muito mais televisão porque tenho mais tempo. A televisão é a nossa companhia.

IV. Trajetória residencial e relações sociais com os vizinhos

9. Durante este processo teve que mudar de casa? Se sim desde quando é que habita no seu novo alojamento e porque teve de mudar? Como era o tipo de habitação e de bairro do alojamento anterior e onde teve mais dificuldades em adaptar-se?

Entrevistado: Sim, há cinco anos. Agora vivo num quarto e antes estive na casa abrigo e antes disso tinha a minha casa que deixei de conseguir pagar a renda. A outra casa era individual esta é coletiva. Na antiga casa adaptei-me melhor, era na Solum e a idade também era outra.

10. Na atualidade, o seu alojamento, imóvel, bairro agradam-lhe? Porquê?

Entrevistado: Sim. Ao fim de cinco anos uma pessoa habitua-se.

11. Mantem relações de vizinhança? Com quem?

Entrevistado: Sim. Conheço todos. Com o tempo fui conhecendo porque no início não era assim. No início era mais retraído. Agora falo com todos, com o tempo uma pessoa habitua-se.

12. Acha que o RSI trouxe alterações no seu alojamento?

Entrevistado: Permitiu-me alugar um quarto e sair da casa abrigo. Pelo menos agora tenho uma casa, não pude ter a outra porque a renda era alta.

V. Situação profissional

13. Aprendeu alguma profissão? Teve alguma formação?

Entrevistado: Eu era vendedor da área gráfica. Viajava pelo país todo. Eu tenho o antigo 7º ano do liceu que deve corresponder ao 11º ano atual.

14. Trabalhou? Onde? Quanto tempo?

Entrevistado: Trabalhei durante vinte e tal anos na empresa que depois faliu.

15. Acha que se encontrasse emprego a sua situação ficava melhor/resolvida?

Entrevistado: Talvez, mas com esta idade. A idade já não o permite.

16. Quer encontrar emprego? Se sim o que faz para isso e quais são os entraves que encontra na procura de emprego? O RSI tem ajudado neste campo?

Entrevistado: Até desejo, mas resta saber que emprego é. Tem de ser algo que se coaduna comigo, na minha área. Não vou andar por aí a vender pastilhas. O entrave é a idade, afinal estou à beira da reforma. O RSI só ajuda no dia-a-dia, não na procura de emprego.

VI. Perspetivas de futuro

17. Como é que vê o seu futuro e quais são as expetativas que tem para ele?

Entrevistado: O futuro é a reforma. Também com esta idade não há grande futuro. Com a reforma vai melhorar, até porque já vi o que era pior. Ao menos vou receber uns 400 euros e o RSI é 180 euros.

18. O que significa para si ter sucesso na vida?

Entrevistado: Em primeiro lugar ser feliz, o resto é por acréscimo. Ser feliz comigo mesmo. O trabalho é relativo, não me vejo a trabalhar fora da área. Mas para ser feliz era trabalhar e, especialmente, ter dinheiro.

Entrevista número 6

I. Informação sobre o entrevistado

- a) Género: Feminino
- b) Idade: 57 anos

II. Ligação aos serviços de ação social

1. Desde quando beneficia dos serviços de um(a) Assistente Social e em que domínios?

Entrevistado: Desde 2002, mas só pedi o RSI em 2013. Peço ajuda em alimentos, roupa em instituições e pedi ajuda para uma casa quando cheguei a Portugal.

2. O que aconteceu para ter que requerer essa ajuda? Achava que seria algo temporário?

Entrevistado: Fiquei desempregada e achei que o RSI seria para toda a vida. Não há emprego.

3. Da primeira vez que se dirigiu a uma instituição como é que as coisas de passaram? Esperou muito tempo até se dirigir a ela? O que sentiu?

Entrevistado: Esperei um pouco. Depois fiquei a aguardar a boa vontade deles, mas não tenho vergonha de nada.

4. Na atualidade sente-se confortável quando se dirige a uma instituição?

Entrevistado: Sim, sempre me senti confortável. Vergonha é roubar.

- 5. Pede ajudas facultativas (alimentares, financeiras) de forma regular ou ocasionalmente? Quais são as razões que invoca e o que faz quando o seu pedido não é aceite?**

Entrevistado: Peço de vez em quando, quando estou apertada porque o RSI não dá para sobreviver, mas agora até peço mais porque o meu marido está doente. Peço roupa, alimentos, medicação. Quando não é aceite peço de volta, ou fico triste porque há para uns e não há para outros.

- 6. Pensa que atualmente poderia viver sem a ajuda de um(a) Assistente Social e do RSI? Porquê?**

Entrevistado: Não, ninguém consegue. Não tenho trabalho como iria sobreviver?

III. Ritmos quotidianos, tempo livre, família

- 7. Quais as alterações mais significativas que ocorreram no seu quotidiano com o RSI? Por exemplo, está bem de saúde? Tem amigos ou tem a sensação de estar isolado? O seu ambiente/ estrutura familiar alterou-se?**

Entrevistado: Antes tinha mais amigos, agora não tenho amigos. A saúde está igual, já tinha asma antes disto. A família também se mantém igual. Vivo só com o meu marido que agora está acamado por causa de um AVC.

- 8. O que costuma fazer atualmente ao longo do dia? Ontem e anteontem o que fez? O que costuma fazer à noite (ver televisão, ler...)? E antes? O que fazia?**

Entrevistado: Antes ia do trabalho para casa. Lia um livro e ia ao café. Agora estou num estágio, quando não tenho estágio ouço música brasileira e vejo televisão como companhia.

IV. Trajetória residencial e relações sociais com os vizinhos

- 9. Durante este processo teve que mudar de casa? Se sim desde quando é que habita no seu novo alojamento e porque teve de mudar? Como era o tipo de habitação e de bairro do alojamento anterior e onde teve mais dificuldades em adaptar-se?**

Entrevistado: Não. Eu pedi ajuda para uma casa mal cheguei a Portugal.

- 10. Na atualidade, o seu alojamento, imóvel, bairro agradam-lhe? Porquê?**

Entrevistado: Sim, agrada-me.

- 11. Mantem relações de vizinhança? Com quem?**

Entrevistado: Não. Vou de casa para o curso e não mantenho relações com ninguém.

- 12. Acha que o RSI trouxe alterações no seu alojamento?**

Entrevistado: Não, continua tudo igual.

V. Situação profissional

13. Aprendeu alguma profissão? Teve alguma formação?

Entrevistado: Ajudante de cozinha, nas limpezas. Tenho o 4ºano.

14. Trabalhou? Onde? Quanto tempo?

Entrevistado: Trabalhei até os contratos acabarem. Nunca trabalhei seguido. O último foi na Fucoli e durou seis meses.

15. Acha que se encontrasse emprego a sua situação ficava melhor/resolvida?

Entrevistado: Sim. Sempre é melhor do que o curso, ganha-se mais.

16. Quer encontrar emprego? Se sim o que faz para isso e quais são os entraves que encontra na procura de emprego? O RSI tem ajudado neste campo?

Entrevistado: Sim, vou ao Centro de Emprego. As dificuldades são a minha idade e o facto de não haver emprego. O RSI não ajuda muito na procura de emprego.

VI. Perspetivas de futuro

17. Como é que vê o seu futuro e quais são as expetativas que tem para ele?

Entrevistado: Nem sei do meu futuro, com o meu marido doente. Será vencer na vida? Só Deus é que sabe, por isso não sei dizer.

18. O que significa para si ter sucesso na vida?

Entrevistado: Vencer na vida. Lutar para não depender de ninguém. Trabalhar, ter uma casa, pagar água e luz, sair para me divertir.

Entrevista número 7

I. Informação sobre o entrevistado

- a) Género: Feminino
- b) Idade: 59 anos

II. Ligação aos serviços de ação social

1. Desde quando beneficia dos serviços de um(a) Assistente Social e em que domínios?

Entrevistado: Há mais de três anos. Recebo alimentação, roupa, apoio à medicação.

2. O que aconteceu para ter que requerer essa ajuda? Achava que seria algo temporário?

Entrevistado: Trabalhava na loja do cidadão há cinco, mas tive que me ausentar de Coimbra. O meu marido batia-me e daqui fugi para Oliveira do Bairro. Pensava que ao fim de dois meses voltava a organizar a minha vida, mas ele esperava-me. Não quero falar sobre isso.

3. Da primeira vez que se dirigiu a uma instituição como é que as coisas de passaram? Esperou muito tempo até se dirigir a ela? O que sentiu?

Entrevistado: Pensei que se arranja-se trabalho não ia, por isso esperei. Senti que precisava e tinha que ser. Não penso na vergonha. Só não faço uma coisa se não puder.

4. Na atualidade sente-se confortável quando se dirige a uma instituição?

Entrevistado: Sim, não tenho conflitos. Se precisamos temos que nos dirigir a elas.

5. Pede ajudas facultativas (alimentares, financeiras) de forma regular ou ocasionalmente? Quais são as razões que invoca e o que faz quando o seu pedido não é aceite?

Entrevistado: Peço sim. Peço alimentação, medicação, para contas grandes da luz, roupa, procuro os sítios que me podem ajudar. Já não preciso de mais nada. Quando não é aceite fico triste, tenho que me conformar, não vou refilar. As razões que dou é não ter mesmo, sabe que a minha saúde também já teve melhores dias.

6. Pensa que atualmente poderia viver sem a ajuda de um(a) Assistente Social e do RSI? Porquê?

Entrevistado: Não vivia sem ele. Mas se fosse preciso ia pedir de casa em casa.

III. Ritmos quotidianos, tempo livre, família

7. Quais as alterações mais significativas que ocorreram no seu quotidiano com o RSI? Por exemplo, está bem de saúde? Tem amigos ou tem a sensação de estar isolado? O seu ambiente/ estrutura familiar alterou-se?

Entrevistado: Eu piorei de saúde, acho que fiquei com depressão. Dói-me as pernas, os ossos, a minha casa é fria. Antes tinha mais amizades, ainda tenho uma amiga na loja do cidadão, mas de resto não. A minha família mudou porque me divorciei e originou isto tudo. Os meus filhos chateiam-me porque não faço o que eles querem. A nossa relação piorou. A mulher de um dos meus filhos já me bateu e não me deixa ver o meu neto. Por isso gosto de falar para desanuviar.

8. O que costuma fazer atualmente ao longo do dia? Ontem e anteontem o que fez? O que costuma fazer à noite (ver televisão, ler...)? E antes? O que fazia?

Entrevistado: Enquanto trabalhava convivía com os meus amigos e pronto. Agora vou beber um café, mas há pessoas que reparam e falam porque recebo o RSI. Também vou dar um passeio no autocarro e vejo televisão.

IV. Trajetória residencial e relações sociais com os vizinhos

9. Durante este processo teve que mudar de casa? Se sim desde quando é que habita no seu novo alojamento e porque teve de mudar? Como era o tipo de habitação e de bairro do alojamento anterior e onde teve mais dificuldades em adaptar-se?

Entrevistado: Sim. Quando voltei para Coimbra fui para um quarto e agora moro nesta casa há 4 anos e que é dívida com outro senhor. Eu pago 90 euros de renda mais metade da água e da luz. Antes morava no Bairro do Ingote, mas dava pouca confiança às pessoas que só falavam mal umas das outras. Era um t3 porque tinha três filhos. Tive mais dificuldade em adaptar-me no Ingote por causa do diz que disse. Antes de ir morar para esta casa onde estou ainda estive em casa do meu filho.

10. Na atualidade, o seu alojamento, imóvel, bairro agradam-lhe? Porquê?

Entrevistado: Não. É húmida e fria. A anterior tinha mais condições. Esta é dívida também.

11. Mantem relações de vizinhança? Com quem?

Entrevistado: Não falo com todos. Tinha uma senhora a quem fazia tudo, limpava a casa, ajudava-lhe na higiene. Um dia acusou-me de lhe ter roubado uma saia. Eles não metem conversa comigo. Só falo quando vou ao café, à loja. Só falo se falarem comigo. Não gosto de contar a minha vida a ninguém.

12. Acha que o RSI trouxe alterações no seu alojamento?

Entrevistado: Acho que não.

V. Situação profissional

13. Aprendeu alguma profissão? Teve alguma formação?

Entrevistado: Aprendi a trabalhar nas limpezas e depois tirei uma formação de hotelaria quando ainda recebia o subsídio de desemprego. Depois pelo RSI tirei agricultura biológica e informática, mas tenho o 4º ano.

14. Trabalhou? Onde? Quanto tempo?

Entrevistado: Primeiro trabalhei no estrangeiro quando era novinha 5 anos. Depois cá trabalhei num café, depois na loja do cidadão 5 anos e ao mesmo tempo fazia limpezas na faculdade. Fui trabalhando aqui e ali.

15. Acha que se encontrasse emprego a sua situação ficava melhor/resolvida?

Entrevistado: Se arranjasse conforme as minhas competências e saúde eu acho que sim. Ao menos ganhava mais, mas a minha idade já não dá e a saúde não ajuda.

16. Quer encontrar emprego? Se sim o que faz para isso e quais são os entraves que encontra na procura de emprego? O RSI tem ajudado neste campo?

Entrevistado: Eu gostava até gostava e vai não vai vejo no jornal e procuro às pessoas. Os problemas são a minha idade, a minha saúde, o não ter carta de condução. Metem muitos porquês. Ou porque moro longe. Até trabalhei um dia numa senhora que me pagava 1

euro por hora e ainda me disse que era muito. No RSI apenas me mandam para formações onde pagam o almoço e acabou.

VI. Perspetivas de futuro

17. Como é que vê o seu futuro e quais são as expetativas que tem para ele?

Entrevistado: Sei lá como o vejo. Nem o imagino. Tanto pode piorar como melhorar. A gente não sabe. A minha expetativa era viver noutra casa, receber mais dinheiro e estar com uma vida estável.

18. O que significa para si ter sucesso na vida?

Entrevistado: Uma vida de sucesso era ter paz, saúde, ter emprego. Não tenho vergonha de pedir, mas podia ter uma vida diferente e melhor.

Entrevista número 8

I. Informação sobre o entrevistado

- a) Género: Feminino
- b) Idade: 46 anos

II. Ligação aos serviços de ação social

1. Desde quando beneficia dos serviços de um(a) Assistente Social e em que domínios?

Entrevistado: Alimentação, saúde, apoio a renda. Desde 2015. Sou utente da Cáritas também.

2. O que aconteceu para ter que requerer essa ajuda? Achava que seria algo temporário?

Entrevistado: Desde o divórcio. Não, porque o meu filho é autista e ia ter dificuldade em arranjar emprego.

3. Da primeira vez que se dirigiu a uma instituição como é que as coisas de passaram? Esperou muito tempo até se dirigir a ela? O que sentiu?

Entrevistado: Não, devido à minha formação de Assistente Social. Não tenho vergonha ou procurava ajuda ou não tinha hipótese.

4. Na atualidade sente-se confortável quando se dirige a uma instituição?

Entrevistado: Sim, não tenho problemas.

5. Pede ajudas facultativas (alimentares, financeiras) de forma regular ou ocasionalmente? Quais são as razões que invoca e o que faz quando o seu pedido não é aceite?

Entrevistado: Ocasionalmente. Tenho o rendimento muito contado. Se alguma conta chega mais alta eu vou a uma instituição e peço ajuda. Mas até à data não tive nada recusado porque tudo fica comprovado.

6. Pensa que atualmente poderia viver sem a ajuda de um(a) Assistente Social e do RSI? Porquê?

Entrevistado: Não. Estou simplesmente dependente, porque não consigo trabalho por causa do meu filho. Ele na escola não tinha apoio e eu agora dou-lhe todo o apoio. Foi por isso que ele evoluiu.

III. Ritmos quotidianos, tempo livre, família

7. Quais as alterações mais significativas que ocorreram no seu quotidiano com o RSI? Por exemplo, está bem de saúde? Tem amigos ou tem a sensação de estar isolado? O seu ambiente/ estrutura familiar alterou-se?

Entrevistado: A família está igual. Sou só eu e o meu filho. A vida social mudou, já não vamos para férias, não vou ao shopping, não passeamos e o círculo de amigos também diminuiu. A saúde manteve-se igual.

8. O que costuma fazer atualmente ao longo do dia? Ontem e anteontem o que fez? O que costuma fazer à noite (ver televisão, ler...)? E antes? O que fazia?

Entrevistado: Antes trabalhava. Agora dedico-me ao meu filho. Antes ia ao cinema, ia dar uma volta de carro que agora está parado, vejo televisão, uso a internet, faço renda e vou vendendo uns bolos a amigos.

IV. Trajetória residencial e relações sociais com os vizinhos

9. Durante este processo teve que mudar de casa? Se sim desde quando é que habita no seu novo alojamento e porque teve de mudar? Como era o tipo de habitação e de bairro do alojamento anterior e onde teve mais dificuldades em adaptar-se?

Entrevistado: Sim, desde o divórcio. Fui para um T0. Antes morava num T3 na Figueira e tive mais dificuldade em adaptar-me neste T0.

10. Na atualidade, o seu alojamento, imóvel, bairro agradam-lhe? Porquê?

Entrevistado: Sim. É muito pequena mas até está bem localizada.

11. Mantem relações de vizinhança? Com quem?

Entrevistado: Sim, muito boas. Nós damo-nos bem. A rua é muito pequena e todos nos conhecemos.

12. Acha que o RSI trouxe alterações no seu alojamento?

Entrevistado: Foi dentro do que pude arrendar. Pago 250 euros de renda.

V. Situação profissional

13. Aprendeu alguma profissão? Teve alguma formação?

Entrevistado: Eu tenho uma Licenciatura em Serviço Social na Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, cá em Coimbra. Também tenho um Mestrado em empreendedorismo, tenho formação de formadores. Só me falta o doutoramento.

14. Trabalhou? Onde? Quanto tempo?

Entrevistado: Trabalhei 10 anos como gerente de loja antes da Licenciatura. Depois trabalhei três anos como Assistente Social na Figueira e mais três meses como Técnica Social em Tábua.

15. Acha que se encontrasse emprego a sua situação ficava melhor/resolvida?

Entrevistado: Acho que não. O meu filho precisa de apoio e eu escolho o meu filho ao trabalho. Ele avançou muito com o meu apoio.

16. Quer encontrar emprego? Se sim o que faz para isso e quais são os entraves que encontra na procura de emprego? O RSI tem ajudado neste campo?

Entrevistado: Precisava de um emprego com disponibilidade em termos de horário por causa dele. Tem de ser segundo o horário dele. Ainda agora concorri para a Cáritas, mas não consigo ter disponibilidade ao sábado. Mas não tenho com quem deixar o meu filho. Vejo anúncios na internet para procurar emprego. O RSI não ajuda muito na procura de emprego, mas no meu caso também tenho a agravante da disponibilidade.

VI. Perspetivas de futuro

17. Como é que vê o seu futuro e quais são as expetativas que tem para ele?

Entrevistado: Não se avizinha muito melhor do que isto. Está dependente do futuro dele. Mas acho que na área não encontro emprego. A disponibilidade vai ser sempre um problema e a idade avança.

18. O que significa para si ter sucesso na vida?

Entrevistado: Estar em paz e ter saúde, neste momento. Mas nos dias de hoje se bem-sucedido é uma utopia. Se tiver cunhas consegue trabalho. Caso contrário não.

Entrevista número 9

I. Informação sobre o entrevistado

- a) Género: Feminino
- b) Idade: 38 anos

II. Ligação aos serviços de ação social

1. Desde quando beneficia dos serviços de um(a) Assistente Social e em que domínios?

Entrevistado: Sou apoiada desde 2014 e recebo alimentos e a carta da cozinha económica.

2. O que aconteceu para ter que requerer essa ajuda? Achava que seria algo temporário?

Entrevistado: Tive que me despedir do meu trabalho por causa do mau ambiente, isto ao fim de cinco anos a trabalhar lá. Ainda andei a ver se conseguia algum trabalho e ainda penso que vou conseguir trabalho e mudar a situação, por isso é temporário.

3. Da primeira vez que se dirigiu a uma instituição como é que as coisas de passaram? Esperou muito tempo até se dirigir a ela? O que sentiu?

Entrevistado: Esperei um bocado, mas estava em casa de um amigo meu quando pedi o RSI. Tive que pedir o RSI para ter alguma ajuda financeira e ajudar a pessoa que me apoiou economicamente. A primeira vez não senti vergonha, receberam-me bem e atenderam-me bem.

4. Na atualidade sente-se confortável quando se dirige a uma instituição?

Entrevistado: Sinto-me confortável. Quando peço ajuda atendem logo ao meu pedido.

5. Pede ajudas facultativas (alimentares, financeiras) de forma regular ou ocasionalmente? Quais são as razões que invoca e o que faz quando o seu pedido não é aceite?

Entrevistado: Peço produtos alimentares para o pequeno almoço, mas só peço de vez em quando porque depois desenrasco-me com o que recebo da cozinha económica, umas bolachas ou assim. E também volta e meia me dão. As razões que dou são o não ter dinheiro para comprar alimentos. Nunca tive um pedido negado.

6. Pensa que atualmente poderia viver sem a ajuda de um(a) Assistente Social e do RSI? Porquê?

Entrevistado: Se tivesse trabalho era sem problema nenhum, sem ele não. Faço umas cestas de guardanapos, mas não é o suficiente para viver. Não conseguia viver.

III. Ritmos quotidianos, tempo livre, família

7. Quais as alterações mais significativas que ocorreram no seu quotidiano com o RSI? Por exemplo, está bem de saúde? Tem amigos ou tem a sensação de estar isolado? O seu ambiente/ estrutura familiar alterou-se?

Entrevistado: A minha saúde melhorou, porque sinto-me bem comigo mesma e compreendida pelos outros, até porque eu também gosto de ajudar. Agora tenho mais amigos porque sei compreender e ouvir o outro. Sei dar conselhos, dou exemplos da minha vida e se não apareço as pessoas perguntam por mim. Em relação à família houve um afastamento porque mesmo que me desenrasque na vida eles preferem ver-me debaixo

de uma ponte do que me ajudarem. A minha família critica-me, tem preconceito por viver de RSI e só pensam em mim quando é para pedir.

8. O que costuma fazer atualmente ao longo do dia? Ontem e anteontem o que fez? O que costuma fazer à noite (ver televisão, ler...)? E antes? O que fazia?

Entrevistado: A minha rotina é quase idêntica. Tento ocupar-me porque não gosto de estar parada. Não gosto de ver televisão, com as novelas não se aprende nada. Tento sair de casa e falar com os outros, conviver mais com as pessoas. Na televisão só vejo o telejornal e um filme ao fim-de-semana.

IV. Trajetória residencial e relações sociais com os vizinhos

9. Durante este processo teve que mudar de casa? Se sim desde quando é que habita no seu novo alojamento e porque teve de mudar? Como era o tipo de habitação e de bairro do alojamento anterior e onde teve mais dificuldades em adaptar-se?

Entrevistado: Adapto-me muito bem às coisas, ao fim de algum tempo. Eu tive que mudar de casa porque não conseguia pagar a renda. Depois fui para casa de um amigo, mas agora estou a viver num quarto. A casa antiga era maior e era uma casa.

10. Na atualidade, o seu alojamento, imóvel, bairro agradam-lhe? Porquê?

Entrevistado: Sim, gosto do ambiente e dou-me bem com todos. Mas a casa está a cair aos bocados e qualquer dia cai.

11. Mantem relações de vizinhança? Com quem?

Entrevistado: Sim, falo com todos.

12. Acha que o RSI trouxe alterações no seu alojamento?

Entrevistado: Sim, porque consegui ter dinheiro para pagar o quarto. Ter dinheiro para mim, para produtos de higiene, comida, essas coisas.

V. Situação profissional

13. Aprendeu alguma profissão? Teve alguma formação?

Entrevistado: Olhe eu aprendi a restauração e tenho o sexto ano.

14. Trabalhou? Onde? Quanto tempo?

Entrevistado: Trabalhei em casa de médicos nas limpezas e também fazia comida, daí saí para um restaurante durante um ano, estive na Santix sete anos, depois fui para um café no Dolce Vita alguns meses e último foi no restaurante onde estive cinco anos.

15. Acha que se encontrasse emprego a sua situação ficava melhor/resolvida?

Entrevistado: Sim. Se conseguisse algum trabalho era bom. Recebia o ordenado mínimo e descontava.

16. Quer encontrar emprego? Se sim o que faz para isso e quais são os entraves que encontra na procura de emprego? O RSI tem ajudado neste campo?

Entrevistado: Sim, quero, não tenha dúvida. Quero acabar o curso de técnica de vendas que estou a tirar e ir distribuir currículos por aí, ter um emprego diferente do que estou habituada. Diferente dos armazéns e restaurantes. Agora o que faço é ver no jornal, perguntar às pessoas, distribuo currículos. Os problemas são as cunhas que há hoje em dia, o olharem uma pessoa de alto a baixo e dizerem que não querem, que não tenho o perfil pretendido, o não ter carta de condução. O RSI não ajuda na procura de emprego. Só ajuda financeiramente.

VI. Perspetivas de futuro

17. Como é que vê o seu futuro e quais são as expetativas que tem para ele?

Entrevistado: Não penso no futuro. Levo um dia de cada vez, mas espero que melhore, pelo menos financeiramente, espero ter uma casa social até ao fim do ano e ter trabalho.

18. O que significa para si ter sucesso na vida?

Entrevistado: Ter a minha vida independente. Gostava de ter o meu próprio trabalho, ser chefe de mim mesma. Acho que é o suficiente.

Entrevista número 10

I. Informação sobre o entrevistado

- a) Género: Feminino
- b) Idade: 45 anos

II. Ligação aos serviços de ação social

1. Desde quando beneficia dos serviços de um(a) Assistente Social e em que domínios?

Entrevistado: Há nove anos. Roupa e alimentos.

2. O que aconteceu para ter que requerer essa ajuda? Achava que seria algo temporário?

Entrevistado: Fiquei desempregada e achei que seria só durante aquele um ano, mas depois fui ficando.

3. Da primeira vez que se dirigiu a uma instituição como é que as coisas de passaram? Esperou muito tempo até se dirigir a ela? O que sentiu?

Entrevistado: Demorei algum tempo. Não vou logo porque as pessoas sentem-se, por causa da diferença de tratamento nas pessoas. Para vir aqui demorei uns quinze dias depois de mo terem indicado. Tinha vergonha, fiquei intimidada.

4. Na atualidade sente-se confortável quando se dirige a uma instituição?

Entrevistado: Não, continuo a sentir vergonha. Aqui sou voluntária, além de ser ajudada também ajudado. É diferente se for a outro lado, acho que já não iria.

- 5. Pede ajudas facultativas (alimentares, financeiras) de forma regular ou ocasionalmente? Quais são as razões que invoca e o que faz quando o seu pedido não é aceite?**

Entrevistado: Só peço de vez em quando para alimentação e roupa. Não faço nada quando não aceitam, não vou andar à guerra com ninguém ou obrigar alguém. As razões são as dificuldades, o não ter.

- 6. Pensa que atualmente poderia viver sem a ajuda de um(a) Assistente Social e do RSI? Porquê?**

Entrevistado: Conseguia porque tenho mãos e pernas para trabalhar. Toda a vida soube poupar, não faço extravagâncias. Tínhamos que nos desenrascar com o ordenado do meu marido.

III. Ritmos quotidianos, tempo livre, família

- 7. Quais as alterações mais significativas que ocorreram no seu quotidiano com o RSI? Por exemplo, está bem de saúde? Tem amigos ou tem a sensação de estar isolado? O seu ambiente/ estrutura familiar alterou-se?**

Entrevistado: Quando trabalhava não tinha doenças e agora tenho. Uma pessoa fica mais stressada com o fim do mês, é a preocupação. Antes achava que tinha amigos, mas temos mais inimigos do que amigos. A família mantém-se igual, vivo eu, o meu marido e filhos.

- 8. O que costuma fazer atualmente ao longo do dia? Ontem e anteontem o que fez? O que costuma fazer à noite (ver televisão, ler...)? E antes? O que fazia?**

Entrevistado: Antes passeava agora já não e almoçava fora. No dia-a-dia venho para aqui fazer voluntariado, ouço música para me distrair. Saio da formação, depois venho para aqui e vou para casa. Com cinco filhos não tenho tempo para muito.

IV. Trajetória residencial e relações sociais com os vizinhos

- 9. Durante este processo teve que mudar de casa? Se sim desde quando é que habita no seu novo alojamento e porque teve de mudar? Como era o tipo de habitação e de bairro do alojamento anterior e onde teve mais dificuldades em adaptar-se?**

Entrevistado: Não, estou no mesmo sítio que é um anexo em casa da minha sogra.

- 10. Na atualidade, o seu alojamento, imóvel, bairro agradam-lhe? Porquê?**

Entrevistado: Sim, é o que tenho. Se não ia para a rua. Tenho que lá estar.

- 11. Mantem relações de vizinhança? Com quem?**

Entrevistado: Dentro do possível. Não vamos a casa uns dos outros, mas falamos. Aquilo é uma aldeia e não tenho muitos vizinhos.

12. Acha que o RSI trouxe alterações no seu alojamento?

Entrevistado: Não, porque o RSI não dá para nada. Ajuda mas não dá para nada.

V. Situação profissional

13. Aprendeu alguma profissão? Teve alguma formação?

Entrevistado: Aprendi agricultura, a cavar na terra. Tenho o terceiro ano de escolaridade e estou agora a fazer a quarta classe.

14. Trabalhou? Onde? Quanto tempo?

Entrevistado: Sempre fui oscilando. Trabalhei na agricultura, como auxiliar de crianças. O último durou quatro ou cinco anos. Trabalhei até os contratos acabarem.

15. Acha que se encontrasse emprego a sua situação ficava melhor/resolvida?

Entrevistado: Acho que sim. Nem que fosse para limpeza, uma coisa qualquer. O RSI não é vida. Não sou como aqueles que ficam dependentes do RSI e que estão o dia todo no café.

16. Quer encontrar emprego? Se sim o que faz para isso e quais são os entraves que encontra na procura de emprego? O RSI tem ajudado neste campo?

Entrevistado: Sim. Os entraves são a escolaridade, é tudo para o sexto, nono, décimo segundo de escolaridade e por aí. Eu procuro emprego pelos classificados, vejo os anúncios. No centro de emprego não se acha nada. O RSI não ajuda no emprego, endireita um pouco a vida mais nada. Apenas tiro formações para por no contentor do lixo.

VI. Perspetivas de futuro

17. Como é que vê o seu futuro e quais são as expetativas que tem para ele?

Entrevistado: Não sei responder, o tempo o dirá. Não tenho expetativas nenhuma do futuro. Logo se verá. Penso positivo mas o tempo o dirá. Um dia de cada vez.

18. O que significa para si ter sucesso na vida?

Entrevistado: Acabar a formação e arranjar trabalho para ser feliz. Dar o mínimo de condições aos meus filhos. Nós sonhamos mas...

Entrevista número 11

I. Informação sobre o entrevistado

- a) Género: Masculino
- b) Idade: 57 anos

II. Ligação aos serviços de ação social

1. Desde quando beneficia dos serviços de um(a) Assistente Social e em que domínios?

Entrevistado: Desde 1999/2000. Recebo alimentos, o cabaz de Natal e de Páscoa mais o RSI.

2. O que aconteceu para ter que requerer essa ajuda? Achava que seria algo temporário?

Entrevistado: Fiquei desempregado e achei que o RSI seria mesmo temporário, mas não aconteceu.

3. Da primeira vez que se dirigiu a uma instituição como é que as coisas de passaram? Esperou muito tempo até se dirigir a ela? O que sentiu?

Entrevistado: Não esperei, fui logo através de uma informação que me deram. Na altura quem pedia eram os que estavam à parte na sociedade. Senti-me constrangido, mas pelo menos deu para um quarto.

4. Na atualidade sente-se confortável quando se dirige a uma instituição?

Entrevistado: Acabei por me habituar. Construí uma armadura, mas a primeira vez não é fácil.

5. Pede ajudas facultativas (alimentares, financeiras) de forma regular ou ocasionalmente? Quais são as razões que invoca e o que faz quando o seu pedido não é aceite?

Entrevistado: Ainda peço algumas vezes, porque de facto é complicado. Até agora nunca me negaram o que pedi. Também sou verdadeiro, não engano ninguém. As razões que dou são a carência económica.

6. Pensa que atualmente poderia viver sem a ajuda de um(a) Assistente Social e do RSI? Porquê?

Entrevistado: Não, não tinha hipótese. Não tenho trabalho, não tenho bens, valores. Sem o RSI não tinha quarto e vivia na rua.

III. Ritmos quotidianos, tempo livre, família

7. Quais as alterações mais significativas que ocorreram no seu quotidiano com o RSI? Por exemplo, está bem de saúde? Tem amigos ou tem a sensação de estar isolado? O seu ambiente/ estrutura familiar alterou-se?

Entrevistado: A saúde não tem estado bem, tenho tido problemas de estômago. Esta situação não me permite alimentar da melhor maneira. Os amigos continuo com os poucos que tinha. A família afastou-se e também houve um afastamento desde que me divorciei.

8. O que costuma fazer atualmente ao longo do dia? Ontem e anteontem o que fez? O que costuma fazer à noite (ver televisão, ler...)? E antes? O que fazia?

Entrevistado: Agora vejo mais televisão, limpo a casa, leio jornais, uma revista, ouço música, vou à internet. Agora faço mais coisas, porque tenho mais tempo, antes estudava e trabalhava. Só não tenho é emprego

IV. Trajetória residencial e relações sociais com os vizinhos

9. Durante este processo teve que mudar de casa? Se sim desde quando é que habita no seu novo alojamento e porque teve de mudar? Como era o tipo de habitação e de bairro do alojamento anterior e onde teve mais dificuldades em adaptar-se?

Entrevistado: Sim, várias vezes. Sai da casa em que morava com a minha mulher era uma boa casa, era grande. Depois fui saltitando pelos quartos. Agora estou num quarto, numa casa, que divido com mais três homens. A minha adaptação é fácil. Eu adapto-me às coisas. Nunca tive que sair de um lugar por causa de problemas entre inquilinos.

10. Na atualidade, o seu alojamento, imóvel, bairro agradam-lhe? Porquê?

Entrevistado: Sim, porque a casa tem condições mais que mínimas. Tenho água quente, um quarto bom, com janela, boa luz, tenho uma cozinha grande e sala também,

11. Mantem relações de vizinhança? Com quem?

Entrevistado: Sim. Mantenho uma relação cordial, normal com as pessoas.

12. Acha que o RSI trouxe alterações no seu alojamento?

Entrevistado: Sim, porque a trabalhar era capaz de ter um apartamento só para mim. O RSI só permite pagar um quarto e a preço baixo.

V. Situação profissional

13. Aprendeu alguma profissão? Teve alguma formação?

Entrevistado: Eu só preciso de fazer quarto cadeiras para me licenciar em Medicina. Fiz vários trabalhos na cozinha, como pedreiro, na jardinagem, carpintaria. Foram todos trabalhos pontuais, a partir do momento em que fiquei sozinho. Antes era só estudar.

14. Trabalhou? Onde? Quanto tempo?

Entrevistado: Trabalhei até os contratos acabarem, de forma pontual em vários sítios. O último foi na Associação de Paralisia Cerebral de Coimbra, durante um ano.

15. Acha que se encontrasse emprego a sua situação ficava melhor/resolvida?

Entrevistado: Totalmente. Nem que seja com o ordenado mínimo. Ficava mais ou menos estabilizado, já dava para pagar o ano de propinas que devo à faculdade e para arranjar uma companheira.

16. Quer encontrar emprego? Se sim o que faz para isso e quais são os entraves que encontra na procura de emprego? O RSI tem ajudado neste campo?

Entrevistado: Adorava. Procuo ativamente emprego através do gabinete de inserção profissional, mando currículos. Os entraves são a idade, o dizerem que não tenho o perfil adequado, ter a carta de condução caducada. O RSI não tem ajudado no emprego. O centro de emprego não ajuda, eu é que procuro emprego e vou ao gabinete de inserção.

VI. Perspetivas de futuro

17. Como é que vê o seu futuro e quais são as expetativas que tem para ele?

Entrevistado: Não penso no futuro, vivo o dia-a-dia. Se pensar no futuro na forma como vivo agora entro em depressão e não vale a pena. Posso pensar que vai ficar melhor se tiver saúde.

18. O que significa para si ter sucesso na vida?

Entrevistado: Ser feliz. Ter o básico: saúde, casa, alimentação, o mínimo para viver. Também queria uma companheira para viver o resto do tempo, uma família.

Entrevista número 12

I. Informação sobre o entrevistado

- a) Género: Masculino
- b) Idade: 60 anos

II. Ligação aos serviços de ação social

1. Desde quando beneficia dos serviços de um(a) Assistente Social e em que domínios?

Entrevistado: Fui despedido em 2008, portanto é desde aí. Eu recebo o passe da cozinha económica, peço ajuda para pagar a medicação, consultas médicas, roupas e alguma alimentação. O meu filho de vez em quando liga-me para ir jantar com ele.

2. O que aconteceu para ter que requerer essa ajuda? Achava que seria algo temporário?

Entrevistado: Fui despedido com injusta causa. Havia corrupção e vigarice. Eu gosto da verdade. Achava que ia ser temporário, que passados uns tempos ia conseguir arranjar trabalho. Tirei sete formações e não arranjei trabalho. Preciso de uma reforma por antecipação, para alugar um T1 onde possa cozinhar, ter sala, casa de banho, voltar a ter uma casa.

3. Da primeira vez que se dirigiu a uma instituição como é que as coisas de passaram? Esperou muito tempo até se dirigir a ela? O que sentiu?

Entrevistado: Ainda esperei algum tempo para ver como as coisas corriam. Trabalho desde os 11 anos e agora estou nisto. Senti vergonha, com alívio e ajuda porque antes dormia numa garagem e agora durmo num quarto. O RSI foi o último recurso, não tinha

mais nada. Mas também não gosto que saibam que recebo RSI, afinal trabalho desde os 11 e nunca pensei estar nesta situação.

4. Na atualidade sente-se confortável quando se dirige a uma instituição?

Entrevistado: Agora sim. Não sinto vergonha porque é necessidade. Não ia roubar, mas mesmo assim, não gosto de espalhar a toda a gente. Estar na pobreza é tramado.

5. Pede ajudas facultativas (alimentares, financeiras) de forma regular ou ocasionalmente? Quais são as razões que invoca e o que faz quando o seu pedido não é aceite?

Entrevistado: Eu vou pedindo algumas coisas, afinal se pedimos é porque precisamos e eu não tenho mesmo dinheiro. Esta crise e a idade não me deixam grande alternativa. Ou acha que o dinheiro que ganho a guardar carros dá para alguma coisa? Ele vai logo. Quando não aceitam o meu pedido fico triste.

6. Pensa que atualmente poderia viver sem a ajuda de um(a) Assistente Social e do RSI? Porquê?

Entrevistado: Não, de modo algum. Não vivia sem eles. Então eu pago 140€ de quarto e fico com cerca de 20€ para comer o mês o todo, por isso vou arrumar carros. A Cozinha Económica está fechada ao fim de semana, logo não tenho onde fazer as refeições. Já passei fome, vivi numa garagem ao frio e à insegurança durante 8 meses.

III. Ritmos quotidianos, tempo livre, família

7. Quais as alterações mais significativas que ocorreram no seu quotidiano com o RSI? Por exemplo, está bem de saúde? Tem amigos ou tem a sensação de estar isolado? O seu ambiente/ estrutura familiar alterou-se?

Entrevistado: Só mantive relação com um filho dos seis que tenho. Os colegas de trabalho cumprimentam-me na rua e mais nada. Com isto tudo me meti no álcool e as coisas não correram bem. Divorciei-me e a minha família ficou desestruturada. A culpa é da minha ex-mulher que os põe contra mim. Após o divórcio entrei em depressão e comecei a ter ataques epiléticos.

8. O que costuma fazer atualmente ao longo do dia? Ontem e anteontem o que fez? O que costuma fazer à noite (ver televisão, ler...)? E antes? O que fazia?

Entrevistado: É impossível levar a vida que levava. Antes tinha dinheiro para ir ao cinema, ir ver a bola agora nem pensar nisso, mal para comer tenho. Agora vejo televisão, falo com as pessoas e vou estacionar carros.

IV. Trajetória residencial e relações sociais com os vizinhos

9. Durante este processo teve que mudar de casa? Se sim desde quando é que habita no seu novo alojamento e porque teve de mudar? Como era o tipo de habitação e de bairro do alojamento anterior e onde teve mais dificuldades em adaptar-se?

Entrevistado: Sim. Eu morava numa casa que pertencia à empresa onde trabalhava. A minha ex-mulher levou-me os eletrodomésticos, micro-ondas, máquina de lavar, tudo. Fui viver para casa da minha mãe, mas depois tive que sair e fui para uma garagem ao frio e à insegurança durante 8 meses, e agora vivo num quarto. Vivo da solidariedade. Se não fosse isso não sei o que seria feito da minha vida. Claro que preferia a minha antiga casa, mas até me adaptei ao quarto da pensão. As pessoas acabam por se habituar às coisas.

10. Na atualidade, o seu alojamento, imóvel, bairro agradam-lhe? Porquê?

Entrevistado: Sim. É melhor que a garagem onde morei. Ao menos é mais seguro e confortável, mas preferia, como já disse, voltar a ter uma casa, um espaço só meu.

11. Mantem relações de vizinhança? Com quem?

Entrevistado: Sim, falo com todos na pensão. Claro que ao início não era assim, mas com o passar do tempo vamos ganhando confiança.

12. Acha que o RSI trouxe alterações no seu alojamento?

Entrevistado: Não sei. Com o RSI tenho dinheiro para pagar um quarto.

V. Situação profissional

13. Aprendeu alguma profissão? Teve alguma formação?

Entrevistado: Eu trabalhei numa empresa e tenho o 9º ano de escolaridade, além das formações que já tirei desde que tenho o RSI.

14. Trabalhou? Onde? Quanto tempo?

Entrevistado: Eu trabalhei durante muitos anos, nem me lembro ao certo, talvez mais de vinte anos.

15. Acha que se encontrasse emprego a sua situação ficava melhor/resolvida?

Entrevistado: Sim, a minha situação melhorava. Pelo menos ganhava mais dinheiro e tinha liberdade para gastar o dinheiro onde quero. Não andava com tudo contado.

16. Quer encontrar emprego? Se sim o que faz para isso e quais são os entraves que encontra na procura de emprego? O RSI tem ajudado neste campo?

Entrevistado: Agora desejava ter uma reforma antecipada. Os entraves são a idade e a falta de emprego, se calhar também já me habituei a esta vida. Não há emprego ao menos que me deem a reforma. O RSI apenas ajuda no dia-a-dia, andei a tirar formações e nada.

VI. Perspetivas de futuro

17. Como é que vê o seu futuro e quais são as expetativas que tem para ele?

Entrevistado: Não tenho nenhuma expetativa. Vou continuar nesta situação. Não há emprego e enquanto não me derem a reforma continua tudo igual. Mas com este governo parece que vai esta a melhorar.

18. O que significa para si ter sucesso na vida?

Entrevistado: Ter dinheiro para ter liberdade de poder fazer o que quiser e ter saúde. Sem ela não fazemos nada.

Entrevista número 13

I. Informação sobre o entrevistado

- a) Género: Masculino
- b) Idade: 55 anos

II. Ligação aos serviços de ação social

1. Desde quando beneficia dos serviços de um(a) Assistente Social e em que domínios?

Entrevistado: Há cerca de 5 anos. Peço ajuda em trabalho, roupa, medicação e alimentação.

2. O que aconteceu para ter que requerer essa ajuda? Achava que seria algo temporário?

Entrevistado: Mais do mesmo: a minha firma faliu. Não. Achava que ia ser por muito pouco tempo. Mas se não o tivesse ia para a rua. Mas eu quero é trabalhar.

3. Da primeira vez que se dirigiu a uma instituição como é que as coisas de passaram? Esperou muito tempo até se dirigir a ela? O que sentiu?

Entrevistado: Ainda esperei algum tempo. Fiquei com desânimo, tristeza, zangado por não ter trabalho. Sempre trabalhei e de repente não tenho trabalho e estou a receber RSI. É lógico que fico triste e chateado. As pessoas acham que quem recebe RSI não quer trabalhar, mandam bocas, dizem que recebemos o dinheiro e que não queremos trabalhar.

4. Na atualidade sente-se confortável quando se dirige a uma instituição?

Entrevistado: Hoje em dia ainda sinto um bocado de vergonha. As pessoas parecem que estão sempre a olhar de lado para nós.

5. Pede ajudas facultativas (alimentares, financeiras) de forma regular ou ocasionalmente? Quais são as razões que invoca e o que faz quando o seu pedido não é aceite?

Entrevistado: Normalmente só peço ajuda quando preciso mesmo e é para alimentação, roupa e medicação. Quando não recebo o que pedi fico triste, mas só tenho que respeitar. Por isso é que preciso de trabalhar, assim já posso comprar as minhas coisas.

6. Pensa que atualmente poderia viver sem a ajuda de um(a) Assistente Social e do RSI? Porquê?

Entrevistado: Não. O RSI serve para pagar o quarto e sobra muito pouco. Se não fosse fazendo uns biscates para a dona da pensão estava tramado. Nem quero pensar.

III. Ritmos quotidianos, tempo livre, família

7. Quais as alterações mais significativas que ocorreram no seu quotidiano com o RSI? Por exemplo, está bem de saúde? Tem amigos ou tem a sensação de estar isolado? O seu ambiente/ estrutura familiar alterou-se?

Entrevistado: Não mantenho relações com os colegas de trabalho e tenho um ou outro amigo. Não tenho família por isso não altera nada. Em relação à saúde a coisa piorou porque esta situação não ajuda em nada. Às vezes sinto-me muito triste com isto tudo. O meu ambiente mudou. Antes vivia numa casa e agora vivo numa pensão.

8. O que costuma fazer atualmente ao longo do dia? Ontem e anteontem o que fez? O que costuma fazer à noite (ver televisão, ler...)? E antes? O que fazia?

Entrevistado: Atualmente, quando não trabalho, faço uns biscates e ando por ai a passear. Já nem a jogos de futebol vou. Agora poupo o dinheiro. Não vou para bares, cinemas, escolho comida da mais barata, não vou para o café gastar dinheiro só porque sim. Bebo só o meu café, falo um bocado com as senhoras de lá e vejo um bocado de televisão à noite. Claro que antes fazia mais coisas, ou pelo menos tinha mais liberdade para fazê-las, coisas tão simples como ir ao supermercado fazer compras.

IV. Trajetória residencial e relações sociais com os vizinhos

9. Durante este processo teve que mudar de casa? Se sim desde quando é que habita no seu novo alojamento e porque teve de mudar? Como era o tipo de habitação e de bairro do alojamento anterior e onde teve mais dificuldades em adaptar-se?

Entrevistado: Por causa da perda de emprego fiquei sem dinheiro para pagar a renda e tornei-me sem abrigo. Só consegui alugar um quarto quando comecei a receber RSI. Ao início, foi mais complicado adaptar-me, mas acho que é normal. As pessoas da pensão são boa gente e sempre é melhor que a rua.

10. Na atualidade, o seu alojamento, imóvel, bairro agradam-lhe? Porquê?

Entrevistado: Sim. A pensão tem boas condições, então depois das obras ficou muito melhor. Tenho casa de banho privativa, acesso à cozinha e um quarto com algum espaço e luz natural.

11. Mantem relações de vizinhança? Com quem?

Entrevistado: Sim, falo com quase todos que vejo que são boas pessoas e confiáveis.

12. Acha que o RSI trouxe alterações no seu alojamento?

Entrevistado: Sim, permitiu-me sair da rua para um quarto que inicialmente era noutra pensão.

V. Situação profissional

13. Aprendeu alguma profissão? Teve alguma formação?

Entrevistado: Eu tenho a quarta classe. Eu sou um faz tudo, sei um bocado de tudo e por isso é que me chamam para arranjar algumas coisas lá na pensão.

14. Trabalhou? Onde? Quanto tempo?

Entrevistado: Trabalho desde novo, mas o que durou mais foi o trabalho como padeiro durante mais de vinte anos. Depois venderam aquilo e os novos donos deram falência.

15. Acha que se encontrasse emprego a sua situação ficava melhor/resolvida?

Entrevistado: Claro que sim. Era encontrar emprego fixo e já arranjava a minha vida. Alugava uma casa com tudo incluído, mas não precisava de ser muito grande. Aí já podia arranjar uma miúda, porque não tem lógica ser sustentado por uma mulher. Eu é que tenho de a sustentar.

16. Quer encontrar emprego? Se sim o que faz para isso e quais são os entraves que encontra na procura de emprego? O RSI tem ajudado neste campo?

Entrevistado: Sim. Eu quero é trabalhar. Os entraves são a idade e escolaridade e procuro no jornal, falo com as pessoas, com a Assistente Social. Agora ando a trabalhar para a câmara através de um programa ocupacional, tal como já fiz antes. Agora que trabalho só penso que gostava de ficar efetivo, assim já tinha trabalho. O RSI não ajuda na procura de emprego.

VI. Perspetivas de futuro

17. Como é que vê o seu futuro e quais são as expetativas que tem para ele?

Entrevistado: Vou ficar igual. Quando acabar este trabalho vou ficar sem trabalho e volto ao RSI. Não há trabalho. Vem tenho vontade de trabalhar, mas não há.

18. O que significa para si ter sucesso na vida?

Entrevistado: Ter trabalho e, em consequência disso, ter dinheiro. Ter uma casa e quem sabe formar família

Apêndice 4: Análise vertical de cada entrevista

Quadro 12- Análise vertical da primeira entrevista

Tema	Indicadores	Unidades de registo
Ligação aos serviços de ação social	<p>Ficou desempregada e recorreu ao RSI, pensando que seria algo provisório;</p> <p>Esperou para se dirigir a uma instituição e sentiu vergonha quando se dirigiu pela primeira vez a uma, o que ainda se mantém atualmente;</p> <p>Pede ajudas de formas pontual e quando o pedido não é aceite fica triste;</p> <p>Considera que não vivia sem o RSI e as ajudas de um(a) Assistente Social;</p>	<p>Fiquei desempregada e recorri ao RSI;</p> <p>Achava que o RSI seria algo provisório e que depois ia arranjar emprego;</p> <p>Como é que vivia? O RSI é pouco, mas nem pensar; (...)</p> <p>até lá andei a ver no que dava;</p> <p>Senti um bocado de vergonha da primeira vez que vim cá; (...)</p> <p>mesmo assim sinto-me com vergonha;</p> <p>Aqui é Natal e Páscoa, e de vez em quando venho buscar pão quando me ligam; Quando o meu pedido não é aceite fico triste, mas não arranjo argumentos para vir cá; Não dá jeito nenhum.</p> <p>Como é que vivia? O RSI é pouco, mas nem pensar (...);</p>
Ritmos quotidianos	<p>Diminuição do círculo de amigos e piorou o estado de saúde; Nunca foi de socializar muito fora de casa e procura ocupações individuais;</p>	<p>(...) piorei da coluna, da tiroide, do estômago. Já andei a fazer tratamento psicológico (...)</p> <p>Até hoje não ando bem, estou sempre a pensar no dia de amanhã;</p> <p>(...) nós não temos amigos em lado nenhum;</p> <p>(...) não sou muito de sair. Nunca fui (...)</p> <p>Gosto de estar em casa a ver televisão, é uma companhia que temos;</p>
Espaço territorial	<p>Mudou de casa desde que ficou desempregada passando por uma</p>	<p>Mudamos porque (...) ficamos desempregados e não havia dinheiro para pagar a renda (...); (...)</p> <p>fomos morar para uma garagem (...)</p> <p>Um dia ligaram-me e arranjaram-me esta casa;</p>

	<p>garagem e agora habita numa casa camarária;</p> <p>Gosta da nova casa e adaptou-se bem nela, mantendo relações de vizinhança;</p> <p>Considera que o RSI trouxe alterações ao seu alojamento;</p>	<p>Gosto da casa (...); (...) é o que há e eu adapto-me em qualquer lado; (...) mantenho boas relações com eles; Como já disse mudei de casa e agora estou nesta mais pequena;</p>
Situação profissional	<p>Oscilou de trabalhos ao longo da vida;</p> <p>Atualmente faz pequenos trabalhos pontuais;</p> <p>Tem baixas qualificações;</p> <p>Tem motivação para encontrar emprego apesar de enumerar alguns entraves;</p> <p>O RSI não tem ajudado na procura de emprego;</p>	<p>Trabalhei sim até acabarem os contratos, depois começava outro; (...) vou fazendo umas horas nas senhoras sem ninguém saber de vez em quando;</p> <p>Nem escolaridade tenho;</p> <p>Eu quero, mas com a idade que tenho e sem habilitações nem se fala, mas gostava de arranjar emprego (...) Eu vou procurando às pessoas para arranjar as senhoras e vejo no jornal; (...) O RSI tem ajudado na ida às convocatórias, mas é só para explicarem as condições se arranjarmos trabalho;</p>
Expectativas de futuro	<p>Não pensa no futuro;</p> <p>Ter sucesso na vida passa por um trabalho;</p>	<p>O futuro é um dia de cada vez (...) a Deus pertence.</p> <p>Ter saúde, paz e dinheiro para gastar no que mais preciso e não faltar comer em casa e, claro, trabalhar;</p>

Quadro 13- Análise vertical da segunda entrevista

Tema	Indicadores	Unidades de registo
Ligação aos serviços de ação social	<p>Ficou desempregada e recorreu ao RSI e nunca pensou se seria provisório ou não;</p> <p>Esperou até se dirigir a uma instituição e sentiu vergonha quando se dirigiu a uma pela primeira vez, o que não se mantém atualmente;</p> <p>Pede ajudas de formas regular a várias instituições, racionalizando pelo estado de saúde, ficando triste quando o pedido não é aceite;</p> <p>Considera que não vivia sem o RSI e as ajudas de um(a) Assistente Social;</p>	<p>(...) fiquei desempregada (...) Deram-me o RSI porque não podia trabalhar e por isso nunca pensei nisso;</p> <p>Esperei um mês, tempo a ver se conseguia resolver as coisas; Na primeira vez senti-me acanhada (...) Agora já não (...) tenho qualquer problema (...);</p> <p>Sim, peço de forma regular. A razão é os meus problemas de saúde (...) Quando não é aceite fico triste; Aqui deram-me o cabaz de Natal e Páscoa. Recebo bens alimentares das Vicentinas e em Santa Clara todos os meses. Até hoje dão-me almoço numa instituição em São Martinho, porque eu fui lá perguntar; (...) não vivia sem a ajuda do RSI e das Assistentes Sociais.</p>
Ritmos quotidianos	<p>Diminuição do círculo de amigos, piorou o estado de saúde e teve mudanças na estrutura familiar;</p> <p>Anteriormente saia mais, mas agora procura ocupações maioritariamente individuais como ver televisão, mas também viaja por tempo indeterminado</p>	<p>Piorei o corpo e a mente. Sinto-me mais sozinha (...);</p> <p>A família teve alterações, a minha filha morreu e separei-me do meu marido; Antes saia mais, passeava mais (...) Atualmente vejo televisão, pinto umas louças de vez em quando (...) entro num autocarro e vou passear nele o que tempo que calhar e falo com as pessoas (...);</p>

	nos autocarros e fala com outras pessoas;	
Espaço territorial	Mudou de casa desde que ficou desempregada; Prefere a nova casa e adaptou-se melhor nela, mantendo relações de vizinhança; Considera que o RSI não trouxe alterações ao seu alojamento;	Tive que mudar (...); Agradam, porque tem mais condições que a outra; Cá melhorei porque deixei de ter e ver coisas; Tenho uma boa vizinha que é como uma irmã para mim; Não;
Situação profissional	Oscilou de trabalhos ao longo da vida; Tem baixas qualificações; Não tem motivação para encontrar emprego, justificando pelo estado de saúde;	Fui trabalhando até acabarem os contratos; (...) tenho a quarta classe (...); Não quero encontrar emprego. As dificuldades são muito grandes. A minha saúde impede-me de trabalhar;
Expectativas de futuro	Não pensa no futuro; Ter sucesso na vida passa por ter liberdade;	O futuro Deus o dirá; (...) Uma vida sem dor. Depois era ter alguma coisa para o dia-a-dia e viver bem (...) Uma vida com sucesso era ter liberdade na vida;

Quadro 14- Análise vertical da terceira entrevista

Tema	Indicadores	Unidades de registo
Ligação aos serviços de ação social	<p>Já tinha beneficiado dos serviços de um(a) Assistente Social anteriormente, mas ficou doente e recorreu ao RSI, achando que seria algo transitório;</p> <p>Esperou até se dirigir a uma instituição e sentiu vergonha quando se dirigiu a uma, o que ainda se mantém atualmente;</p> <p>Pede ajudas de formas pontual e quando o pedido não é aceite fica triste;</p> <p>Considera que não vivia sem o RSI e as ajudas de um(a) Assistente Social;</p>	<p>Já beneficiei antes de pedir o RSI; (...) depois fiquei doente (...) achei que seria por pouco tempo; Esperei uns oito nove meses, porque também não sabia como ia ser tratada (...) Tive muita vergonha e até chorei; Agora já não me sinto tão constrangida, mas há sempre uma vergonha; Normalmente peço ajudas mais a nível alimentar de forma ocasional (...) A razão é não ter mesmo (...)</p> <p>Quando o meu pedido não é aceite fico triste (...);</p> <p>Não conseguia viver sem as ajudas do RSI e das Assistentes Sociais;</p>
Ritmos quotidianos	<p>Diminuição do círculo de amigos, apresentando uma descrença nas amizades. Piorou de saúde e tem relações familiares conflituosas; Anteriormente saía mais, mas agora já não sai com tanta</p>	<p>Piorei de saúde. Fiz mais cirurgias agora (...); Já não acredito em amizades, estou muito desiludida com a vida; A minha filha mais velha ficou muito revoltada com a minha a separação (...). Hoje em dia não tenho uma boa relação com ela por causa dela; Antes saía mais. Costumava passear pela baixa (...) também devido ao meu marido, não saio tanto (...) vejo televisão para me entreter;</p>

	frequência e procura ocupações individuais;	
Espaço territorial	<p>Mudou de casa desde que ficou desempregada e agora habita numa casa social;</p> <p>Não gosta da nova habitação, sendo que ainda não se adaptou a ela e não mantém relações de vizinhança;</p> <p>Considera que o RSI não trouxe alterações ao seu alojamento;</p>	<p>Foi sair do céu para ir para o inferno (...). Até chorei quando a vi e me lembrei da casa de antes (...). Ainda hoje não estou adaptada e já lá estou há uns cinco anos; (...) Bom dia e boa tarde se me disserem a mim;</p> <p>Não. Eu mudei de casa e agora não consigo fazer obras com o dinheiro que recebo;</p>
Situação profissional	<p>Oscilou de trabalhos ao longo da vida;</p> <p>Tem algumas qualificações;</p> <p>Tem alguma motivação para encontrar emprego, mas coloca entraves;</p> <p>O RSI não tem ajudado na procura de emprego;</p>	<p>Seguido nunca trabalhei (...); Eu tenho o nono ano e há uns anos tirei um curso de geriatria (...); (...) Quero encontrar emprego, mas primeiro queria melhorar de saúde e sair daquela casa e ambiente (...); O RSI nunca me ajudou na procura de emprego (...);</p>
Expectativas de futuro	<p>Não tem expectativas no futuro; Ter sucesso na vida passa por ter a família unida, ter emprego estabilidade financeira;</p>	<p>Não vejo expectativas. Vejo a minha vida tão triste (...); Ser feliz, ter a família unida, ver a minha neta, ter estabilidade financeira e ter um emprego;</p>

Quadro 15- Análise vertical da quarta entrevista

Tema	Indicadores	Unidades de registo
Ligação aos serviços de ação social	<p>Ficou desempregado e recorreu ao RSI, pensando que não seria provisório, uma vez que o país estava em crise;</p> <p>Dirigiu-se logo a uma instituição e ao início teve vergonha, sentimento que não se mantém atualmente;</p> <p>Pede ajudas de forma regular a instituições, ancorando-se na crise económica, aceitando quando o seu pedido não é aceite;</p> <p>Considera que não vivia sem o RSI e as ajudas de um(a) Assistente Social;</p>	<p>Fiquei desempregado e tinha a certeza que não ia arranjar emprego porque não havia, era e é o tempo da crise; Fui logo (...) O que senti? Vergonha e tristeza;</p> <p>Benefício dos serviços de uma Assistente Social há cinco ou seis anos (...) Aqui sou apoiado desde 2017; (...) ainda vou pedindo (...) Não me sinto incomodado ao pedir (...); As razões que dou são o não ter mesmo. Ainda poderia ter se trabalhasse, mas não há emprego como é que iria ter as coisas? (...) daqui costumo receber roupa, alimentação, algum calçado e recebi o cabaz de Natal. Agora só recebo na Páscoa; Quando (...) não é aceite não é, é porque não tenho direito; Apenas sobreviria;</p>
Ritmos quotidianos	<p>Diminuição do círculo de amigos, considerando mesmo que não tem amigos, o seu estado de saúde piorou e não mantém relações com a família;</p> <p>Anteriormente conseguia viajar e ouvir rádio, agora procura ocupações individuais;</p>	<p>(...) não tenho nenhum amigo (...) a falta do dinheiro apoquentou o estado da cabeça (...) Talvez tenha depressão (...) Sou divorciado e os meus filhos não se relacionam comigo (...) talvez seja melhor assim; Antes viajava para Moçambique (...) Antes ouvia rádio e agora já não tenho um. Agora vejo muita televisão para me ocupar (...) costumo ler;</p>

Espaço territorial	<p>Mudou de casa desde que ficou desempregado passando por uma casa abrigo e agora vive num quarto, numa pensão;</p> <p>Não gosta da nova habitação, mas considera que se adaptou ao local e só mantém relações de vizinhança com um senhor;</p> <p>Considera que o RSI trouxe alterações ao seu alojamento;</p>	<p>Enquanto trabalhava morava numa casa alugada (...) fui para uma casa abrigo (...) Agora vivo num quarto, mas adaptei-me à mesma; (...) não me agrada o local; Só com um senhor. O resto é bom dia e só;</p> <p>Permitiu-me sair da casa abrigo e ir para um quarto;</p>
Situação profissional	<p>Oscilou de trabalhos ao longo da vida;</p> <p>Tem algumas qualificações;</p> <p>Tem alguma motivação para encontrar emprego, mas coloca entraves;</p> <p>O RSI não tem ajudado na procura de emprego;</p>	<p>(...) tenho o 12º ano (...); Fui trabalhando (...); Sim. Faça qualquer coisa. Os entraves são a idade e também não há emprego (...) O RSI só ajuda a viver, dá dinheiro. O centro de emprego é que ajuda;</p>
Expectativas de futuro	<p>Acha que o futuro vai piorar;</p> <p>Ter sucesso na vida é relativo;</p>	<p>Acho que vai piorar, só pode (...);Ter sucesso na vida é relativo. Mas pode ser estar bem com a vida, ter bem-estar, felicidade, trabalho;</p>

Quadro 16- Análise vertical da quinta entrevista

Tema	Indicadores	Unidades de registo
Ligação aos serviços de ação social	<p>Ficou desempregado e recorreu ao RSI, pensando que não seria provisório, uma vez que considera já não ter idade para trabalhar; Esperou para se dirigir a uma instituição e ao início teve alguma reticência, o que não se mantém atualmente;</p> <p>Pede ajudas de forma regular a instituições, racionalizando pela saúde e no facto de os serviços fecharem ao fim-de-semana, anuindo quando o pedido não é aceite, mas culpabiliza a Assistente Social por não ter recebido a ajuda no Natal passado;</p> <p>Considera que não vivia sem o RSI e as ajudas de um(a) Assistente Social até à reforma;</p>	<p>Fiquei desempregado (...) Achava e acho que o RSI vai ser até à reforma porque já não tenho idade para trabalhar; Esperei meio ano (...) a primeira vez custa sempre; (...) já estou habituado. Agora já estou inserido no meio;</p> <p>Antes ia à AMI ao médico, mas ele saiu de lá e já não vou lá; (...) peço alimentação porque ao fim de semana não há nada e a cozinha económica fecha. Preciso mesmo de pedir, se não como fazia com a medicação (...) pedi aqui e não me deram. Acho que a culpa é da nova Assistente Social (...).</p> <p>Quando o pedido não é aceite calo-me, não vale a pena; (...) Até à reforma não. O RSI é pouco, mas sempre ajuda até porque já não tenho reservas;</p>
Ritmos quotidianos	<p>Diminuição do círculo de amigos, considerando mesmo que não tem amigos e não mantém relações com a família;</p> <p>Anteriormente estava mais ocupado, agora procura ocupações individuais;</p>	<p>Antes havia amigos e hoje só há conhecidos (...) não me dava muito com a família, mas agora piorou. Já não tenho contactos com eles;</p> <p>Quando trabalhava andava ocupado (...) Agora vejo muito mais televisão porque tenho mais tempo (...);</p>

<p>Espaço territorial</p>	<p>Mudou de casa desde que ficou desempregado passando por uma casa abrigo e agora está num quarto, numa pensão;</p> <p>O quarto agrada-lhe e mantém relações de vizinhança;</p> <p>Considera que o RSI trouxe alterações ao seu alojamento;</p>	<p>Agora vivo num quarto e antes estive na casa abrigo e antes disso tinha a minha casa que deixei de conseguir pagar a renda (...);</p> <p>Sim. Ao fim de cinco anos uma pessoa habitua-se; Agora falo com todos, com o tempo uma pessoa habitua-se;</p> <p>Permitiu-me alugar um quarto e sair da casa abrigo;</p>
<p>Situação profissional</p>	<p>Trabalhou muitos anos na mesma empresa;</p> <p>Tem baixas qualificações;</p> <p>Tem muito pouca motivação para encontrar emprego e coloca entraves;</p> <p>O RSI não tem ajudado na procura de emprego;</p>	<p>Eu tenho o antigo 7º ano do liceu (...); Trabalhei durante vinte e tal anos na empresa (...); Até desejo, mas resta saber que emprego é. Tem de ser algo que se coaduna comigo, na minha área (...) O entrave é a idade, afinal estou à beira da reforma; O RSI só ajuda no dia-a-dia, não na procura de emprego;</p>
<p>Expectativas de futuro</p>	<p>Acha que o futuro é a reforma;</p> <p>Ter sucesso na vida é ser feliz;</p>	<p>O futuro é a reforma; Em primeiro lugar ser feliz, o resto é por acréscimo (...) O trabalho é relativo (...) Mas para ser feliz era trabalhar e, especialmente, ter dinheiro;</p>

Quadro 17- Análise vertical da sexta entrevista

Tema	Indicadores	Unidades de registo
Ligação aos serviços de ação social	<p>Antes de receber o RSI já beneficiava dos serviços de um(a) Assistente Social, mas só requereu RSI quando ficou desempregada, achando que seria para toda a vida porque não há emprego;</p> <p>Esperou um pouco até se dirigir a uma instituição, mas nunca sentiu vergonha;</p> <p>Pede ajudas de forma regular, racionalizando pelo marido doente e quando o pedido não é aceite pede de novo ou fica triste;</p> <p>Considera que não vivia sem o RSI e as ajudas de um(a) Assistente Social;</p>	<p>Desde 2002, mas só pedi o RSI em 2013; Fiquei desempregada e achei que o RSI seria para toda a vida. Não há emprego;</p> <p>Esperei um pouco; Sim, sempre me senti confortável; Peço de vez em quando, quando estou apertada (...) mas agora até peço mais porque o meu marido está doente. Peço roupa, alimentos, medicação (...) Quando não é aceite peço de volta, ou fico triste porque há para uns e não há para outros; (...) o RSI não dá para sobreviver (...);</p>
Ritmos quotidianos	<p>Diminuição do círculo de amigos;</p> <p>Anteriormente, lia um livro e ia ao café, agora procura ocupações individuais;</p>	<p>Antes tinha mais amigos, agora não tenho amigos; Antes ia do trabalho para casa. Lia um livro e ia ao café. Agora (...) ouço música brasileira e vejo televisão como companhia;</p>
Espaço territorial	<p>Não mudou de casa desde que requereu o RSI;</p> <p>O seu espaço habitacional agrada-lhe, apesar de não manter relações de vizinhança;</p> <p>Considera que o RSI não trouxe alterações ao seu alojamento;</p>	<p>Não. Eu pedi ajuda para uma casa mal cheguei a Portugal;</p> <p>Sim, agrada-me; (...) não mantenho relações com ninguém;</p> <p>Não, continua tudo igual;</p>

Situação profissional	Oscilou de trabalho ao longo da vida; Tem baixas qualificações; Tem alguma motivação para encontrar emprego, mas coloca entraves; O RSI não tem ajudado na procura de emprego;	(...) Tenho o 4ºano; Trabalhei até os contratos acabarem (...); Sim, vou ao Centro de Emprego. As dificuldades são a minha idade e o facto de não haver emprego; (...) O RSI não ajuda muito na procura de emprego;
Expectativas de futuro	Não tem expectativas para o futuro; Ter sucesso na vida é vencer na vida;	Nem sei do meu futuro (...); Vencer na vida. Lutar para não depender de ninguém. Trabalhar, ter uma casa, pagar água e luz, sair para me divertir;

Quadro 18- Análise vertical da sétima entrevista

Tema	Indicadores	Unidades de registo
Ligação aos serviços de ação social	Ficou desempregada e recorreu ao RSI, pensando que seria algo transitório; Esperou até se dirigir a uma instituição, mas não sentiu vergonha; Pede ajudas de forma regular racionalizando-as pela saúde e procura vários serviços. Quando o pedido não é aceite fica triste; Considera que não vivia sem o RSI e as ajudas de um(a) Assistente Social;	Trabalhava na loja do cidadão há cinco, mas tive que me ausentar de Coimbra (...) Pensava que ao fim de dois meses voltava a organizar a minha vida; (...) por isso esperei. Senti que precisava e tinha que ser. (...); Sim, não tenho conflitos. Se precisamos temos que nos dirigir a elas; Peço sim. Peço alimentação, medicação, para contas grandes da luz, roupa, procuro os sítios que me podem ajudar (...) Quando não é aceite fico triste (...) As razões que dou é não ter mesmo, sabe que a minha saúde também já teve melhores dias; Não vivia sem ele;

<p>Ritmos quotidianos</p>	<p>Diminuição do círculo de amigos, piorou o estado de saúde e a estrutura familiar alterou-se;</p> <p>Anteriormente convivia com os amigos. Agora vai ao café, referindo o peso do olhar dos outros, vê televisão e passeia de autocarro;</p>	<p>Eu piorei de saúde, acho que fiquei com depressão (...) Antes tinha mais amizades (...) A minha família mudou porque me divorciei (...) A nossa relação piorou; Enquanto trabalhava convivia com os meus amigos e pronto. Agora vou beber um café, mas há pessoas que reparam e falam porque recebo o RSI. Também vou dar um passeio no autocarro e vejo televisão;</p>
<p>Espaço territorial</p>	<p>Mudou de casa desde que voltou a Coimbra, viveu em casa de um filho, num quarto e agora divide casa com um senhor e teve mais dificuldade em adaptar-se na casa onde morava com o marido;</p> <p>O alojamento atual não lhe agrada e não mantém relações de vizinhança;</p> <p>Acha que o RSI não trouxe alterações ao seu alojamento;</p>	<p>Sim. Quando voltei para Coimbra fui para um quarto e agora moro nesta casa há 4 anos e que é dividida com outro senhor (...); Tive mais dificuldade em adaptar-me no Ingote por causa do diz que disse. Antes de ir morar para esta casa onde estou ainda estive em casa do meu filho; Não (...) A anterior tinha mais condições. Esta é dividida também; (...) Só falo se falarem comigo (...); Acho que não;</p>
<p>Situação profissional</p>	<p>Oscilou de trabalho ao longo da vida;</p> <p>Tem poucas qualificações;</p> <p>Tem alguma motivação para encontrar emprego e coloca entraves;</p> <p>O RSI não ajuda na procura de emprego;</p>	<p>(...) Fui trabalhando aqui e ali; (...) tenho o 4º ano; Eu gostava até gostava e vai não vai vejo no jornal e procuro às pessoas. Os problemas são a minha idade, a minha saúde, o não ter carta de condução (...); No RSI apenas me mandam para formações onde pagam o almoço e acabou;</p>

Expectativas de futuro	Não imagina o seu futuro; Ter sucesso na vida passa por ter paz, saúde e trabalho;	. Sei lá como o vejo. Nem o imagino (...); Uma vida de sucesso era ter paz, saúde, ter emprego;
-------------------------------	---	--

Quadro 19- Análise vertical da oitava entrevista

Tema	Indicadores	Unidades de registo
Ligação aos serviços de ação social	Divorciou-se e recorreu ao RSI, sabendo que não ia ser provisório; Dirigiu-se logo a uma instituição e não viu qualquer entrave; Pede ajudas de forma ocasional, tem conhecimento de vários serviços e nunca teve um pedido negado; Considera que não vivia sem o RSI e as ajudas de um(a) Assistente Social;	Desde o divórcio. Não, porque o meu filho é autista e ia ter dificuldade em arranjar emprego; (...) Não tenho vergonha ou procurava ajuda ou não tinha hipótese; Ocasionalmente. Tenho o rendimento muito contado. Se alguma conta chega mais alta eu vou a uma instituição e peço ajuda. Mas até à data não tive nada recusado porque tudo fica comprovado; (...) Estou simplesmente dependente (...);
Ritmos quotidianos	Diminuição do círculo de amigos; Anteriormente ia de férias, passear, andar de carro e agora procura ocupações individuais;	(...) círculo de amigos também diminuiu (...); A vida social mudou, já não vamos para férias, não vou ao shopping, não passeamos (...); Agora dedico-me ao meu filho. Antes ia ao cinema, ia dar uma volta de carro que agora está parado, vejo televisão, uso a internet, faço renda e vou vendendo uns bolos a amigos;

Espaço territorial	Mudou de casa desde que requereu RSI; Gosta da nova habitação, todavia considera que teve dificuldade em adaptar-se ao local, apesar de manter relações de vizinhança; Considera que o RSI trouxe alterações ao seu alojamento;	Sim (...) Fui para um T0. Antes morava num T3 na Figueira e tive mais dificuldade em adaptar-me neste T0; Sim. É muito pequena mas até está bem localizada; Sim, muito boas. Nós damo-nos bem (...); Foi dentro do que pude arrendar. Pago 250 euros de renda;
Situação profissional	Trabalhou durante treze anos; Tem qualificações; Tem alguma motivação para encontrar emprego, mas coloca entraves; O RSI não tem ajudado na procura de emprego;	Eu tenho uma Licenciatura em Serviço Social (...) Mestrado em empreendedorismo, tenho formação de formadores. Só me falta o doutoramento; Trabalhei 10 anos como gerente de loja (...) três anos como Assistente Social na Figueira e mais três meses como Técnica Social (...); Precisava de um emprego com disponibilidade em termos de horário por causa dele. Ainda agora concorri para a Cáritas (...) Vejo anúncios na internet para procurar emprego (...); O RSI não ajuda muito na procura de emprego (...);
Expectativas de futuro	Não vê um futuro diferente; Ter sucesso na vida é ter saúde e paz;	Não se avizinha muito melhor do que isto (...); Estar em paz e ter saúde, neste momento (...).

Quadro 20- Análise vertical da nona entrevista

Tema	Indicadores	Unidades de registo
Ligação aos serviços de ação social	<p>Ficou desempregada e recorreu ao RSI, considerando que a situação é temporária;</p> <p>Esperou um bocado até se dirigir a uma instituição e não viu qualquer entrave;</p> <p>Pede ajudas de forma ocasional e nunca teve um pedido negado;</p> <p>Considera que não vivia sem o RSI e as ajudas de um(a) Assistente Social;</p>	<p>Tive que me despedir do meu trabalho por causa do mau ambiente (...); (...) ainda penso que vou conseguir trabalho e mudar a situação, por isso é temporário;</p> <p>A primeira vez não senti vergonha, receberam-me bem e atenderam-me bem; (...) só peço de vez em quando (...); Peço produtos alimentares para o pequeno almoço (...) As razões que dou são o não ter dinheiro para comprar alimentos. Nunca tive um pedido negado; Não conseguia viver;</p>
Ritmos quotidianos	<p>Considera que atualmente tem mais amigos, que teve uma melhora do estado de saúde e afastou-se da família;</p> <p>Considera que a rotina se manteve idêntica;</p>	<p>A minha saúde melhorou (...) Agora tenho mais amigos (...)</p> <p>Em relação à família houve um afastamento (...); A minha rotina é quase idêntica. Tento ocupar-me porque não gosto de estar parada (...) Tento sair de casa e falar com os outros, conviver mais com as pessoas (...);</p>
Espaço territorial	<p>Mudou de casa desde que ficou desempregada, foi para casa de um amigo e agora está a viver num quarto, numa pensão;</p> <p>Gosta da sua habitação e sente-se adaptada no seu alojamento, mantendo relações de vizinhança; Considera que o RSI trouxe alterações no seu alojamento;</p>	<p>Eu tive que mudar (...) Depois fui para casa de um amigo, mas agora estou a viver num quarto; (...)gosto do ambiente; (...) Adapto-me muito bem às coisas (...); Sim, falo com todos; Sim, porque consegui ter dinheiro para pagar o quarto;</p>

<p>Situação profissional</p>	<p>Oscilou de trabalhos ao longo da vida; Tem baixas qualificações; Tem motivação para encontrar emprego, referindo alguns entraves; O RSI não tem ajudado na procura de emprego;</p>	<p>(...) tenho o sexto ano (...);Trabalhei em casa de médicos (...)daí saí para um restaurante durante um ano, estive na Santix sete anos, depois fui para um café no Dolce Vita (...)e último foi no restaurante onde estive cinco anos; Sim, quero, não tenha dúvida. Quero acabar o curso de técnica de vendas que estou a tirar e ir distribuir currículos por aí (...) Agora o que faço é ver no jornal, perguntar às pessoas, distribuo currículos. Os problemas são as cunhas que há hoje em dia, o olharem uma pessoa de alto a baixo e dizerem que não querem, que não tenho o perfil pretendido, o não ter carta de condução; O RSI não ajuda na procura de emprego.</p>
<p>Expectativas de futuro</p>	<p>Não pensa no futuro, mas espera que melhore; Ter sucesso na vida passa por ser chefe dela mesma;</p>	<p>Não penso no futuro (...) mas espero que melhore, pelo menos financeiramente, espero ter uma casa social até ao fim do ano e ter trabalho; (...) Gostava de ter o meu próprio trabalho, ser chefe de mim mesma (...);</p>

Quadro 21- Análise vertical da décima entrevista

Tema	Indicadores	Unidades de registo
Ligação aos serviços de ação social	<p>Ficou desempregada e recorreu ao RSI, achando que seria algo provisório;</p> <p>Esperou até se dirigir a uma instituição sentindo vergonha quando se dirigiu a uma pela primeira vez, o que se mantém atualmente;</p> <p>Pede ajudas de forma ocasional e quando o pedido não é aceite respeita;</p> <p>Considera que vivia sem o RSI e as ajudas de um(a) Assistente Social;</p>	<p>Fiquei desempregada e achei que seria só durante aquele um ano (...); Demorei algum tempo (...) Tinha vergonha, fiquei intimidada; (...) continuo a sentir vergonha (...); Só peço de vez em quando para alimentação e roupa (...) quando não aceitam, não vou andar à guerra com ninguém ou obrigar alguém. As razões são as dificuldades, o não ter; Conseguia porque tenho mãos e pernas para trabalhar (...);</p>
Ritmos quotidianos	<p>Diminuição do círculo de amigos e o estado de saúde piorou;</p> <p>Anteriormente saia mais, agora ouve música e faz voluntariado;</p>	<p>Quando trabalhava não tinha doenças e agora tenho. Uma pessoa fica mais stressada com o fim do mês, é a preocupação. Antes achava que tinha amigos, mas temos mais inimigos do que amigos (...); Antes passeava, agora já não e almoçava fora. No dia-a-dia venho para aqui fazer voluntariado, ouço música para me distrair (...);</p>
Espaço territorial	<p>Não mudou de casa desde que requereu o RSI;</p> <p>Está acostumada ao seu alojamento e mantém relações de vizinhança dentro do possível;</p>	<p>Não, estou no mesmo sítio (...); Sim, é o que tenho (...); (...) Aquilo é uma aldeia e não tenho muitos vizinhos:</p>

	Considera que o RSI não trouxe alterações ao seu alojamento;	Não, porque o RSI não dá para nada (...);
Situação profissional	Oscilou de empregos ao longo da vida; Tem baixas qualificações; Tem motivação para procurar emprego, mas apresenta entraves e critica quem se acomodou a viver do RSI; O RSI não tem ajudado na procura de emprego;	(...) estou agora a fazer a quarta classe (...); (...) Trabalhei até os contratos acabarem; Nem que fosse para limpeza, uma coisa qualquer (...) Não sou como aqueles que ficam dependentes do RSI e que estão o dia todo no café; Os entraves são a escolaridade (...) Eu procuro emprego pelos classificados, vejo os anúncios. No centro de emprego não se acha nada. O RSI não ajuda no emprego (...);
Expectativas de futuro	Não sabe como será o futuro; Ter sucesso na vida passa por trabalhar e dar condições aos filhos;	Não sei responder, o tempo o dirá (...); Acabar a formação e arranjar trabalho para ser feliz. Dar o mínimo de condições aos meus filhos (...);

Quadro 22- Análise vertical da décima primeira entrevista

Tema	Indicadores	Unidades de registo
Ligação aos serviços de ação social	Ficou desempregado e recorreu ao RSI achando que seria algo temporário; Dirigiu-se logo a uma instituição, sentindo-se constrangido da primeira vez, sentimento que não se mantém atualmente;	Fiquei desempregado e achei que o RSI seria mesmo temporário (...); Não esperei, fui logo (...) Senti-me constrangido (...); Acabei por me habituar (...); Ainda peço algumas vezes (...) Até agora nunca me negaram o que pedi. Também sou verdadeiro, não engano ninguém. As razões que dou são a carência económica; Recebo alimentos, o

	<p>Pede ajudas de forma regular, referindo a sua honestidade;</p> <p>Considera que não vivia sem o RSI e as ajudas de um(a) Assistente Social;</p>	<p>cabaz de Natal e de Páscoa (...); Não, não tinha hipótese (...) Sem o RSI não tinha quarto e vivia na rua;</p>
Ritmos quotidianos	<p>A saúde piorou e houve um afastamento da família;</p> <p>Anteriormente estudava e trabalhava e agora faz mais coisas no seu dia-a-dia, mas procura ocupações individuais;</p>	<p>A saúde não tem estado bem (...) A família afastou-se e também houve um afastamento (...);</p> <p>Agora vejo mais televisão, limpo a casa, leio jornais, uma revista, ouço música, vou à internet. Agora faço mais coisas, porque tenho mais tempo (...);</p>
Espaço territorial	<p>Mudou da casa desde que ficou desempregado, foi para um quarto alugado numa casa, sendo que mudou várias vezes de quarto;</p> <p>O seu alojamento atual, agrada-lhe e mantém relações de vizinhança, tendo-se adaptado;</p> <p>Considera que o RSI trouxe alterações ao seu alojamento;</p>	<p>Saí da casa em que morava com a minha mulher (...). Depois fui saltitando pelos quartos (...); a minha adaptação é fácil. Eu adapto-me às coisas; Sim, porque a casa tem condições mais que mínimas (...); Mantenho uma relação cordial (...); Sim, porque a trabalhar era capaz de ter um apartamento só para mim. O RSI só permite pagar um quarto e a preço baixo;</p>
Situação profissional	<p>Oscilou de trabalhos ao longo da vida;</p> <p>É quase licenciado;</p>	<p>Trabalhei até os contratos acabarem, de forma pontual em vários sítios (...); (...) só preciso de fazer quarto cadeiras para me licenciar em Medicina (...);</p>

	<p>Tem motivação para procurar emprego, mas enumera alguns entraves;</p> <p>O RSI não tem ajudado na procura de emprego;</p>	<p>Adorava. Procuo ativamente emprego através do gabinete de inserção profissional, mando currículos. Os entraves são a idade, o dizerem que não tenho o perfil adequado, ter a carta de condução caducada. O RSI não tem ajudado no emprego (...);</p>
Expectativas de futuro	<p>Não pensa no futuro;</p> <p>Ter sucesso na vida passa por ser feliz e ter o básico;</p>	<p>Não penso no futuro, vivo o dia-a-dia. Se pensar no futuro na forma como vivo agora entro em depressão e não vale a pena (...); Ser feliz. Ter o básico: saúde, casa, alimentação, o mínimo para viver. Também queria uma companheira para viver o resto do tempo, uma família.</p>

Quadro 23- Análise vertical da décima segunda entrevista

Tema	Indicadores	Unidades de registo
Ligação aos serviços de ação social	<p>Ficou desempregado e recorreu ao RSI achando que seria algo temporário;</p> <p>Esperou algum tempo até se dirigir a uma instituição e sentiu um misto de vergonha e alívio. Atualmente sente-se confortável quando se dirige a uma instituição;</p> <p>Pede ajudas de forma regular e racionaliza as várias ajudas que recebe. Quando o seu pedido não é aceite fica triste;</p> <p>Considera que não vivia sem o RSI e as ajudas de um(a) Assistente Social;</p>	<p>Fui despedido (...); (...) Achava que ia ser temporário, que passados uns tempos ia conseguir arranjar trabalho (...); Ainda esperei algum tempo para ver como as coisas corriam (...) Senti vergonha, com alívio e ajuda (...); Agora sim. Não sinto vergonha porque é necessidade (...); Eu vou pedindo algumas coisas, afinal se pedimos é porque precisamos e eu não tenho mesmo dinheiro. Esta crise e a idade não me deixam grande alternativa (...). Quando não aceitam o meu pedido fico triste; Não, de modo algum. Não vivia sem eles (...);</p>

Ritmos quotidianos	<p>Diminuição do círculo de amigos, a saúde piorou e houve um afastamento da família;</p> <p>Anteriormente ia ao cinema e ver o futebol. Agora vê televisão, fala com as pessoas e estaciona carros;</p>	<p>Só mantive relação com um filho dos seis que tenho. Os colegas de trabalho cumprimentam-me na rua e mais nada (...) entrei em depressão e comecei a ter ataques epiléticos;</p> <p>Antes tinha dinheiro para ir ao cinema, ir ver a bola (...). Agora vejo televisão, falo com as pessoas e vou estacionar carros;</p>
Espaço territorial	<p>Mudou de casa desde que ficou desempregado, foi para casa da mãe, para uma garagem e agora vive num quarto, numa pensão;</p> <p>Gosta do seu alojamento e sente-se adaptado (mas preferia ter um espaço só dele) e mantém relações de vizinhança;</p> <p>Não sabe se o RSI trouxe alterações ao seu alojamento, apesar de referir que permitiu alugar um quarto;</p>	<p>Eu morava numa casa que pertencia à empresa onde trabalhava (...) Fui viver para casa da minha mãe, mas depois tive que sair e fui para uma garagem (...) agora vivo num quarto; (...) até me adaptei ao quarto da pensão. As pessoas acabam por se habituar às coisas;</p> <p>Sim. É melhor que a garagem onde morei (...) mas preferia (...) voltar a ter uma casa, um espaço só meu; Sim, falo com todos na pensão (...); Não sei. Com o RSI tenho dinheiro para pagar um quarto;</p>
Situação profissional	<p>Trabalhou durante muitos anos na mesma empresa;</p> <p>Tem algumas qualificações profissionais;</p>	<p>Eu trabalhei durante muitos anos, nem me lembro ao certo (...); (...) tenho o 9º ano de escolaridade;</p>

	<p>Não tem motivação para procurar emprego, pretendendo a reforma, referido a escassez de emprego e a habituação à situação;</p> <p>O RSI não tem ajudado na procura de emprego;</p>	<p>Agora desejava ter uma reforma antecipada. Os entraves são a idade e a falta de emprego, se calhar também já me habituei a esta vida. Não há emprego ao menos que me deem a reforma. O RSI apenas ajuda no dia-a-dia (...);</p>
Expectativas de futuro	<p>Não tem expetativas de futuro até lhe darem a reforma;</p> <p>Ter sucesso na vida passa por ter dinheiro para ter liberdade;</p>	<p>Não tenho nenhuma expetativa (...) enquanto não me derem a reforma continua tudo igual (...); Ter dinheiro para ter liberdade de poder fazer o que quiser e ter saúde (...);</p>

Quadro 24- Análise vertical da décima terceira entrevista

Tema	Indicadores	Unidades de registo
Ligação aos serviços de ação social	<p>Ficou desempregado e recorreu ao RSI, pensando que seria algo temporário;</p> <p>Esperou algum tempo até se dirigir a uma instituição pela primeira vez e sentiu-se frustrado. Atualmente continua a sentir vergonha, referindo o estigma por parte das outras pessoas;</p>	<p>(...) A minha firma faliu (...) Achava que ia ser por muito pouco tempo (...); Ainda esperei algum tempo. Fiquei com desânimo, tristeza, zangado (...); Hoje em dia ainda sinto um bocado de vergonha (...); (...) acham que quem recebe RSI não quer trabalhar, mandam bocas, dizem que recebemos o dinheiro e que não queremos trabalhar (...);</p>

	<p>Pede ajudas de forma ocasional, ficando triste quando o pedido não é aceite;</p> <p>Considera que não vivia sem o RSI e as ajudas de um(a) Assistente Social;</p>	<p>Normalmente só peço ajuda quando preciso mesmo e é para alimentação, roupa e medicação. Quando não recebo o que pedi fico triste, mas só tenho que respeitar (...); Não. O RSI serve para pagar o quarto e sobra muito pouco (...);</p>
Ritmos quotidianos	<p>Diminuição do círculo de amigos e a saúde piorou;</p> <p>Anteriormente tinha mais liberdade para fazer as coisas, mas agora vai ao café, vê televisão e faz uns trabalhos pontuais;</p>	<p>Não mantenho relações com os colegas de trabalho e tenho um ou outro amigo (...). Em relação à saúde a coisa piorou (...); (...) quando não trabalho, faço uns biscates e ando por aí a passear. Já nem a jogos de futebol vou (...). Bebo só o meu café, falo um bocado com as senhoras de lá e vejo um bocado de televisão à noite. Claro que antes fazia mais coisas, ou pelo menos tinha mais liberdade para fazê-las (...);</p>
Espaço territorial	<p>Mudou de casa desde que ficou desempregado. Morou na rua e o RSI permitiu-lhe alugar um quarto, numa pensão;</p> <p>Atualmente gosta e sente-se adaptado ao seu alojamento, mantendo relações de vizinhança;</p> <p>Considera que o RSI trouxe alterações ao seu alojamento;</p>	<p>(...) fiquei sem dinheiro para pagar a renda e tornei-me sem abrigo. Só consegui alugar um quarto quando comecei a receber RSI;</p> <p>Sim. A pensão tem boas condições (...); (...) Ao início, foi mais complicado adaptar-me, mas acho que é normal; Sim, falo com quase todos (...); Sim, permitiu-me sair da rua para um quarto que inicialmente era noutra pensão;</p>
Situação profissional	<p>Trabalhou mais de vinte anos no mesmo sítio;</p> <p>Tem baixas qualificações;</p> <p>Tem uma forte motivação para trabalhar, oscilando com curtos períodos de trabalho;</p>	<p>Trabalho desde novo, mas o que durou mais foi o trabalho como padeiro durante mais de vinte anos (...); Eu tenho a quarta classe (...);</p> <p>(...) Eu quero é trabalhar. Os entraves são a idade e escolaridade e procuro no jornal, falo com as pessoas, com a Assistente Social. Agora ando a trabalhar para a câmara através de um programa ocupacional, tal como já</p>

	Considera que o RSI não tem ajudado muito na procura de emprego;	fiz antes. Agora que trabalho só penso que gostava de ficar efetivo, assim já tinha trabalho. O RSI não ajuda na procura de emprego;
Expectativas de futuro	Considera que o futuro se vai manter igual; Ter sucesso na vida passa por ter trabalho;	Vou ficar igual. Quando acabar este trabalho vou ficar sem trabalho e volto ao RSI (...); Ter trabalho e, em consequência disso, ter dinheiro. Ter uma casa e quem sabe formar família;

Apêndice 5: Enquadramento dos beneficiários nas fases da desqualificação social

Quadro 25- Enquadramento dos beneficiários entrevistados nas fases da desqualificação social

Categoria/entrevista	Fase da desqualificação social	Indicadores	Unidades de Registo
Entrevista nº1	Assistência diferida	<p>Dependência forte em relação aos serviços de ação social, e rendimentos fixos provenientes da proteção social, sendo vistos como uma forma de sobrevivência;</p> <p>Pede ajudas de forma de forma pontual devido a dificuldades financeiras, ainda que com alguma vergonha;</p> <p>Degradação da saúde;</p> <p>Motivação para procurar emprego fixo, trabalhando de forma pontual, apesar de referir que dificilmente conseguirá;</p> <p>Ter sucesso na vida passa por ter um trabalho;</p>	<p>Não dá jeito nenhum. Como é que vivia? O RSI é pouco, mas nem pensar;</p> <p>Sinto-me com vergonha, dá impressão que os outros me olham de lado; (...); Aqui é Natal e Páscoa, e de vez em quando venho buscar pão quando me ligam (...) Como a Assistente Social já sabe a minha história só se houver alterações é que tenho de vir cá;</p> <p>Eu piorei a nível de saúde. Piorei da coluna, da tiroide, do estômago. Já andei a fazer tratamento psicológico (...); Até hoje não ando bem, estou sempre a pensar no dia de amanhã;</p> <p>(...) com a idade que tenho e sem habilitações nem se fala, mas gostava de arranjar emprego; (...) por isso também vou fazendo umas horas nas senhoras sem ninguém saber de vez em quando;</p> <p>Ter saúde, paz e dinheiro para gastar no que mais preciso e não faltar comer em casa e, claro, trabalhar. Trabalhar é que era;</p>

<p>Entrevista nº2</p>	<p>Assistência instalada</p>	<p>Total dependência e conhecimento dos serviços que procura e rendimentos fixos provenientes da proteção social, sendo que subsídios são encarados como uma forma de sobrevivência;</p> <p>Pede ajudas de forma regular e racionaliza as ajudas pelos problemas de saúde, não tendo qualquer problema em pedi-las;</p> <p>Degradação do estado de saúde;</p> <p>Não deseja encontrar emprego e habituou-se à inatividade porque, entretanto, irá para a reforma, por isso esta é uma situação provisória e também consegue auferir mais algum dinheiro que não provem da proteção social;</p> <p>Ter sucesso na vida passa por ter um dia sem dor, ter liberdade na vida e alguma coisa para viver bem;</p>	<p>Tenho pedido apoio na água, luz, gás. Aqui primeiro deram-me o cabaz de Natal e Páscoa. Recebo bens alimentares das Vicentinas e em Santa Clara todos os meses. Até hoje dão-me almoço numa instituição em São Martinho, porque eu fui lá perguntar; Primeiro pago uma renda de 200 euros que é maior do que aquilo que recebo do Estado, por isso não vivia sem a ajuda do RSI e das Assistentes Sociais;</p> <p>Sim, peço de forma regular. A razão é os meus problemas de saúde. Olhe só me falta pedir para o caixão; Agora já não me sinto acanhada nem tenho qualquer problema, afinal eu preciso das ajudas;</p> <p>Piorei o corpo e a mente. Sinto-me mais sozinha (...);</p> <p>(...) fico mais um bocado na cama porque não há compromissos; Agora vou tendo, entretanto, vou para a reforma e sempre tenho mais; Não quero encontrar emprego; (...) pinto umas louças de vez em quando e é daí que arranjo mais algum dinheiro;</p> <p>Uma vida sem dor (...) ter alguma coisa para o dia-a-dia e viver bem. Gostava de sentir uma nota de 500 euros na mão (...) Uma vida com sucesso era ter liberdade na vida;</p>
-----------------------	-------------------------------------	--	---

Entrevista nº3	Assistência diferida	<p>Dependência forte em relação aos serviços de ação social e todos os rendimentos são provenientes da proteção social, sendo vistos como uma forma de sobrevivência;</p> <p>Pede ajudas de forma pontual devido a dificuldades financeiras, ainda que com alguma vergonha;</p> <p>Degradação da saúde;</p> <p>Alguma motivação para procurar emprego, apesar de referir alguns entraves;</p> <p>Ter sucesso na vida passa por ter um trabalho e família unida;</p>	<p>Não conseguia viver sem as ajudas do RSI e das Assistentes Sociais;</p> <p>Normalmente peço ajudas mais a nível alimentar e de forma ocasional quando não tenho mesmo; Agora já não me sinto tão constrangida, mas há sempre uma vergonha;</p> <p>Piorei de saúde. Fiz mais cirurgias agora e devia tomar medicação, mas não a compro porque não há (...);</p> <p>Quero encontrar emprego, mas primeiro queria melhorar de saúde e sair daquela casa e ambiente;</p> <p>Ser feliz, ter a família unida, ver a minha neta, ter estabilidade financeira e ter um emprego;</p>
Entrevista nº4	Assistência instalada	Total dependência e conhecimento dos serviços que procura. Os rendimentos são provenientes da proteção social, sendo vistos como uma forma de sobrevivência;	Com o RSI pago o quarto onde moro e sobram-me uns 50 euros. Apenas sobreviria; Benefício dos serviços de uma Assistente Social há cinco ou seis anos. Aqui sou apoiado desde 2017 (...);

		<p>Pede ajudas de forma regular e não sente mal-estar nem incómodo com a presença de um Assistente Social, justificando a dependência pela crise económica;</p> <p>Degradação do estado de saúde;</p> <p>Alguma motivação para encontrar emprego, mas refere entraves;</p> <p>Ter sucesso na vida é relativo;</p>	<p>Não me sinto incomodado ao pedir; (...) As razões que dou são o não ter mesmo. Ainda poderia ter se trabalhasse, mas não há emprego como é que iria ter as coisas?</p> <p>(..) Em relação à saúde, a falta do dinheiro apoquenta o estado da cabeça, a sensação de falta altera a mente. Além disso tenho tensão alta e colesterol. Talvez tenha depressão (...);</p> <p>Sim. Faço qualquer coisa. Os entraves são a idade e também não há emprego (...);</p> <p>Ter sucesso na vida é relativo. Mas pode ser estar bem com a vida, ter bem-estar, felicidade, trabalho;</p>
Entrevista nº5	Assistência instalada	<p>Total dependência dos rendimentos provenientes da proteção social, conhecimento dos vários serviços, sendo os apoios vistos como uma forma de sobrevivência;</p> <p>Pede ajudas de forma regular racionalizando-as, sente-se confortável quando vai a uma instituição;</p> <p>Eventual culpabilização da Assistente Social;</p>	<p>Não. Até à reforma não. O RSI é pouco, mas sempre ajuda até porque já não tenho reservas; Antes ia à AMI ao médico, mas ele saiu de lá e já não vou lá (...);</p> <p>(...) Sim, já estou habituado. Agora já estou inserido no meio; Ainda vou pedindo. Às vezes peço alimentação porque ao fim de semana não há nada e a cozinha económica fecha. Preciso mesmo de pedir, se não como fazia com a medicação? Com a saúde não se brinca (...);</p> <p>(...) Pedi aqui e não me deram. Acho que a culpa é da nova Assistente Social (...);</p>

		<p>Fraca motivação para encontrar emprego e enunciação de entraves, tendo-se habituado à inatividade;</p> <p>Ter sucesso na vida passa por ser feliz;</p>	<p>Até desejo, mas resta saber que emprego é; O futuro é a reforma; Achava e acho que o RSI vai ser até à reforma porque já não tenho idade para trabalhar;</p> <p>Em primeiro lugar ser feliz, o resto é por acréscimo. Ser feliz comigo mesmo. O trabalho é relativo, não me vejo a trabalhar fora da área. Mas para ser feliz era trabalhar e, especialmente, ter dinheiro;</p>
Entrevista nº6	Assistência instalada	<p>Total dependência dos rendimentos provenientes da proteção social, sendo vistos como uma forma de sobrevivência. Não sente mal-estar nem incómodo com a presença de um Assistente Social e tem conhecimento de vários serviços;</p> <p>Pede ajudas de forma regular, justificando a dependência pela doença do marido e pela crise económica;</p> <p>Alguma motivação para encontrar emprego, mas apresenta entraves;</p> <p>Ter sucesso na vida é vencer na vida;</p>	<p>Sim, sempre me senti confortável. Vergonha é roubar; Peço ajuda em alimentos, roupa em instituições e pedi ajuda para uma casa quando cheguei a Portugal; Não tenho trabalho como iria sobreviver?</p> <p>(...) agora até peço mais porque o meu marido está doente; (...) achei que o RSI seria para toda a vida. Não há emprego.</p> <p>Sim, vou ao Centro de Emprego. As dificuldades são a minha idade e o facto de não haver emprego.</p> <p>Vencer na vida. Lutar para não depender de ninguém. Trabalhar, ter uma casa, pagar água e luz, sair para me divertir;</p>
Entrevista nº7	Assistência instalada	<p>Total dependência dos rendimentos da proteção social e conhecimento de vários serviços. Estes são vistos como</p>	<p>Sim, não tenho conflitos. Se precisamos temos que nos dirigir a elas (..) Não vivia sem ele; (...) procuro os sítios que me podem ajudar (...);</p>

		<p>uma forma de sobrevivência. Não sente mal-estar nem incómodo com a presença de um Assistente Social;</p> <p>Pede ajudas de forma regular, racionalizando pela sua saúde e idade;</p> <p>Degradação do estado de saúde;</p> <p>Alguma motivação para encontrar emprego e apresentação de entraves;</p> <p>Ter sucesso passa por ter paz, saúde e emprego;</p>	<p>(...) Peço sim. Peço alimentação, medicação, para contas grandes da luz, roupa (...). As razões que dou é não ter mesmo, sabe que a minha saúde também já teve melhores dias (...);</p> <p>Eu piorei de saúde, acho que fiquei com depressão. Dói-me as pernas, os ossos (...);</p> <p>Eu gostava até gostava e vai não vai vejo no jornal e procuro às pessoas; Se arranjasse conforme as minhas competências (...); (...) mas a minha idade já não dá e a saúde não ajuda;</p> <p>Uma vida de sucesso era ter paz, saúde, ter emprego. Não tenho vergonha de pedir, mas podia ter uma vida diferente e melhor.</p>
Entrevista nº8	Assistência instalada	<p>Total dependência em relação aos rendimentos provenientes da proteção social, sendo estes encarados como uma forma de sobrevivência, não sentindo incómodo com a presença de um(a) Assistente Social;</p> <p>Pede ajudas de forma pontual devido a dificuldades financeiras e conhece os vários serviços;</p>	<p>Estou simplesmente dependente, porque não consigo trabalho por causa do meu filho; Não, devido à minha formação de Assistente Social. Não tenho vergonha ou procurava ajuda ou não tinha hipótese;</p> <p>Tenho o rendimento muito contado. Se alguma conta chega mais alta eu vou a uma instituição e peço ajuda; Sou utente da Cáritas também; (...) até à data não tive nada recusado porque tudo fica comprovado;</p>

		<p>Alguma motivação para encontrar emprego, mas o facto de ter a seu cargo um filho autista dificulta o acesso ao emprego;</p> <p>Ter sucesso na vida significa ter paz e saúde;</p>	<p>Precisava de um emprego com disponibilidade em termos de horário por causa dele (...). Ainda agora concorri para a Cáritas (...); (...) eu escolho o meu filho ao trabalho;</p> <p>Estar em paz e ter saúde, neste momento. Mas nos dias de hoje se bem-sucedido é uma utopia. Se tiver cunhas consegue trabalho. Caso contrário não;</p>
Entrevista nº9	Assistência diferida	<p>Rendimentos fixos provenientes da proteção social e total dependência deles, sendo vistos como forma de sobrevivência;</p> <p>Solicitação pontual dos serviços devido a dificuldades financeiras;</p> <p>Motivação para encontrar emprego e esperança de uma melhoria rápida;</p> <p>Ter sucesso na vida passa por ter um negócio próprio;</p>	<p>Se tivesse trabalho era sem problema nenhum, sem ele não. Faço umas cestas de guardanapos, mas não é o suficiente para viver. Não conseguia viver;</p> <p>(...) só peço de vez em quando porque depois desenrasco-me com o que recebo da cozinha económica (...). As razões que dou são o não ter dinheiro para comprar alimentos;</p> <p>(...) ainda penso que vou conseguir trabalho e mudar a situação, por isso é temporário; Quero acabar o curso de técnica de vendas que estou a tirar e ir distribuir currículos por aí (...) Agora o que faço é ver no jornal, perguntar às pessoas, distribuo currículos;</p> <p>Gostava de ter o meu próprio trabalho, ser chefe de mim mesma;</p>
Entrevista nº10	Assistência diferida	<p>Rendimentos provenientes da proteção social, mas considera que vivia sem as ajudas;</p>	<p>Conseguia porque tenho mãos e pernas para trabalhar (...). Tínhamos que nos desenrascar com o ordenado do meu marido;</p>

		<p>Solicitação pontual dos serviços devido a dificuldades financeiras, apesar de continuar a sentir vergonha de se dirigir a uma instituição;</p> <p>Degradação do estado de saúde;</p> <p>Motivação para encontrar emprego apesar de referir entraves, criticando quem vive dos subsídios;</p> <p>Ter sucesso na vida passa por trabalhar;</p>	<p>(...) continuo a sentir vergonha. Aqui sou voluntária, além de ser ajudada também ajudo. É diferente se for a outro lado, acho que já não iria; Só peço de vez em quando para alimentação (...) As razões são as dificuldades, o não ter;</p> <p>Quando trabalhava não tinha doenças e agora tenho. Uma pessoa fica mais stressada com o fim do mês, é a preocupação;</p> <p>Sim. Os entraves são a escolaridade, é tudo para o sexto, nono, décimo segundo de escolaridade e por aí. Eu procuro emprego pelos classificados, vejo os anúncios; O RSI não é vida. Não sou como aqueles que ficam dependentes do RSI e que estão o dia todo no café;</p> <p>Acabar a formação e arranjar trabalho para ser feliz. Dar o mínimo de condições aos meus filhos (...);</p>
Entrevista nº11	Assistência instalada	<p>Rendimentos provenientes da proteção social e total dependência deles, sendo encarados como uma forma de sobrevivência e não tem problemas em dirigir-se a uma instituição;</p> <p>Pede ajudas regulares devido a dificuldades financeiras, referindo a sua sinceridade;</p>	<p>Não, não tinha hipótese (...); Sem o RSI não tinha quarto e vivia na rua; Acabei por me habituar. Construi uma armadura, mas a primeira vez não é fácil;</p> <p>Ainda peço algumas vezes, porque de facto é complicado. Até agora nunca me negaram o que pedi. Também sou verdadeiro, não engano ninguém. As razões que dou são a carência económica;</p>

		<p>Degradação do estado de saúde;</p> <p>Motivação para encontrar emprego;</p> <p>Ter sucesso na vida significa ter o básico;</p>	<p>A saúde não tem estado bem (...); Esta situação não me permite alimentar da melhor maneira;</p> <p>Procuo ativamente emprego (...); Nem que seja com o ordenado mínimo (...);</p> <p>Ter o básico: saúde, casa, alimentação, o mínimo para viver;</p>
Entrevista nº12	Assistência instalada	<p>Rendimentos fixos provenientes da proteção social e total dependência deles, sendo encarados como uma forma de sobrevivência e não tem problemas em dirigir-se a uma instituição;</p> <p>Pede ajudas de forma regular racionalizando os pedidos que faz pela idade e escassez de emprego;</p> <p>Degradação do estado de saúde e dependência do álcool;</p> <p>Habitou-se à inatividade e não deseja encontrar emprego, preferindo a reforma;</p> <p>Ter sucesso na vida passa por ter dinheiro e liberdade;</p>	<p>Não, de modo algum. Não vivia sem eles; Ou acha que o dinheiro que ganho a guardar carros dá para alguma coisa?</p> <p>Não sinto vergonha porque é necessidade;</p> <p>(..) Eu vou pedindo algumas coisas, afinal se pedimos é porque precisamos e eu não tenho mesmo dinheiro. Esta crise e a idade não me deixam grande alternativa;</p> <p>Com isto tudo me meti no álcool e as coisas não correram bem (...). Após o divórcio entrei em depressão e comecei a ter ataques epiléticos;</p> <p>Agora desejava ter uma reforma antecipada. Os entraves são a idade e a falta de emprego, se calhar também já me habituei a esta vida;</p> <p>Ter dinheiro para ter liberdade de poder fazer o que quiser e ter saúde;</p>

Entrevista nº13	Fragilidade interiorizada	<p>Rendimentos provenientes da proteção social, oscilando com eventuais períodos de trabalho;</p> <p>Dependência dos rendimentos da proteção social quando não se encontra a trabalhar;</p> <p>Pede ajudas pontuais e tem vergonha de se dirigir a uma instituição;</p> <p>Grande motivação para encontrar emprego;</p> <p>Ter sucesso na vida passa por trabalhar;</p>	<p>Quando acabar este trabalho vou ficar sem trabalho e volto ao RSI;</p> <p>Não. O RSI serve para pagar o quarto e sobra muito pouco. Se não fosse fazendo uns biscates para a dona da pensão estava tramado. Nem quero pensar;</p> <p>Hoje em dia ainda sinto um bocado de vergonha. As pessoas parecem que estão sempre a olhar de lado para nós; Normalmente só peço ajuda quando preciso mesmo (...);</p> <p>Sim. Eu quero é trabalhar. Os entraves são a idade e escolaridade e procuro no jornal, falo com as pessoas, com a Assistente Social. Agora ando a trabalhar para a câmara através de um programa ocupacional, tal como já fiz antes. Agora que trabalho só penso que gostava de ficar efetivo, assim já tinha trabalho;</p> <p>Ter trabalho e, em consequência disso, ter dinheiro. Ter uma casa e quem sabe formar família;</p>
-----------------	----------------------------------	---	--

ANEXOS

Anexo 1

Boletim de requerimento do RSI

Anexo 1- Requerimento do Rendimento Social de Inserção



SEGURANÇA SOCIAL

REQUERIMENTO

RENDIMENTO SOCIAL DE INSERÇÃO

Importante:

- Para ter direito à prestação de Rendimento Social de Inserção (RSI) o valor do património mobiliário do seu agregado familiar não pode ser superior a 25.734,00 euros.
- As falsas declarações sobre as condições de atribuição da prestação ou a prática de ameaças ou de coação sobre um funcionário determina a cessação do RSI e a inibição do acesso à referida prestação durante um período de 24 meses.

Leia com atenção as informações e instruções de preenchimento, Mod. RSI 1-2-DGSS

1 ELEMENTOS RELATIVOS AO REQUERENTE

Nome completo _____

Data de nascimento _____ N.º de identificação de Segurança Social _____

N.º de identificação fiscal _____

Morada (1) _____

Localidade _____

Código postal _____ - _____

Telemóvel / Telefone _____ Fax _____ E-mail _____

(1) Se não possuir domicílio estável, indique outra morada para efeitos de atribuição da prestação RSI.

2 ELEMENTOS SOBRE O VALOR DO PATRIMÓNIO MOBILIÁRIO DO REQUERENTE E DO AGREGADO FAMILIAR À DATA DE APRESENTAÇÃO DO REQUERIMENTO

Na presente data, o seu agregado familiar possui valores depositados em contas bancárias, ações, obrigações, certificadas de zafra, títulos e unidades de participação em instituições de investimento coletivo ou outros valores mobiliários superiores a 25.734,00 euros? (1)

Sim Não

(1) Correspondente a 60 vezes o valor do Índice dos Apoios Sociais.

3 OUTROS ELEMENTOS RELATIVOS AO REQUERENTE

Reside numa casa de habitação social? Sim Não

Encontra-se em prisão preventiva ou a cumprir pena de prisão em estabelecimento prisional? Sim Não

Se respondeu Sim, está prevista a sua libertação nos 45 dias seguintes à data de entrega do requerimento? Sim Não

Encontra-se institucionalizado em equipamento financiado pelo Estado? Sim Não

Se respondeu Sim, está prevista a sua saída/alta nos 45 dias seguintes à data de entrega do requerimento? Sim Não

Encontra-se a receber apoio social no âmbito do regime da concessão de asilo ou de refugiado? Sim Não

Os dados constantes deste documento são registados no Sistema de Informação de Segurança Social. Poderá consultar pessoalmente a informação que lhe diz respeito, bem como solicitar a sua correção.

As falsas declarações são punidas nos termos da lei.

4 COMPOSIÇÃO DO AGREGADO FAMILIAR ⁽¹⁾ (Se tiver mais de 6 elementos preencha a folha de continuação)

N.º de ordem	Nome completo	N.º de identificação de Seg. Social ⁽²⁾	N.º de identificação Fiscal	Data de nascimento ano mês dia	Relação familiar ⁽³⁾
1	_____ requerente _____	_____	_____	_____	_____
2					
3					
4					
5					
6					

(1) Todas as campos são de preenchimento obrigatório.

(2) Caso desconheça, preencha o Boletim de Identificação de Elementos do Agregado Familiar, Mod. RV 1012-DGSS se for cidadão nacional, ou Mod. RV 1012-DGSS se for cidadão estrangeiro e junta as cópias de prova nele solicitadas.

(3) Ex: Cônjuge, pai, mãe, filho, avô, genro, nora, irmão, etc.

5 RENDIMENTOS DO REQUERENTE E DO AGREGADO FAMILIAR ⁽¹⁾

Rendimento líquido do mês anterior ao da apresentação do requerimento ⁽²⁾

N.º de ordem do agregado familiar ⁽³⁾	Valores de rendimentos de trabalho em Portugal		Valores de rendimentos de trabalho no estrangeiro		Valor de Subsídios para Atividades Ocupacionais de interesse social no âmbito de programas na área do emprego	Valor dos apoios à habitação	
	Trabalho dependente	Trabalho independente ⁽⁴⁾	Trabalho dependente	Trabalho independente ⁽⁴⁾		Subsídios de Renda de Casa	Subsídios de Residência ou outros Apoios Públicos à Habitação
1							
2							
3							
4							
5							
6							

N.º de ordem do agregado familiar ⁽³⁾	Valor das prestações pagas por outras entidades ⁽⁵⁾		Valor das pensões de alimentos	Valor das prestações pagas pelo Fundo de Garantia de Alimentos Devidos a Menores
	Pensões ⁽⁶⁾	Prestações Sociais ⁽⁷⁾		
1				
2				
3				
4				
5				
6				

(1) Nos termos da legislação em vigor, os rendimentos relevantes para atribuição desta prestação, quer sejam os abrangidos pelo intercâmbio de dados entre os serviços da Autoridade Tributária e Aduaneira e as instituições da Segurança Social, quer as prestações sociais atribuídas pela Segurança Social, serão obtidos oficialmente para efeitos de decisão sobre o presente requerimento.

(2) Caso os rendimentos dos três meses anteriores à data de apresentação do requerimento sejam diferentes, indique o médio dos últimos 3 meses.

(3) Número de ordem pelo qual o membro do agregado familiar foi referenciado no quadro 4.

(4) Indicar o valor total. Os serviços da Segurança Social calculam a parcela do valor do rendimento e consideram para atribuição da prestação social.

(5) **Não incluir prestações sociais pagas pelo Instituto da Segurança Social, I.P.** Incluir prestações do Caixa Geral de Aposentações, empresas, sindicatos, Caixa de Previdência dos Advogados e Solicitadores, fundos de pensões, instituições bancárias, companhias de seguros e organismos estrangeiros, entre outras.

(6) **Não incluir pensões pagas pelo Instituto da Segurança Social, I.P.** Incluir Pensões de Sobrevivência, de Velhice, de Inválidos, de Aposentação ou outras de natureza idêntica e rendas temporárias ou vitalícias, pensões a cargo de companhias de seguros ou fundos de pensões, pagas por organismos nacionais ou estrangeiros.

(7) Não incluir prestações por encargos familiares e prestações no domínio da deficiência ou da dependência.

6 VALOR DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO DO REQUERENTE E DO AGREGADO FAMILIAR EM 31 DE DEZEMBRO DO ANO ANTERIOR AO DA APRESENTAÇÃO DO REQUERIMENTO

N.º de ordem do agregado familiar ⁽¹⁾	Valor dos depósitos em contas bancárias	Valor das ações	Valor das obrigações	Valor dos certificados de aforro	Valor de títulos e unidades de participação em instituições de investimento coletivo	Valor de outros ativos financeiros
1						
2						
3						
4						
5						
6						

(1) Número de ordem pelo qual o membro do agregado familiar foi referenciado no quadro 4.

7 SITUAÇÃO PERANTE O EMPREGO DO REQUERENTE E DOS ELEMENTOS DO AGREGADO FAMILIAR

COM IDADE SUPERIOR A 16 ANOS E A IDADE LEGAL DE ACESSO À PENSÃO DE VELHICE							
N.º de ordem do agregado familiar ⁽¹⁾	Nome completo	Desempregado ⁽²⁾		Inscrito no Centro de Emprego ⁽³⁾		Situação de incapacidade temporária para o trabalho ⁽⁴⁾	Pensionista de Invalidez Absoluta ⁽⁵⁾
		Sim	Não	Sim	Não		
1	_____ requerente _____	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2		<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3		<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
4		<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
5		<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
6		<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
COM IDADE ENTRE OS 16 ANOS E A IDADE LEGAL DE ACESSO À PENSÃO DE VELHICE							
N.º de ordem do agregado familiar ⁽¹⁾	Nome completo	A prestar apoio indispensável a membro(s) do agregado familiar ⁽⁶⁾		Pessoas até aos 27 anos a estudar ⁽⁷⁾			
1	_____ requerente _____	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		
2		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		
3		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		
4		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		
5		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		
6		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		

(1) Número de ordem pelo qual o membro do agregado familiar foi referenciado no quadro 4.

(2) Assinalar a situação em que se encontra.

(3) Aplicável, também, a pensionistas de incapacidade permanente absoluta por riscos profissionais e a pessoas com deficiência e incapacidade igual ou superior a 20%.

(4) Assinalar apenas se não receber Abono de Família para Crianças e Jovens pela Segurança Social.

7 SITUAÇÃO PERANTE O EMPREGO DO REQUERENTE E DOS ELEMENTOS DO AGREGADO FAMILIAR
(continuação)

COM IDADE INFERIOR A 18 ANOS			
N.º de ordem da agregado familiar (1)	Nome completo	Grávida (2)	Com criança deficiente a seu cargo (2)
1	_____ requerente _____	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
4		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
5		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
6		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

(1) Número de ordem pelo qual o membro da agregado familiar foi referenciado no quadro 4.
(2) Assinalar a situação em que se encontra.

8 MODO DE PAGAMENTO

A prestação pode ser paga por depósito em conta bancária, para o que deve indicar o Número de Internacional de Conta Bancária (IBAN):

Na falta deste elemento ou indicação incorreta do IBAN será utilizado outro meio de pagamento.

9 CERTIFICAÇÃO DO REQUERENTE

Comprometo-me a:

- Apresentar os meios de prova que forem considerados necessários à atribuição e/ou manutenção da prestação RSI, requerer outras prestações de Segurança Social, créditos sobre terceiros e o direito a alimentos, que tenha ou venha a ter direito;
- Entregar nos serviços competentes de Segurança Social a declaração de autorização, em qualquer momento e quando solicitada, visando a comprovação, designadamente das declarações relativas aos valores dos rendimentos e do património, nos termos do disposto no n.º 8 do artigo 17.º da Lei n.º 13/2003, de 21 de maio (1), para solicitar em no Banco de Portugal a indicação das entidades bancárias ou financeiras onde tenha conta e a obter das respetivas entidades toda a informação patrimonial relevante, relativa a saldos de contas à ordem, prazo ou de outros valores mobiliários de que seja titular ou cotitular ou a apresentar, em alternativa, os documentos bancários relevantes que vierem a ser exigidos pela Segurança Social. Este compromisso é igualmente válido para as declarações que sejam necessárias apresentar pelas restantes membros da agregado familiar;
- Comunicar à Segurança Social, no prazo de 10 dias úteis, as alterações de residência, de composição da agregado familiar e/ou dos respetivos rendimentos, nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 21.º da Lei n.º 13/2003, de 21 de maio (1);
- Assumir o compromisso, formal e expresso, de celebrar e cumprir o contrato de inserção legalmente previsto, nomeadamente através da disponibilidade ativa para o trabalho, para a formação ou para outras formas de inserção que se revelem adequadas.

Autorizo os serviços competentes da Segurança Social a obterem diretamente das restantes entidades detentoras da informação relevante para a verificação das condições de atribuição da prestação, todas as informações que sejam consideradas necessárias à comprovação das declarações prestadas.

Tenho conhecimento de que a falta de entrega da mencionada declaração de autorização ou da apresentação dos referidos documentos bancários e do património relevantes, quando exigido(as) e no prazo concedido para esse efeito, constitui causa de arquivamento do processo de atribuição ou de suspensão da prestação, nos termos do n.º 6 do artigo 5.º da Portaria n.º 257/2012, de 27 de agosto (1) e do alínea e) do n.º 1 do artigo 21.º-C da Lei n.º 13/2003, de 21 de maio (1), respetivamente.

Declaro que estou informado, que os serviços competentes da Segurança Social podem aceder, no âmbito do disposto no Decreto-Lei n.º 92/2004, de 20 de abril, à informação fiscal relevante, para efeitos de confirmação dos rendimentos aqui declarados. Todos os termos aqui atestados por mim, manifestados de forma livre, específica e inequívoca, são feitos no âmbito e para os efeitos decorrentes da Lei n.º 13/2003, de 21 de maio (1), que estabelece as regras para a determinação das condições a ter em conta na atribuição e manutenção da prestação de Rendimento Social de Inserção, caducando tais termos com o indeferimento do requerimento ou com o término da atribuição da prestação, não podendo os mesmos ser revogados sem o consentimento expresso dos serviços competentes da Segurança Social.

Declaro que as informações prestadas correspondem à verdade e não omitem qualquer informação relevante.

Assinatura do requerente ou de outrem a seu rogo conforme documento de identificação válida

(1) Na sua redação atual.

10 DOCUMENTOS A APRESENTAR

Documentos relativos ao requerente e aos membros do seu agregado familiar:

- Documento de identificação válida, designadamente, Cartão de Cidadão ou Bilhete de Identidade, Boletim de Nascimento, Passaporte;
- Documento de Identificação Fiscal;
- Documento comprovativo do estatuto de refugiado, se for o caso;
- Certidão do registo do direito de residência em Portugal, emitida pela Câmara Municipal da sua área de residência, no caso de cidadão estrangeiro pertencente a um dos seguintes Estados⁽¹⁾;
- Documento(s) comprovativo(s) da sua residência legal em Portugal há pelo menos um ano, nomeadamente através de visto de estado temporário, visto de residência, autorização de residência temporária e autorização de residência permanente;
- Recibos comprovativos das remunerações auferidas no mês anterior ao da entrega do requerimento, no caso de rendimentos regulares ou nos três meses anteriores ao da entrega do requerimento, no caso de rendimentos variáveis;
- Declaração apresentada para efeitos de imposto sobre o rendimento das pessoas singulares relativo ao ano civil anterior ao do requerimento, no caso em que não haja dispensa de apresentação do mesmo, nos termos do código do IRS. Está dispensada a apresentação deste documento, se a correspondente informação já se encontrar disponível e/ou atualizada no sistema de informação da Segurança Social;
- Certificado de incapacidade para o trabalho, relativo às pessoas mencionadas no quadro 7, comprovativo de que se encontra em situação de incapacidade temporária para o trabalho ou a prestar apoio a membro(s) do agregado familiar;
- Declaração médica, comprovativa da situação de deficiência da pessoa a cargo, no caso de menor de 18 anos;
- Declaração médica, comprovativa da situação de gravidez, no caso de menor de 18 anos;
- Atestado multíusos, no caso de pessoa(s) com deficiência ou incapacidade igual ou superior a 80%;
- Documento do Centro de Emprego que ateste não reunir condições para o trabalho;
- Documento comprovativo de frequência em estabelecimento de ensino ou de formação profissional, relativo à situação assinalada no quadro 7 "Pessoas até aos 27 anos a estudar";
- Mod. RV 1013-DGSS, para cidadãos nacionais ou Mod. RV 1014-DGSS, para cidadãos estrangeiros, e meios de prova neles indicados, relativamente às pessoas mencionadas no quadro 4 que não possuem Número de Identificação de Segurança Social;
- Documento de instituição bancária comprovativo do IBAN onde conste como titular, no caso de ter indicada no requerimento que o pagamento deve ser efetuado por depósito em conta bancária;

NOTA: Deve ter em atenção que os serviços da Segurança Social podem solicitar a apresentação de outros documentos.

(1) União Europeia, Estado Parte no Espaço Económico Europeu ou Estado terceiro com o qual a União Europeia tenha celebrado um acordo de livre circulação de pessoas.

11 LOCAL DE ENTREGA

O requerimento e a respetiva documentação devem ser entregues nos serviços de Segurança Social.

VALIDAÇÃO DA ASSINATURA DO REQUERENTE (a preencher pelos serviços de Segurança Social)

Confirmo que a assinatura da pessoa identificada no quadro 1 está em conformidade com o seguinte documento de identificação:

Cartão de Cidadão Bilhete de Identidade Passaporte Outro _____

Número _____ Validade _____
Assinatura e carimbo da Segurança Social